



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 539/2012

Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte no Estado do Paraná.

**Art. 1º** Os serviços de tosa e banho em animais domésticos de pequeno a grande porte, ocorridos em estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná, são regulados pela presente Lei.

**Parágrafo único.** São considerados animais domésticos de pequeno a grande porte, para os fins da presente Lei, os cães e os gatos.

**Art. 2º** A tosa e o banho somente poderão ser realizados em locais que possibilitem aos clientes e visitantes do estabelecimento a visão total dos serviços.

**Art. 3º** No prazo de dois anos, a contar da publicação desta Lei, todos os estabelecimentos comerciais que prestem os serviços de tosa e banho em cães e gatos domésticos, independente do normatizado pelo art. 2º desta Lei, deverão instalar sistema de câmeras que filmem os serviços prestados e que permitam o acompanhamento dos serviços pelos clientes através da Rede Mundial de Computadores (internet).

**Parágrafo único.** As gravações (filmes) deverão ser armazenadas e guardadas adequadamente por seis meses após a realização das mesmas.


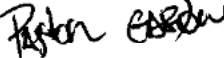

**Art. 4º** O estabelecimento que não cumprir as normas estabelecidas pela presente Lei será multado na quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

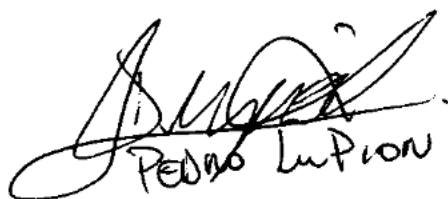


**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Presidente

  
Relator   


  
Pedro Lupion

Dep. HERMAS JÚNIOR

D. L.  
Fls. 2  
SEP

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete do Deputado Hermas Junior  
**PROJETO DE LEI Nº 752/2011**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 20 SET. 2011  
*Mauro*  
**1º Secretário**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS  
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E OUTROS  
ESTABELECIMENTOS INSTALAREM EQUIPAMENTOS PARA  
TRATAMENTO E REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA USADA NA  
LAVAGEM DE VEÍCULOS**

## **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam os postos de combustíveis, lava-rápidos, transportadoras e empresas de ônibus urbanos intermunicipais e interestaduais que exercem atividades no Estado do Paraná, obrigados a instalar equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

**Parágrafo único** – A instalação dos equipamentos previstos no *caput* deste artigo, será de competência e responsabilidade do proprietário do estabelecimento.

**Art. 2º** - Os postos de combustíveis terão o prazo de 180 dias (cento e oitenta dias), a partir da publicação desta Lei, para implantação e aplicação do sistema de tratamento e reutilização da água.

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete do Deputado Hermas Junior

**Art. 3º** - A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator a imposição da seguinte sanção:

I – notificação para instalação dos equipamentos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de multa no valor de 150 UFIR (cento e cinquenta unidades de referência fiscal), dobrada em caso de reincidência.

**Art. 4º** – Posterior disposição regulamentar desta Lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Sessões, 20 de setembro de 2011

  
HERMAS JUNIOR  
DEPUTADO ESTADUAL

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete do Deputado Hermas Junior

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo obrigar a que empresas que prestem serviços de lavagem de veículos, ou mesmo aquelas que possuem veículos e promovam a lavagem dos mesmos em seus estacionamentos, a instalarem equipamentos, com vistas a aproveitar a água usada na lavagem de veículos.

É consabido que a água, como bem finito, deve ter um uso adequado, sem desperdícios, com aproveitamento e preservação.

Muitas tem sido as Campanhas, por todo o mundo, a enfatizar que a ÁGUA É VIDA E NÃO PODE ACABAR, sob pena da vida no Planeta Terra ser ameaçada. Entretanto, com o aumento da população, da poluição nos rios, a água tem se tornado um recurso natural cada vez mais escasso.

Desta forma, a reutilização da água, sua captação, pode ser importante forma de auxiliar a minimizar o risco. Por certo, com a aprovação da presente proposta, haverá redução do consumo de água potável, de gastos, minimizará alagamentos, enchentes, racionamentos de água, bem como, auxiliará na preservação do meio ambiente; vale dizer, todos os cidadãos terão benefícios, inclusive os proprietários de estabelecimentos que deverão cumprir a presente lei.

Por óbvio, cabe ao Poder Público estabelecer formas de minimizar os riscos da escassez de água potável, sendo certo que o artigo 24 da Constituição Federal, estabelece a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, em legislar sobre proteção ao meio ambiente e defesa dos recursos naturais, como é o caso do presente projeto de lei. É de se ver:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n  
Gab. Dep. Hermas Jr – 3. andar  
Curitiba-PR, CEP 80 530-911  
[www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br)

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete do Deputado Hermas Junior

...

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Doutra banda, cumpre salientar que o Projeto de Lei não invade a competência do Poder Executivo, posto que não cria atribuições às Secretarias de Estado ou Planos de Governo.

Também, não há o que falar em matéria de interesse local, prevista no artigo 30, I da Constituição Federal, já que, a competência municipal não exclui a competência estadual.

Por fim, cumpre também asseverar que o presente Projeto de Lei não contraria o Código de Águas (DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934), especialmente seus artigos 102 e sgts, que assim dispõe:

## TITULO V

### ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 102. Consideram-se águas pluviais, as que  
Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n  
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. andar  
Curitiba-PR, CEP 80 530-911  
[www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br)

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Hermas Junior

procedem imediatamente das chuvas.

Art. 103. As águas pluviais pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, podendo o mesmo dispor delas a vontade, salvo existindo direito em sentido contrário.

Parágrafo único. Ao dono do prédio, porém, não é permitido:

1º, desperdiçar essas águas em prejuízo dos outros prédios que delas se possam aproveitar, sob pena de indenização aos proprietários dos mesmos;

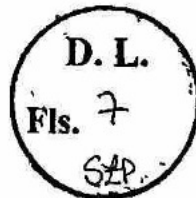
2º, desviar essas águas de seu curso natural para lhes dar outro, sem consentimento expresso dos donos dos prédios que irão recebê-las.

Art. 104. Transpondo o limite do prédio em que caírem, abandonadas pelo proprietário do mesmo, as águas pluviais, no que lhes for aplicável, ficam sujeitas as regras ditadas para as águas comuns e para as águas públicas.

Art. 105. O proprietário edificará de maneira que o beiral de seu telhado não despeje sobre o prédio vizinho, deixando entre este e o beiral, quando por outro modo não o possa evitar, um intervalo de 10 centímetros, quando menos, de modo que as águas se escoem.

Art. 106. É imprescritível o direito de uso das águas pluviais.

Art. 107. São de domínio público de uso comum as



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete do Deputado Hermas Junior

águas pluviais que caírem em lugares ou terrenos  
públicos de uso comum.

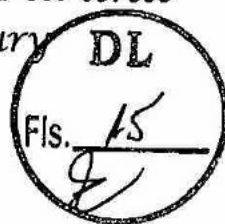
Art. 108. A todos é lícito apanhar estas águas.

Parágrafo único. Não se poderão, porém, construir  
nestes lugares ou terreños, reservatórios para o  
aproveitamento das mesmas águas sem licença da  
administração.

Dessa forma, peço apoio aos Pares, para aprovação do presente Projeto de Lei.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 752/11**

Projeto de Lei nº 752/11

Autor: Deputado Estadual Hermas Júnior

**PREFÁCIO**

O presente projeto de Lei visa dispor sobre a obrigatoriedade dos Postos de combustíveis e outros estabelecimentos em instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

**EMBASAMENTO JURÍDICO**

O nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

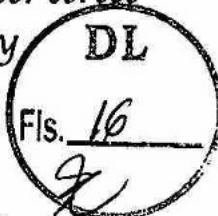
**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Corrobora deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observa-se:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, a o Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre consumo, proteção do meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso V, VII, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**V – produção e consumo;**

**VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;**

Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

DL  
Fls. 17  
9

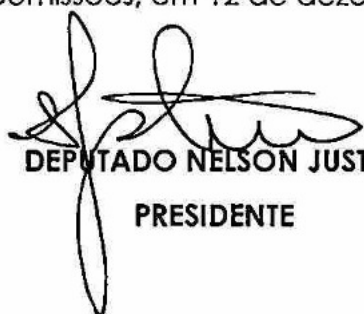
Federal nº 101/00, pois não acarretará aumento de despesas para o Poder Executivo.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER COM Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei

n. 752/11

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DE REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRESTAM SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS - PARECER FAVORÁVEL DA CCJ - APRESENTAÇÃO DE EMENDA.

Página 1 de 6

## RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Deputado Hermas Júnior, em trâmite perante esta Casa de Lei sob o n. 752/2011, objetivando a obrigatoriedade dos estabelecimentos que prestam serviço de lavagem de veículos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização de água usada em suas atividades.

O Projeto de Lei em análise recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ - desta Casa de Leis.

É o relatório.



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

### FUNDAMENTAÇÃO

Uma vez que a matéria foi aprovada pela CCJ, o presente PL foi encaminhado a esta Comissão conforme determina o artigo 33K<sup>1</sup> do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O PL em questão é de suma importância para a preservação do meio ambiente, considerando que atualmente a água é uma das maiores preocupações devido a sua escassez no meio natural.

Assim, pelo presente PL teríamos uma considerável redução do uso da água uma vez que esta seria reutilizada pelos estabelecimentos mencionados no referido PL.

Destarte, o PL premia a sociedade ao dispor sobre a proteção ao meio ambiente através da economia de recursos hídricos e que também beneficia os proprietários dos estabelecimentos com a economia financeira que será gerada com a reutilização da água usada na lavagem dos veículos.

Contudo, entendo que pode ser ampliado o alcance da presente lei a fim de ser aplicada a todos os estabelecimentos no Estado do Paraná que ofereçam o serviço de lavagem de veículos.

Ainda, em relação a dilação dos prazos previstos na presente emenda, os mesmos se fazem necessários na medida em que a instalação do sistema pode demandar a necessidade de aprovação pelas Prefeituras e pelo IAP, o que, como é de conhecimento público e notório, demanda um certo tempo e, ainda, o elevado número de estabelecimentos sujeitos à lei representam uma demanda que os fabricantes

<sup>1</sup> ART. 33-K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

dos equipamentos não conseguiriam atender de imediato, tornando o inexecuível o prazo originalmente previsto.

Por fim, a alteração do indexador da multa se faz necessário, uma vez que a UFIR foi extinta a partir de 27 de outubro de 2000 (arts. 29, § 3º, e 37 da MP nº 2.095-70/2000), devendo-se a adotar a Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR) como indexador da multa.

Nos termos do artigo 137<sup>2</sup> do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é possível apresentar emenda modificativa no sentido de aperfeiçoar e/ou aprimorar qualquer projeto de Lei.

No mesmo sentido, cumpre mencionar o artigo 141, inciso II<sup>3</sup> do Regimento interno o qual entende ser a atual fase em que se encontra o PL o momento oportuno para apresentar emendas.

Desta forma, passo a apresentar a seguinte emenda:

<sup>2</sup> **Art. 137** As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto

<sup>3</sup> **Art. 141** As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos **que ofereçam serviços de lavagem de veículos** instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água.

Art. 1º. Ficam os postos de combustíveis, lava-rápidos, transportadoras, **estacionamentos, concessionárias de veículos**, empresas de ônibus urbanos intermunicipais e interestaduais **e demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos** no Estado do Paraná, obrigados a instalar equipamentos para tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos.

Art. 2º. Os **estabelecimentos mencionados no artigo 1º** terão o prazo de **24 (vinte e quatro) meses** a partir da publicação desta Lei, para implantação e aplicação do sistema de tratamento e reutilização da água.

Art. 3º. (...)

I - notificação para instalação dos equipamentos no prazo máximo de **180 dias**, sob pena de multa no valor de **15 UPF/PR (quinze Unidades Padrão Fiscal do Paraná)**, dobrada em caso de reincidência.

Sala das Comissões, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado na forma da emenda ora apresentada.<sup>4,5</sup>

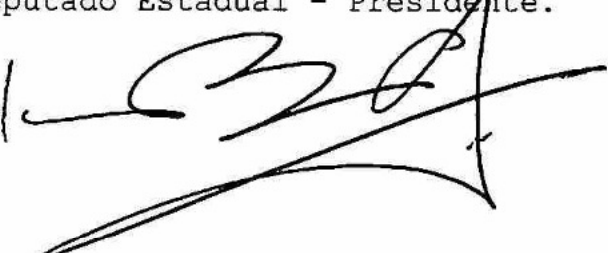

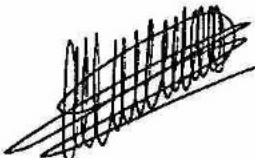

Sala das Comissões, 04 de Junho de 2012.

  
**PEDRO LUPION**

Deputado Estadual - Relator.

  
**LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Deputado Estadual - Presidente.

Página 5 de 6

<sup>4</sup> Inclusa Emenda Substitutiva.

<sup>5</sup> Nos termos do Artigo 139 do Regimento Interno, o qual menciona que "As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação."



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n. 752/11

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos **que ofereçam serviços de lavagem de veículos** instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água.

Art. 1º. Ficam os postos de combustíveis, lava-rápidos, transportadoras, **estacionamentos, concessionárias de veículos**, empresas de ônibus urbanos intermunicipais e interestaduais e **demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos** no Estado do Paraná, obrigados a instalar equipamentos para tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos.

Art. 2º. Os **estabelecimentos mencionados no artigo 1º** terão o prazo de **24 (vinte e quatro) meses** a partir da publicação desta Lei, para implantação e aplicação do sistema de tratamento e reutilização da água.

Art. 3º. (...)

I - notificação para instalação dos equipamentos no prazo máximo de **180 dias**, sob pena de multa no valor de **15 UPF/PR (quinze Unidades Padrão Fiscal do Paraná)**, dobrada em caso de reincidência.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2012.

  
PEDRO LUPION

Deputado Estadual.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO**  
**AMBIENTE AO PROJETO DE LEI Nº 752/2011**

Projeto de Lei nº 752/11

Autor da emenda: Deputado Estadual Pedro  
Lupion

**PREFÁCIO**

O Projeto de Lei 752/2011, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão Junior, visa dispor sobre obrigatoriedade de estabelecimentos ali inseridos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

A Emenda Substitutiva inclui "estacionamentos, concessionárias de veículos" e ainda "demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos" no art. 1º, altera o seu art. 2º para aumentar o prazo para a implantação do sistema pelos estabelecimentos, bem como o inciso I do art. 3º para aumentar o prazo da notificação e diminuir o valor da multa (de 150 UFIR para 15 UFIR).

UPF/PR

Dep. Gibandio JR

Caline Gondim  
Coord. Adm.  
CCJ

**EMBASAMENTO JURÍDICO**

Primeiramente, cumpre verificar se a apresentação da presente Emenda encontra respaldo no Regimento Interno:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



II - nas Comissões, pelos respectivos relatores por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.;

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

A Emenda Substitutiva ora em análise foi apresentada na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente pelo seu relator, Deputado Pedro Lupion, conforme o disposto no art. 141, II do Regimento Interno.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.

Verificada seus requisitos regimentais, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça ainda a análise quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Supressiva, com a verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Fis. 32

DL

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Referida emenda inclui "estacionamentos, concessionárias de veículos" e ainda "demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos" no art. 1º, altera o seu art. 2º para aumentar o prazo para a implantação do sistema pelos estabelecimentos, bem como o inciso I do art. 3º para aumentar o prazo da notificação e diminuir o valor da multa (de 150 UFIR para 15 UFIR).

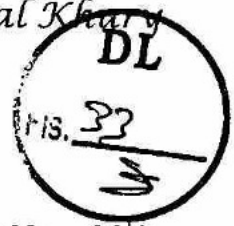
Desta forma, verifica-se que a presente Emenda Substitutiva está de acordo ao projeto de lei apresentado, não descaracterizando sua essência e ampliando a abrangência da Lei para incluir estacionamentos, concessionárias de veículos e demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos, os quais também lavam carros e, por fim, caso aprovado e sancionado o projeto, deverão instalar equipamentos de tratamento e reutilização da água utilizada.

Destarte, a Emenda está apta a prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, sendo plenamente viável juridicamente e estando adaptada ao Regimento Interno.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury*

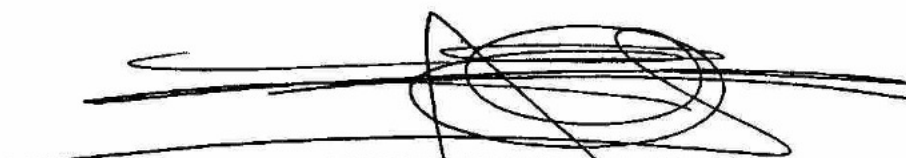


CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO da Emenda Substitutiva da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente ao Projeto de Lei 752/11, por estar de acordo com as disposições regimentais e não ferir a constitucionalidade, legalidade, tampouco o disposto na Lei Complementar 95/98.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Indústria e Comércio**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 752/2011**

**Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.**

Autor: Deputado Hermas Júnior  
Relator: Deputado Leonaldo Paranhos.

JUSTIFICATIVA: Segundo dados da ONU, em menos de 50 anos, mais de 45% da população mundial sofrerão com a falta de água. Em relação à água utilizada na lavagem de veículos, no Brasil, cerca de 32.700 postos de lavagem consomem aproximadamente 3,7 milhões de metros cúbicos por mês, o equivalente ao consumo mensal de uma cidade de 600 mil habitantes. O aumento da preocupação com o meio ambiente é, em especial, com o uso dos recursos hídricos resultou na valorização da água potável como bem de consumo.

Frente a potencial escassez deste recurso, os órgãos ambientais têm aplicado à legislação ambiental com maior rigor. Ao mesmo tempo, a tarifa da água potável vem sofrendo aumentos progressivos, especialmente para os consumidores de maiores quantidades. Em nível internacional, a principal tendência nas empresas e indústrias é a implementação de sistemas para a Recirculação ou Reuso da água gerada em seus processos. Estes sistemas funcionam de maneira integrada com o processo que gera o efluente visando à redução de desperdícios.

Para tanto é necessário um processo de alta eficiência e baixo custo para o tratamento dos efluentes líquidos. A atividade de lavagem de veículos utiliza uma grande quantidade de água que normalmente não é reaproveitada, sendo simplesmente descartada na rede de esgoto municipal. Nos últimos anos, aumentou a preocupação com esse fato que, além de representar um custo elevado para algumas empresas, pode causar impactos no ambiente aquático.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.**  
**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**




**PARECERES FAVORÁVEIS:** Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Defesa do Consumidor.

**CONCLUSÃO:** Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

**É o Parecer.**

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE DA COMISSÃO



DEPUTADO LEONALDO PARANHOS

RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	05 NOV 2013
Visto	Claudia

15:21 05/11/2013 009617 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

**SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 752/2011**

Nos termos do art. 138 do Regimento Interno, apresenta-se a presente subemenda a fim de alterar o art. 3º do Projeto de Lei nº 752/2011, constante na Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, juntando-se ao *caput* a informação constante em seu inciso I, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator a imposição de notificação para instalação dos equipamentos no prazo máximo de cento e oitenta dias, sob pena de multa no valor de 15 UPFs/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), dobrada em caso de reincidência.”

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de novembro de 2013.

  
**Deputado EVANDRO JUNIOR**

  
ROSE CITÓ

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar o Projeto às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, tendo em vista a impossibilidade de inciso único.

  
ALCEU MARON

  
BELINATTI

  
RASCA

  
PEDRO LUPION





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



**PARECER À SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 752/2011**

Projeto de Lei nº 752/2011

Subemenda apresentada em Plenário

Relator: Deputado Péricles de Mello

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

EMENTA: SUBEMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 138 E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA SUBEMENDA APRESENTADA EM PLENÁRIO.

VISTA EM 26/11/2013

Dep. Fernando Sc

CCJ

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, tem por finalidade dispor sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Pércles de Mello*



equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, durante a segunda discussão da Sessão Plenária, o ora projeto recebeu emenda na forma de *Subemenda*. Por esta razão, é que a referida Subemenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

### FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**  
(grifo nosso)

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



O Regimento Interno, em seu art. 138, prevê a possibilidade em apresentar uma emenda a outra emenda, a qual se denomina *Subemenda*, consoante de inferir:

**Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.**

Desta forma, verifica-se que a Subemenda apresentada ao ora projeto está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO da presente *Subemenda* Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 09 de <sup>dezembro</sup> novembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
**RELATOR**

**APROVADO**

09.12.13

Praca Nossa Senhora de Salette, s / n° - Edifício Pres. Tancredo Neves  
Gabinete 807 - 8º Andar - Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081  
E-mail: [pericles@periclesdemello.com.br](mailto:pericles@periclesdemello.com.br) - [www.periclesdemello.com.br](http://www.periclesdemello.com.br)

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 118/2013

**Súmula:** Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

**Art. 1º** Fica criado o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de prover recursos financeiros para a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

**Art. 2º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com:

I – a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados;

II – a estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados;

III – construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;

IV – manutenção dos serviços de segurança;

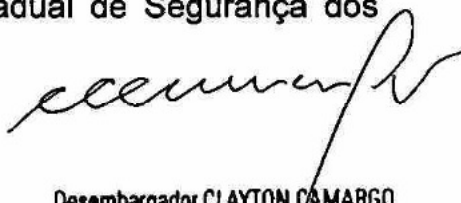
V – formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

VI – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal;

VII – participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e

VIII – atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

**Art. 3º** Constituem receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG:



Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



I – 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre a receita bruta dos Cartórios do Foro Extrajudicial.

II – as receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, Poder Executivo, fundos especiais e outros órgãos públicos;

III – o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

IV – as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com entidades de direito público;

V – as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com instituições financeiras e entidades de direito privado;

VI – as subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma da legislação aplicável;

VII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo;

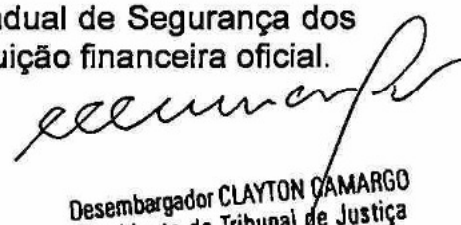
VIII - outras receitas eventuais.

**Parágrafo único.** As receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, não integram o percentual fixado para o Poder Judiciário na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 4º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

**Parágrafo único.** Os integrantes do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG não perceberão retribuição pecuniária pelo exercício de suas atividades.

**Art. 5º** Os recursos financeiros do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG serão depositados em instituição financeira oficial.

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 6º** Os bens adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

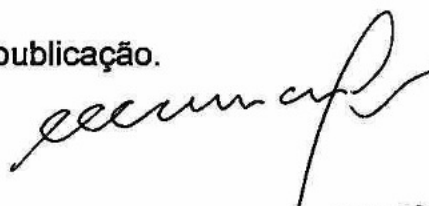
**Art. 7º** Aplica-se à administração financeira do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 8º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG será dotado de personalidade jurídico-contábil, com escrituração contábil própria, sendo o Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho Diretor o ordenador das despesas e seu representante legal.

**Art. 9º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

**Art. 10.** Esta Lei será regulamentada por Decreto Judiciário, dispondo sobre os procedimentos relacionados à arrecadação e fiscalização das receitas e sobre as normas para a execução das despesas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

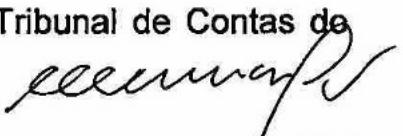
O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

A proposta atende a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça do País a adoção de medidas para a aprovação de lei estadual dispondo sobre a criação do referido Fundo.

De acordo com o artigo 2º da proposição, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com implantação e manutenção de Sistema de Segurança dos Magistrados; estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança; construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados.

Tem por objetivo, ainda, a manutenção dos serviços de segurança; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal, bem como assegurar a participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior.

De acordo com o artigo 4º, o Fundo será administrado por um Conselho Diretor, formado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente, Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, não remunerados pelo exercício de suas atividades e sujeitos ao disposto na Legislação pertinente e às instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Registre-se que a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados não implica em aumento de despesas, razão pela qual deixamos de apresentar a respectiva declaração.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 25 de março de 2013, foi aprovado o presente Anteprojeto de Lei.

Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 02 de abril de 2013.  
Of. nº 322/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 05/04/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 08. ABR, 2013

**1º Secretário**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
Desembargador **CLAYTON CAMARGO**  
Presidente do Tribunal de Justiça





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/2013

Projeto de Lei nº. 118/2013

Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

**EMENTA:** FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS. 65 E 98 DA CE. ART. 99 DA CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, com o objetivo de prover recursos financeiros para a implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados.

VISTA EM 16/06/2013

Nereu Moura

Elton Ulisses e Wilson  
Assessor CCJ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Conforme justificativa do autor, "a proposta atende a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça do País a adoção de medidas para a aprovação de lei estadual dispendo sobre a criação do referido Fundo."

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

(grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**  
(grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.** (grifo nosso)

No exercício privativo dessa sua competência para instaurar o processo legislativo é que o Egrégio Tribunal de Justiça enviou o presente Projeto para apreciação, sendo conveniente ressaltar a aprovação plenária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Neste sentido, cumpre ressaltar que, a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê a ampla autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 99, adiante transcrito:

**Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.**

(grifo nosso)

Da mesma forma, seguindo o preceito da Carta Magna, dispõe a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 98, seguinte:

**Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.**

(grifo nosso)

Assim, a matéria cinge-se na prerrogativa conferida ao Tribunal de Justiça para livremente administrar os recursos que lhe são destinados, submetendo a esta Casa Legislativa a proposta para a criação de fundo especial, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

  
  
  
**APROVADO**

23.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 322/2013-GP, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados – FUNSEG.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça é muito importante, uma vez que vem em atenção a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça do País a adoção de medidas para a aprovação de lei estadual dispendo sobre a criação do referido Fundo.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), não implica em aumento de despesas, razão pela qual não é apresentado a respectiva declaração do ordenador de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**CONCLUSÃO**

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13

*anon*  
DEPUTADO JONÁS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

*Waldyr*  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ



3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/13**

Em exame o Projeto de Lei nº 118/13, OF nº 322/13, de autoria do Poder Judiciário, que cria o fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 20/05/2013

**Mauro Moraes**  
Deputado Estadual  
Presidente da CSP

Dep. W. Quinteiro

**Roberto Acioli**  
Deputado Estadual  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Tercílio Turini



Emenda de Plenário nº	01
DAP	27 NOV. 2013
Visto	<i>Cláudio</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO  
ANTEPROJETO DE LEI Nº 118/2013**

Fica alterado o inciso II, do artigo 3º, do Anteprojeto de Lei 118/2013, que passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 3º Constituem receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG:

(...)

II – as receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, fundos especiais e outros órgãos públicos."

Sala das Sessões em 27 de novembro de 2013.

*marcelo*  
DO. TERCÍLIO KATO

*Cláudio*  
Cláudio

TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual

*Acetino*  
- Acetino  
*DO. DOUGLAS FABRÍCIO*  
DO. DOUGLAS FABRÍCIO  
*DO. JORGE SAMPAIO*  
DO. JORGE SAMPAIO

14:41 27/11/2013 010315 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete do Deputado Tercílio Turini



**Justificativa**

A presente proposta objetiva excluir a expressão "Poder Executivo" do inciso II, do artigo 3º do Anteprojeto de Lei n.º 118/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O artigo 3º do referido Anteprojeto de Lei constitui as receitas que irão compor o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, incluindo, portanto, as transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, Executivo e outros órgãos públicos.

Ao excluir o Poder Executivo da proposição, objetiva-se a defesa do Princípio da Separação dos Poderes, disposto no artigo 2º da Constituição Federal e 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Desta forma, as receitas do FUNSEG deverão ser oriundas apenas dos órgãos do Poder Judiciário, não interferindo de forma alguma, nem mesmo com autorização, no orçamento do Poder Executivo do Estado.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI Nº 118/2013**

Projeto de Lei nº 118/2013

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

**Súmula:** Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados.

**EMENTA:** EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo criar o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados.

Ocorre que, em data de 27 de novembro de 2013, durante a segunda discussão na Sessão Plenária, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão é que a referida

**VISTA EM** 09/12/13  
Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta

Comissão  
Dep. Renato Moura  
Tadeu Venâncio Costa

CCJ

Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Contudo, com o propósito adequar e oferecer melhor discricção acerca do objeto da ora proposição de emenda em análise, mesmo após receber emenda de plenário, sugere-se por esta Comissão, com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno desta Casa, que o mesmo seja emendado na forma da "subemenda" apresentada em anexo, para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções. Senão vejamos:

**Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




Nesse sentido, sugere-se a referida Subemenda a fim de alocar a sigla FUNSEG colocando-a juntamente com o seu significado – Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados; esclarecer o objetivo do FUNSEG bem como as ações necessárias à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados bem como para adequar o Projeto de Lei às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa na forma da **Subemenda em anexo.**

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 2013.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEP. FERNANDO SCANAVACCA  
Relator

  
APROVADO

10.12.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO 118/2013**

Nos termos do art. 138 do Regimento Interno, apresenta-se a presente subemenda a fim de alterar o art. 2º e o inciso II do art. 3º, ambos do Projeto de Lei nº 118/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para a implantação e manutenção do Sistema referido no artigo anterior, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG irá suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às seguintes despesas:

I - estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados;

II - construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;

III - manutenção dos serviços de segurança;

IV - formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

V - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal;

VI - participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



VII - atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos."

"Art. 3º ...

(...)

II - as receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, fundos especiais e outros órgãos públicos;"

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 2013.

DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

DEP. FERNANDO SCANAVACA  
Relator

*Dep. Turini*  
*Dep. Paulo*  
*Dep. Roberto*  
*Dep. Traiano*  
*Dep. Carlos*  
*Dep. Aurion*  
*Dep. Fernando*

APROVADO

10.12.13



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### ~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 638/12

**SÚMULA:** Altera o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

**Art. 1º** Fica alterado o inciso VII da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 3º ...**

**(...)**

**VII** – 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, limitado ao teto máximo de recolhimento para o dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas, observando-se ainda que:  
**(...)"**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo alterar a redação do inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

A alteração proposta visa alterar o percentual recolhido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS sobre o valor de título de imóvel ou da obrigação declarada nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, limitado o teto máximo de recolhimento ao dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas.

Referido fundo, criado pela Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos necessários para fazer frente às despesas com aquisição, construção, ampliação e reforma dos imóveis que lhe são destinados. Tem por objetivo, ainda, a aquisição de equipamentos e material permanente e a implementação de serviços de informática.

Despesas correntes também são suportadas pelo Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, em percentual que não pode ultrapassar 45% (quarenta e cinco por cento) de suas receitas.

Assim, ante a crescente demanda de despesas necessárias para que o Poder Judiciário Paranaense atinja suas metas, tanto no âmbito jurisdicional como administrativo, esta é uma tentativa de dotar o FUNREJUS dos recursos necessários.

As recentes edificações do Poder Judiciário Paranaense, que conta atualmente com 26 obras em andamento, dentre reformas e obras novas, exigem cada vez mais recursos.

Com as construções, ampliações e reformas dos edifícios forenses, é inevitável o aumento na aquisição de equipamentos e material permanente. Os serviços de informática acompanham tal evolução, de forma a exigir cada vez mais investimentos nesta área.

Dentre as despesas suportadas pelo Funrejus podemos citar aquelas provenientes da locação de imóveis, condomínios, locação de mão de obra, estagiários, água e esgoto, energia elétrica, telefonia, despesas de informática, manutenção e conservação de máquinas, correios e equipamentos de reprografia.

Desta forma, o incremento de receitas ao Fundo é necessária em razão da crescente demanda de reequipamento do Poder Judiciário Paranaense, a exemplo das despesas de custeio inerentes à constante



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



expansão da justiça paranaense, sem olvidar das elevadas previsões para futuros investimentos em obras e informática.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovado, por unanimidade, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

Assinatura manuscrita, possivelmente de um representante do Poder Judiciário, localizada no final do texto.





# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 16741 - 29 de Dezembro de 2010

Publicado no [Acessar Diário Oficial nº. 8373](#) de 29 de Dezembro de 2010

**Súmula:** Dispõe que o módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149/1970, com suas posteriores alterações, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, será conforme específica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou eu eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, com suas posteriores alterações, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, será igual a R\$ 0,141 (cento e quarenta e um milésimos de real), correspondendo a aproximados 0,271% (zero vírgula duzentos e setenta e um por cento) da Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF).

**Art. 2º.** Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2008, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, e XX, anexas à presente lei.

**§ 1º.** O percentual de reajuste a ser aplicado nas tabelas constantes do caput deste artigo vigorará com redução de 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º de janeiro de 2011.

**§ 2º.** Deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa uma nova proposta de regimento de Custas e Emolumentos corrigindo as distorções existentes, com a incorporação de novas tecnologias na tramitação dos processos judiciais.

**Art. 3º.** Ficam expressamente excluídos os atos de reconhecimento de firmas nas hipóteses do artigo 9º do Decreto Federal nº 6.932/2009.

**Parágrafo único.** Com base no artigo 6º, III e artigo 36 do Código de Defesa do Consumidor, fica obrigado a afixação, em todos os cartórios extrajudiciais do Estado, de cartaz, que de modo visível esclareça sobre a proibição do artigo citado. O cartaz deverá conter a seguinte redação:

## "Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

## Decreto Federal 6.932/2009

Art. 9º Salvo na existência de dúvida fundada quanto à autenticidade e no caso de imposição legal, fica dispensado o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no Brasil destinado a fazer prova junto a órgãos e entidades da administração pública federal, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

Art. 10. A juntada de documento, quando decorrente de disposição legal, poderá ser feita por cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 1º A autenticação poderá ser feita, mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio

servidor a quem o documento deva ser apresentado.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, falsificação de assinatura ou de autenticação de documento público ou particular, o órgão ou entidade considerará não satisfeita a exigência documental respectiva e, dentro do prazo máximo de cinco dias, dará conhecimento do fato à autoridade competente para adoção das providências administrativas, civis e penais cabíveis.”



**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 29 de dezembro de 2010.

*Orlando Pessuti*  
Governador do Estado

*José Moacir Favetti,*  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

*Ney Caldas,*  
Chefe da Casa Civil

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**ANEXOS:**

Exibir	Descrição
	anexo58492_24716.pdf

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**CASA CIVIL**





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 11 de dezembro de 2012.  
Of. nº 1.710/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 17/12/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

*Miguel Kfour Neto*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração do inciso VII do artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

*Miguel Kfour Neto*  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original 1

Lei 12216 - 15 de Julho de 1998

Publicado no Diário Oficial nº. 5292 de 15 de Julho de 1998

**Súmula: Cria o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS e adota outras providências.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica criado o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS.

**Art. 2º.** O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com:

**I** - aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e outros imóveis destinados ao Poder Judiciário;

**II** - aquisição de equipamentos e material permanente;

**III** - implementação dos serviços de Informática da Justiça Estadual;

~~**IV** - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até, no máximo, 30% (trinta por cento) da receita do Fundo, na forma estabelecida pelo Regulamento.~~

**IV** - despesas correntes, exceto com pessoal e encargos sociais, em até, no máximo, 45% (quarenta e cinco por cento) da receita do FUNREJUS, na forma estabelecida pelo Regulamento. (Redação dada pela Lei 15338 de 22/12/2006)

~~**Parágrafo único.** Não serão admitidos, por conta do FUNREJUS, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal e outras despesas correntes, ressalvado o disposto no item IV.~~

**Parágrafo único.** Ressalvado o disposto no item IV deste artigo, não serão admitidos, por conta do FUNREJUS, pagamentos de vencimentos, gratificações e encargos com custeio de pessoal e outras despesas correntes. (Redação dada pela Lei 15338 de 22/12/2006)

**Art. 3º.** Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário: (vide ADIN 2143-5) (vide ADIN 2059-5)

**I** - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

**II** - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Poder Judiciário, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;

**III** - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

**IV** - recursos provenientes do recolhimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;



**V** - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Poder Judiciário;

**VI** - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

~~**VII** - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis, títulos e documentos e tabelionatos;~~

**VII** - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, observando-se que:

(Redação dada pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**a)** os atos que venham a ser praticados pelos órgãos anteriormente referidos não estão sujeitos ao

recolhimento cumulativo;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**b)** não estão sujeitos ao pagamento:

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**1.** os atos relativos aos registros das cédulas de crédito rural, os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**2.** os atos relativos às cédulas de crédito comercial, industrial e de exportação;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**3.** os loteamentos urbanos e rurais;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**4.** os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**5.** os atos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**6.** as convenções antenupciais;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**7.** os atos referentes ao usufruto e ao uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem de direito de família, desde que os bens não ultrapassem o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**8.** os registros dos formais de partilha;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**9.** os atos sem valores declarados;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**10.** os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e nos termos da Lei nº 1.060/50;

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)





**11.** os atos acessórios quando da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento;  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**12.** as entidades civis sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública e inscritas no cadastro de entidades sociais do Paraná;  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**13.** as novações e as renovações das hipotecas legais, judiciais e convencionais, se realizadas no mesmo exercício financeiro;  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**14.** os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 m2 (setenta metros quadrados), destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família;  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**15.** o imóvel comprovadamente destinado à residência do funcionário público;  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**16.** a renovação dos contratos de locação de imóveis, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação;  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**17.** os atos comprovadamente isentos do ITBI (Imposto sobre Transmissão "inter vivos") de bens imóveis, por ato oneroso) ou do ITCMD (Imposto sobre Transmissão de "causa mortis" e doação de qualquer bens ou direitos);  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**18.** os registros, ainda não formalizados, das escrituras públicas e dos compromissos de compra e venda, lavrados anteriormente à regulamentação da Lei nº 12.216/98, pelo Decreto Judiciário nº 153/99.  
(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**19.** os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;  
(Incluído pela Lei 14596 de 27/12/2004)

~~VIII - 50% (cinquenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e de Alçada, fixadas no Regimento de Custas;~~

~~VIII - 80% (oitenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas;~~

~~(Redação dada pela Lei 12604, de 02/07/1999)~~

~~VIII - 100% (cem por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas;~~

~~(Redação dada pela Lei 14596 de 27/12/2004)~~

**VIII -** as custas decorrentes dos atos do Tribunal de Justiça, fixadas no respectivo Regimento;  
(Redação dada pela Lei 15338 de 22/12/2006)

**IX -** valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

**X -** taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Poder Judiciário;

**XI -** taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário;

**XII -** o produto da alienação de bens, móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Poder





Judiciário;

~~XXIII - o produto da arrecadação da Taxa Judiciária; (Revogado pela Lei 16351 de 22/12/2009)~~

**XIV** - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e outros;

**XV** - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário, com entidades de direito público;

**XVI** - subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito privado ou público;

**XVII** - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Poder Judiciário;

~~XXVIII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo dos Tribunais de Justiça e de Alçada;~~

**XVIII** - as multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Justiça;  
(Redação dada pela Lei 15338 de 22/12/2006)

**XIX** - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Poder Judiciário;

~~XX - as custas decorrentes da aplicação do Art. 55 da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;~~

**XX** - as custas decorrentes da aplicação do artigo 51, § 2º, do artigo 54, parágrafo único e do artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

(Redação dada pela Lei 12604, de 02/07/1999)

**XXI** - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Poder Judiciário, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

**XXII** - valores da venda das ações da TELEPAR relativas a aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Poder Judiciário;

**XXIII** - outras receitas eventuais.

**XXIV** - o produto da arrecadação das custas decorrentes dos atos dos Secretários dos Tribunais de Justiça e Alçada.

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

~~§ 1º. O produto da arrecadação da Taxa Judiciária será destinada: 50% (cinquenta por cento) para o FUNREJUS, 48% (quarenta e oito por cento) para o Fundo Penitenciário do Estado - FUPEN e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, na forma estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Estadual.~~

**§ 1º.** O produto da arrecadação da Taxa Judiciária será destinado: 98% (noventa e oito por cento) para o Funrejus e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, na forma estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Estadual.

(Redação dada pela Lei 15941 de 03/09/2008)

~~a) A arrecadação da Taxa Judiciária, será feita, integralmente, pelo FUNREJUS, que repassará o percentual de 48% (quarenta e oito por cento) do FUPEN e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para as contas bancárias indicadas pelos órgãos beneficiários;~~

**a)** arrecadação da Taxa Judiciária, será feita, integralmente, pelo Funrejus, que repassará o percentual de 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, até o 5º



(quinto) dia útil do mês subsequente, para as contas bancárias indicadas pelos órgãos beneficiários.

(Redação dada pela Lei 15941 de 03/09/2008)

**§ 2º.** As receitas do FUNREJUS não integram o percentual da receita estadual destinado ao Poder Judiciário, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**§ 3º.** Será de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o valor a ser recolhido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Offícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

~~**§ 4º.** Para as hipóteses previstas no inciso VII, do artigo 3º, da Lei nº 12.216/98, será considerado como base de cálculo o valor atribuído pelo órgão fiscalizador competente para a arrecadação do imposto incidente (ITBI e ITCMD).~~

~~(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999) (Revogado pela Lei 12827 de 06/01/2000)~~

**Art. 4º.** O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

~~**Art. 5º.** Os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão recolhidos em conta especial do estabelecimento bancário oficial do Estado.~~

**Art. 5º.** Os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS serão depositados em estabelecimento bancário oficial.

(Redação dada pela Lei 15338 de 22/12/2006)

**Art. 6º.** Os bens adquiridos com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

**Art. 7º.** Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 8º.** O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

**Art. 9º.** O FUNREJUS prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

**Art. 10.** A presente Lei será regulamentada por Decreto Judiciário, que será submetido à aprovação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

**Art. 11.** Fica aberto um crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta lei, utilizando como recursos aqueles previstos no § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

**Art. 12.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de julho de 1998.

Jaime Lerner



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 638/2012**

**Projeto de Lei nº. 638/2012**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Altera o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

**EMENTA:** ALTERA O INCISO VII DO ART. 3º LEI ESTADUAL Nº 12.216/98, QUE CRIOU O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 99 DA CF. ART. 124 RI ALEP. ARTS. 65 E 101 DA CE. ART. 1º LEI ESTADUAL Nº 14.277/03. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça altera a redação do inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Com efeito, a Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**(...)**

**d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**

Ademais, a Carta Magna da República determina que ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira:

**Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.**

A Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1º, § 1º, assim dispõe:

**Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.**

**§ 1º. Aos órgãos do Poder Judiciário do Estado compete a administração, conservação e o uso dos**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



imóveis e instalações forenses, podendo ser autorizada a sua utilização por órgãos diversos, no interesse da justiça, como dispuser o Tribunal de Justiça.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.





**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
  
  
  
**APROVADO**

18.12.12 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 638/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1710/12 que altera o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216/98, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual em seu art. 101 determina que é da competência privativa do Tribunal de Justiça, através de seus órgãos propor matérias como a presente.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da justificativa do autor informando que deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração proposta não implicar em aumento de despesas, portanto não desrespeita a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 48/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Curitiba, 09 de dezembro de 2013.  
Ofício nº 1.399/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 09/12/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor

**Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 09 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Através do Ofício 1.710/2012-GP, datado de 11 de dezembro de 2012, foi encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 638/2012, que altera o inciso VIII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216/08, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

Ocorre, no entanto, que em razão de negociações envolvendo a matéria e da necessidade de adequações no teor da proposição, em Sessão Administrativa realizada no dia 09 de dezembro de 2013, o colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça autorizou esta Presidência a encaminhar Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 638/2012, conforme texto em anexo.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça

16:19 09/12/2013 010698 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 638/2012**

**SÚMULA:** Altera o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

**Art. 1º** Fica alterado o inciso VII da Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º ...**

**(...)**

**VII – 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, limitado ao teto máximo de recolhimento para o dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas, observando-se ainda que:**

**(...)”**

**Art. 2º** Fica revogado o artigo 2º da Lei Estadual nº 12.604, de 02 de julho de 1999.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Paraná – FUNREJUS, criado pela Lei Estadual nº 12.216/98, tem por finalidade assegurar ao Tribunal de Justiça os recursos financeiros necessários à construção e reforma dos prédios forenses, aquisição de bens permanentes ou de consumo, e implementar os serviços de informática.

Vários estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Acre, Bahia, Paraíba, possuem fundos com o mesmo escopo.

A necessidade de investimentos do Poder Judiciário é crescente e a arrecadação do FUNREJUS não está acompanhando o mesmo ritmo.

A proposta orçamentária de 2014 no valor de R\$ 215.630.200,00 (duzentos e quinze milhões, seiscentos e trinta mil e duzentos reais), está 2,1% (dois vírgula um por cento) inferior à proposta de 2013, que foi de R\$ 220.047.950,00 (duzentos e vinte milhões, quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Mesmo assim, o Poder Judiciário tem investido em novas edificações que estão em fase final de construção, conforme abaixo demonstrado:

COMARCA	DESCRIÇÃO DA OBRA
Almirante Tamandaré	Fórum Novo
Barracão	Fórum Novo
Cambará	Fórum Novo
Campina da Lagoa	Fórum Novo
Campina Grande do Sul	Fórum Novo
Chopininho	Fórum Novo
Coronel Vivida	Fórum Novo
Cruzeiro do Oeste	Fórum Novo
Engenheiro Beltrão	Fórum Novo
Guaratuba	Fórum Novo
Guarapuava	Fórum Novo
Ibaiti	Fórum Novo
Ibiporã	Fórum Novo
Ivaiporã	Fórum Novo
Palmital	Fórum Novo
Paraíso do Norte	Fórum Novo
Piraquara	Ampliação e Reforma
Santa Fé	Fórum Novo
Santo Antonio do Sudoeste	Fórum Novo
São João do Ivaí	Fórum Novo
Siqueira Campos	Fórum Novo
Terra Boa	Fórum Novo
Toledo	Ampliação e Reforma
Xambre	Fórum Novo



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Para o ano de 2014 foram consignados aproximadamente R\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões) para investimento em obras. Mesmo assim, muitas Comarcas não foram contempladas neste projeto de aplicação de recursos, consignando-se valor meramente simbólico para futuras edificações.

Dentre as obras a serem realizadas, para as quais não foram consignados recursos suficientes, podemos citar as seguintes:

COMARCA	DESCRIÇÃO DA OBRA
Bela Vista do Paraíso	Fórum Novo
Cambé	Ampliação e Reforma
Clevelândia	Fórum Novo
Colombo	Fórum Novo
Colorado	Ampliação e Reforma
Foz do Iguaçu	Ampliação e Reforma
Francisco Beltrão	Fórum Novo
Goioerê	Fórum Novo
Guaraniaçu	Fórum Novo
Londrina	Fórum Novo
Mallet	Fórum Novo
Marechal Cândido Rondon	Fórum Novo
Matelândia	Fórum Novo
Nova Fátima	Fórum Novo
Palmas	Fórum Novo
Palotina	Fórum Novo
Paranacity	Ampliação e Reforma
Paranavaí	Fórum Novo
Pato Branco	Fórum Novo
Piraquara	Ampliação e Reforma
Ponta Grossa	Fórum Novo
Realeza	Ampliação e Reforma
Ribeirão do Pinhal	Fórum Novo
Rio Negro	Fórum Novo
São João	Fórum Novo
Santa Helena	Fórum Novo
São Miguel do Iguaçu	Ampliação e Reforma
Telêmaco Borba	Fórum Novo
Terra Roxa	Fórum Novo
União da Vitória	Fórum Novo
Uraí	Fórum Novo
Wenceslau Bras	Fórum Novo

Diante desses fatos, entendemos oportuna a proposta de incremento da arrecadação do Fundo, na expectativa de proporcionar recursos suficientes para que as metas presentes e futuras de investimentos do Poder Judiciário sejam cumpridas.





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Uma das principais receitas orçamentárias do FUNREJUS é o percentual 0,2 % (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos Cartórios de Protesto de Títulos, Registro de Imóveis e Tabelionatos de Notas. A tributação, no entanto, está limitada ao valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas (Lei nº. 16.741/10), que atualmente é de R\$ 817,80 (oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos).

Para o ano de 2013 esta receita representa uma arrecadação de aproximadamente R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), sendo estimada para o ano de 2014 em aproximadamente R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Assim, propomos a presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 638/2012, afastando da proposta original o aumento do percentual de incidência da taxa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) para 0,3% (zero vírgula três por cento), mantendo-se a previsão de adequação do teto máximo deste recolhimento para o dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas, de forma que haja maior contribuição pelos adquirentes de imóveis destinados às classes de maior poder aquisitivo, sem prejudicar os contribuintes de menor renda.

Aprovada proposta de reajuste das custas constante no Projeto de Lei nº 609/2013, no percentual de 11,45% (onze vírgula quarenta e cinco por cento), o valor do teto ora proposto, representada pelo dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas, será de aproximadamente R\$ 1.822,88 (um mil oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos)

É importante lembrar que a alteração do teto de arrecadação da taxa devida ao FUNREJUS sobre o valor de título de imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, representa um baixo impacto social, com um aumento efetivo no valor de apenas 6% (seis por cento) dos atos sujeitos ao seu pagamento.

Ou seja, apenas os atos de maior valor estarão sujeitos à adequação do teto ora proposto, permanecendo sem qualquer reajuste aqueles atos praticados pelas classes de menor poder aquisitivo da sociedade paranaense.

Importa destacar, ainda, que a alíquota de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) incide apenas em alguns atos cartoriais e não sobre todos, ou seja, somente naqueles que possuem cunho financeiro ou expressão econômica como, por exemplo, escritura de compra e venda de imóveis, apresentação de título para protesto, etc., estão sujeitos ao pagamento de valores destinados ao FUNREJUS

Portanto, os atos meramente declaratórios como no caso da simples procuração, do reconhecimento de firma, da autenticação de documento, das escrituras sem valor declarado ou das certidões, os quais são os mais praticados pela grande maioria da população, não sofrem tal incidência.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Ao final, e observando a boa técnica legislativa, incluímos no substitutivo ora proposto a revogação expressa do artigo 2º da Lei Estadual nº 12.604, de 02 de julho de 1999, que estabelece a limitação da arrecadação ao teto do valor máximo das custas.

A presente proposta de Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 638/12 foi aprovada, por unanimidade de votos, pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 09 de dezembro de 2013.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**REQUERIMENTO**  
**DE REGIME DE URGÊNCIA**

**APROVADO**  
À Diretoria Legislativa.  
Em, 10 DEZ. 2013  
1º Secretário

Súmula: REQUER REGIME DE URGÊNCIA  
NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI  
N.638/2012.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente  
subscrive, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME DE**  
**URGÊNCIA** na tramitação do **PROJETO DE LEI N. 638/2012** de  
autoria do **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que visa  
alterar o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº. 12.216, de 15  
de julho de 1998, que criou Fundo de Reequipamento do Poder  
Judiciário – **FUNREJUS**, conforme preceitua o art. 182 do  
Regimento desta Casa.

Sala das Sessões, 10 de dezembro  
de 2013.

**DEPUTADO NEREU MOURA**

Pres. Orçamento

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL, 11/12/13

*separado*

15:18 10/12/2013 010777 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 638/2013**

Projeto de Lei nº 638/2013  
Emenda Substitutiva Geral

**Súmula:** Altera o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº. 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

**EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ART. 137, §2º e 5§, E ART. 141, §3º, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade alterar o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual nº. 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Ocorre que, em data de 09 de dezembro de 2013, através do Ofício nº. 1.399/2013-GP, o Tribunal de Justiça encaminhou Emenda Substitutiva Geral visando à necessidade de adequações no teor da proposição. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**VISTA EM 10/12/13**

Dep. Carlos

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim, verifica-se que foi respeitado o §3º do artigo 141 do Regimento Interno desta casa de Leis, uma vez que o Tribunal de Justiça propôs alterações ao projeto de sua iniciativa.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outras mas não descaracteriza sua essência.

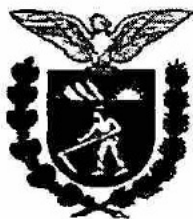
**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.** (grifo nosso).

**§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.**

Dessa forma, verifica-se que a referida Emenda - Substitutivo Geral apresentado em plenário encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como se verifica a permanência da relação direta com a matéria da proposição principal, opina-se pela **APROVAÇÃO da Emenda Substitutiva Geral** proposta pelo Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

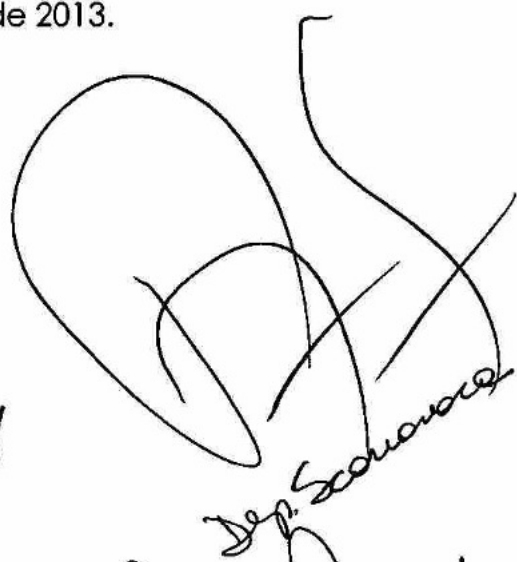
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

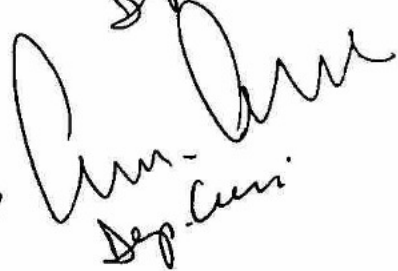
  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

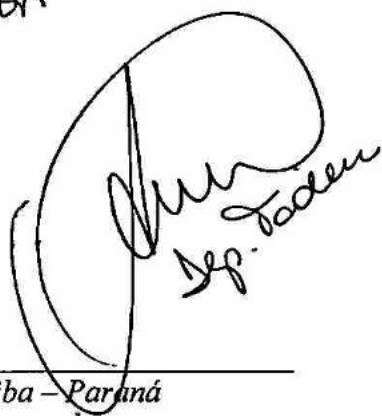
  
Dep. Carlos


  
Dep. Guimaraes

  
Dep. Lauriano

  
Dep. Sconoberto

  
Dep. Luis

  
Dep. Tadeu

APROVADO  
N. 1213 



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

22/13

**Súmula:** Regulamenta o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Poderá, mediante lei específica, ser instituída ou autorizada a instituição de fundação sem fins lucrativos, integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, neste último caso, para o desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva de Estado, nas seguintes áreas:

- I - saúde;
- II - assistência social;
- III - cultura;
- IV - turismo;
- V - desporto;
- VI - ciência e tecnologia;
- VII - comunicação social.

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 05 de dezembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Curitiba, em 05 de dezembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente,

- I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 05/12/13

*[Assinatura]*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva regulamentar o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público.

O referido dispositivo tem a seguinte redação:

"Art. 27. ...

...  
XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; "

A presente medida visa tão somente definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público, que serão nas seguintes áreas: de saúde; de assistência social; de cultura; de turismo; de desporto; de ciência e tecnologia; e de comunicação social.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

*[Assinatura]*  
**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.12.163.852-5



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei Complementar nº 22/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO que *“Regulamenta o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público”*.

Relator: *DEPUTADO PEDRO LUPION*

**I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei Complementar de nº 22/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO (mensagem nº 184/2013), que tem por objetivo regulamentar o inciso XVIII do artigo 27 da Constituição Estadual, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público, estabelecendo que o poder público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica.

Nesse sentido, o projeto determina que a instituição de fundação com personalidade jurídica de direito privado somente é possível para o desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva do Estado.

De acordo com a justificativa apresentada com o Projeto de Lei, a proposição estabelece as áreas de atuação da fundação estatal, que deverá ser



## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

criada sempre por lei específica. Inclusive determina o rol de atividades/áreas a serem exercidas pelas fundações a serem criadas.

Uma vez lido em expediente, foi encaminhado a esta Comissão nos termos regimentais, sendo então designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

### II – ANÁLISE E VOTO

Inicialmente, resalto a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A<sup>1</sup> do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.<sup>2</sup>

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

<sup>2</sup> Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

O Poder Executivo, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis Complementares conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>3</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>4</sup>).

A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe, em regra, aos membros do Poder Legislativo. Todavia há casos expressamente consignados no texto constitucional em que essa iniciativa passa a ser privativa do Chefe do Poder Executivo.<sup>5</sup>

Dentre as categorias de Leis de iniciativa do Poder Executivo se encontraram as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias e órgãos, justamente porque dizem respeito à administração pública, cuja competência é do Executivo, vedado o Legislativo dispor da matéria sob pena de haver indevida ingerência de um Poder sobre o outro.

Assim, cabe ao Poder Executivo a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, de modo que o Poder Legislativo, não pode, a pretexto legislar, editar Leis que equivalem, na prática, a verdadeiros atos de administração, violando a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais.

<sup>3</sup> Art. 65. [CE] *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (grifo meu)

<sup>4</sup> Art. 124. [RIALEP] *A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.* (grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

<sup>5</sup> Em relação a competência, a Constituição Estadual prevê a possibilidade do Governador do Estado iniciar o processo legislativo nos casos previstos na Constituição, como é o caso que ora se apresenta, nos exatos termos do inciso IV do artigo 87 da Constituição Estadual: "Art.87 Compete privativamente ao Governador:[...] IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;"





## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Neste sentido é o que determina o inciso VI do mencionado artigo 87 da Constituição Estadual:

*“Art. 87. [...]*

*VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;”*

Consigne-se que “o chefe do Poder Executivo estadual não poderia ser privado da competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual”. (excerto extraído do voto da Ministra Cármen Lúcia na ADI 1.348, Plenário, DJE 7.3.2008)

Desta forma, uma vez que a pretensa legislação almeja tão somente fixar as áreas em que as fundações instituídas pelo Poder Público atuarão, bem como é inerente a própria administração pública, cabendo somente ao Poder Executivo dispor da matéria.

Ademais o mandato do inciso XVIII do artigo 27, da Constituição Estadual é claro e direto:

*“XVII – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”*

Logo, a pretensa legislação não extrapola o poder de regulamentar, até mesmo porque o objetivo da lei regulamentadora é específico: definir áreas de atuação das fundações criadas pela administração pública. Nada mais do que isso.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Desta forma, a proposta não vai além do que determina a Constituição, a medida que não está autorizando o Poder Executivo a instituir fundações sem que haja lei específica para tanto, e repito, somente delimita as áreas de atuação que futuras fundações, que por ventura possam vir a ser criadas, poderão atuar.

Destaco ainda que prevalece igual posicionamento no plano federal, uma vez que o Poder Executivo Federal, no ano de 2007, encaminhou ao Congresso Nacional proposta semelhante ao presente Projeto de Lei, buscando regulamentar as áreas de atuação das fundações a serem criadas pelo Poder Público, conforme o Projeto de Lei Complementar nº 92/2007 em trâmite na Câmara dos Deputados.

Em relação à constitucionalidade material do projeto, o mesmo encontra-se em harmonia com as disposições constantes da Constituição Federal.

Inclusive a jurista Maria Sylvia DI PIETRO<sup>6</sup>, quando aborda o tema fundação, apresenta-a como entidade que desempenha atividades atribuídas ao Estado no âmbito social, concluindo que fundação é a forma adequada para o desempenho de funções de ordem social, como saúde, educação, cultura, meio ambiente, assistência e outras, com o objetivo de beneficiar terceiros estranhos a entidade.

No mesmo sentido, alinha-se a definição de Hely Lopes MEIRELLES<sup>7</sup> de que as fundações prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do poder público, mas de interesse coletivo, como a educação, cultura, pesquisa, sempre merecedoras do amparo do Estado.

<sup>6</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito Administrativo*. 26ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. P.152

<sup>7</sup> MEIRELLES. Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 39ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

No que tange à juridicidade a proposição está em perfeita conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Por todo o exposto o meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar em apreço, não se aventando qualquer óbice na regular tramitação da matéria perante esta Casa Legislativa.

É O VOTO

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 22/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 11 de Dezembro de 2013

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER  
Dep. Tadeu Genesio  
Dep. Nereu Moura

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

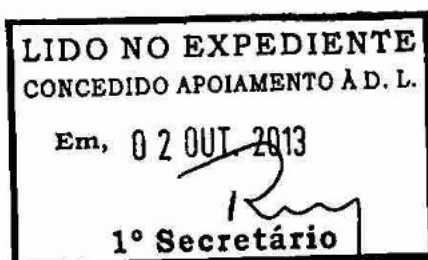
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

APROVADO

11/12/13



## Projeto de Lei nº 474/13



Denomina “Rodovia Antônio Quinteiro” a PR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até o trevo da Rodovia Natal Pessuti, no município de São João do Ivaí.

Art. 1º - Denomina “Rodovia Antônio Quinteiro” a PR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até o trevo da Rodovia Natal Pessuti, no município de São João do Ivaí.

Art. 2º -- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 2.013.

**ANTONIO CARLOS BELINATI**  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

Antônio Quinteiro, pioneiro do Estado do Paraná, homem que abriu estradas, foi agricultor, pecuarista, desbravador, plantador de café, construtor de balsas para a travessia no Rio Ivaí, certamente fez a diferença no seu tempo.

O homenageado, filho de Sr. Pedro Quinteiro, descendente dos imigrantes italianos que iniciaram suas atividades no Estado de São Paulo, perdeu seu pai quando ele tinha apenas 17 anos de idade. Após seu casamento com a senhora Conceição, iniciou sua vida com muita coragem para se tornar um líder pioneiro pelas novas terras do Paraná.

Veio do Estado de São Paulo para a região do norte pioneiro em 1944, logo depois, adentrou ao norte do Paraná e labutou abrindo estradas de Jandaia do Sul até Ivaiporã, sendo que nas duas cidades teve residência. Adquiriu terras às margens do rio Ivaí e Corumbataí no município de Fênix. Os antigos lembram-se do velho Quinteiro, antes de ser proprietário de terras foi administrador de grandes fazendas no Estado, cujo trabalho e dedicação renderam-lhe condições para adquirir sua própria fazenda e dedicar-se à cultura do café.

Conquistou muitas coisas, mas a mais marcante, sem dúvida, foi quando, nos anos 50, mudou o seu estilo de vida e desceu às águas do batismo passando a servir o Senhor na Igreja Congregação Cristão no Brasil. Deu muito testemunho disso, era referência na região construindo inclusive diversos templos de sua igreja, apoiando muitas famílias carentes e desprovidas de recursos na região.

Mas, em julho de 1975, numa manhã fria, aos 58 anos de idade, viu a geada matar seu cafezal, não suportou e dormindo nos deixou para que pudéssemos contar sua história e reconhecer a grande contribuição que deixou ao nosso Estado.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa de Leis a aprovação da presente proposição que visa denominar de Rodovia Antônio Quinteiro a PR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até o trevo da Rodovia Natal Pessuti, no município de São João do Ivaí.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 474/2013**

Projeto de Lei nº 474/2013  
Autores: Deputado Belinati.

**Súmula:** Denomina "Rodovia Antônio Quinteiro" a PR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até o trevo da Rodovia Natal Pessuti, no município de São João do Ivaí.

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE A RODOVIA POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE EM APENAS UM TRECHO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Belinati, tem por objetivo denominar de "Rodovia Antônio Quinteiro", a BR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até o trevo da Rodovia Natal Pessuti, no município de São João do Ivaí.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

**Art. 65. A Iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Com efeito, diante da informação da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, que a rodovia já possui denominação em um determinado trecho, esta comissão sugere uma emenda substitutiva geral.

A fim de denominar apenas um determinado trecho, o Regimento Interno, em seu art. 137, 2º §º, prevê a possibilidade de se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.**

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

*[Assinatura]*  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
Presidente

*[Assinatura]*  
**DEP. ALEXANDRE CURI**  
Relator

*[Assinatura]* Dep. Nelson  
*[Assinatura]* Dep. Perillo  
*[Assinatura]* Dep. Carlos  
*[Assinatura]* Dep. Tominini  
*[Assinatura]* Dep. Laurion  
*[Assinatura]* Dep. Tróiano  
*[Assinatura]* Dep. Tacelli

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

**10.12.13**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 474/2013**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 474/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**Súmula: Denomina "Rodovia Antônio Quinteiro" o trecho da BR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até a entrada da PR-457 no município de São Pedro do Ivaí.**

Art. 1º - Denomina "Rodovia Antônio Quinteiro" o trecho da BR-369 que liga o município de Jandaia do Sul até a entrada da PR-457 no município de São Pedro do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

**DEP. NELSON JUSTUS**  
Presidente

**DEP. ALEXANDRE CURI**  
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

**10.12.13**



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

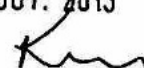
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 490 DE 2013

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08-OUT. 2013

  
1º Secretário

SÚMULA: Denomina de "Ponte Anísio Tormena" a ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-492, Entre os Municípios de Paraíso do Norte e Rondon.

Art. 1º Fica denominada de "Ponte Anísio Tormena" a ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-492, entre os Municípios de Paraíso do Norte e Rondon.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2013.

  
ANTONIO ANIBELLI NETO  
Deputado Estadual

14:55 08/10/2013 008653 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





**JUSTIFICATIVA**

Anísio Tormenta nasceu em Mariópolis, em 1943, tendo migrado com os pais para o noroeste paranaense no início da década seguinte, para trabalhar na lavoura. Era casado e pai de quatro filhos.

Assumiu a presidência da Alcopar (Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná) em 1999, depois de ocupar alguns anos a vice-presidência. Em Paraíso do Norte, foi um dos fundadores da Coopcana (Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana), uma das primeiras destilarias a operar pelo Proálcool (Programa Nacional de Álcool), criado pelo governo federal na década de 1970. Foi eleito prefeito do Município nos anos 1980.

Considerado uma importante liderança no setor em nível nacional, Tormena tinha um extenso currículo à frente da Alcopar. Durante os onze anos em que presidiu a entidade, várias empresas foram criadas, como a Pasa (Paraná Operações Portuárias S.A.), sediada em Paranaguá, o primeiro terminal de embarque de açúcar a granel do Sul do País, a CPA Trading, atualmente uma das quatro maiores exportadoras de álcool do mundo, com sede em Maringá, a Álcool do Paraná, em Paranaguá. Atualmente, estava voltado para a viabilização do projeto do alcoolduto ligando Maringá a Paranaguá, e que já tem previsão de ficar pronto em 2014.

Tormena faleceu em maio de 2010, num trágico acidente automobilístico, quando saía de Paraíso do Norte e seguia para Maringá, onde pretendia pegar um voo para Brasília, onde iria participar de uma reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Diante do exposto, certo da importância desta justa homenagem ao Sr. Anísio Tormena, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto como forma de homenagear esse importante cidadão paranaense.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2013.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 490/13**

Projeto de Lei nº 490/2013  
Autores: Deputado Antonio Anibelli Neto.

Súmula: Denomina de "Ponte Anísio Tormena" a ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-492, entre os municípios de Paraíso do Norte e Rondon.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.  
DENOMINAÇÃO DE PONTE.  
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA  
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-  
EXISTENTE. PARECER DO DER  
INFORMANDO QUE A PONTE NÃO  
POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.  
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.  
ANÁLISE FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, tem por objetivo denominar de "Ponte Anísio Tormena" a ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-492, entre os municípios de Paraíso do Norte e Rondon.

**FUNDAMENTAÇÃO**



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenna nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

**Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para**



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 dezembro de 2013.

*Impr. Pauli*  
Dep. Calvi

*[Signature]*  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Signature]*  
Dep. Scharif

*[Signature]*  
HERMAS BRANDÃO JUNIOR  
RELATOR

*[Signature]*  
Dep. Moraes

*[Signature]*  
Dep. Luciano

*[Signature]*  
Dep. Turini

**A PROVADO**

00.12.13

Praça Nossa Senhora de Salete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911  
Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 12 NOV. 2013  
  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 604 /2013**

Altera a Lei nº 12.412/1998.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.412, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Nova Olímpia e foro no Município de Cidade Gaúcha."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.412, de 30 de dezembro de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Nova Olímpia. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Nova Olímpia e foro no Município de Cidade Gaúcha, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.



# SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 12412 - 30 de Dezembro de 1998

Alterado Compilado Original 1Publicado no Diário Oficial nº. 5405 de 30 de Dezembro de 1998

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Nova Olímpia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Nova Olímpia.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 1998.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Fani Lerner  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

louanea Cidade Góchez.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 604/2013**

**Projeto de Lei nº 604/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.**

**Súmula: Altera a Lei nº 12.412/1998.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.412/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.412/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Nova Olímpia.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Olímpia" para "sede no Município de Nova Olímpia e foro no Município de Cidade Gaúcha".



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



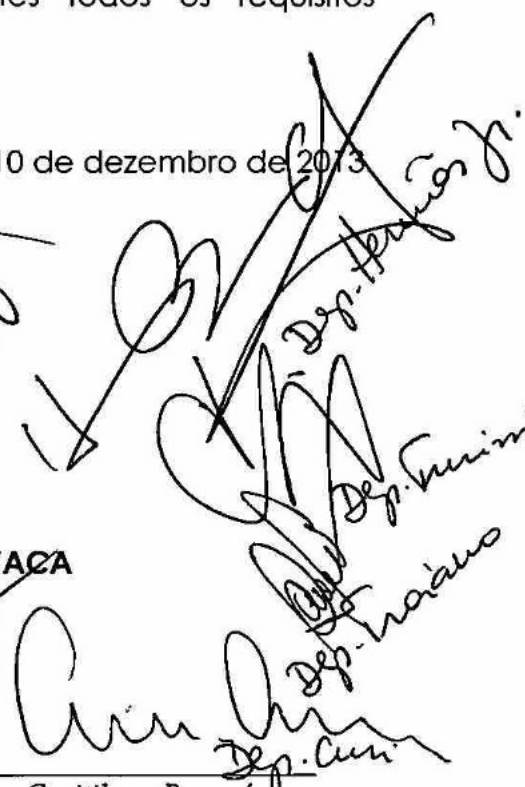
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**APROVADO**

10.12.13



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 NOV. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 605/2013


Altera a Lei nº 12.474/1999.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.474, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no Município de Saudade do Iguaçu e foro no Município de São João."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

  
Deputado **CATO QUINTANA**  
PRESIDENTE

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLINETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.474, de 20 de janeiro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Saudade do Iguaçu. Contudo, verifica-se que o Município em questão integra a Comarca de São João, sendo necessária a adequação da Lei com relação ao foro.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 12474 - 20 de Janeiro de 1999

Alterado Compilado Original

1

Publicado no Diário Oficial nº. 5430 de 5 de Fevereiro de 1999

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Saudade do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Saudade do Iguaçu.

FORO -&gt; SÃO JOÃO

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de janeiro de 1999.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Fani Lerner  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/2013**

**Projeto de Lei nº 605/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.**

**Súmula: Altera a Lei nº 12.474/1999.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 12.474/1999 - ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.474/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Saudade do Iguaçu.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Saudade do Iguaçu" para "sede no Município de Saudade do Iguaçu e foro no Município de São João".



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

*[Signature]*  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

*[Signature]*  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13 *[Signature]*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 NOV. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 606 /2013

Altera a Lei nº 5.023/1965.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 5.023, de 12 de março de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Congregação da Missão Província do Sul, com sede e foro no Município de Curitiba."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 5.023, de 12 de março de 1965 concedeu o título de Utilidade Pública à Província do Sul da Congregação da Missão. Contudo, observando-se o o Estatuto Social e o CNPJ da entidade, nota-se o equívoco da Lei com relação ao nome, sendo necessária sua adequação para que passe a constar Congregação da Missão Província do Sul.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 5023 - 12 de Março de 1965

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 10 de 13 de Março de 1965

**Súmula:** Declara de utilidade "A PROVÍNCIA DO SUL DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO", com sede nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública "A PROVÍNCIA DO SUL DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO", com sede nesta Capital.

**Art. 2º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 12 de março de 1965.

Ney Braga

Zacharias Emiliano Seleme

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ALTERAR NOMINAÇÃO

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO

CNPJ 7.765356650001-61



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 606/2013**

**Projeto de Lei nº. 606/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.**

**Súmula: Altera a Lei nº 5.023/1965**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 5.023/1965 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "PROVÍNCIA DO SUL DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO" PARA "CONGREGAÇÃO DA MISSÃO PROVÍNCIA DO SUL" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 5.023/1965. Súmula:** Declara de utilidade pública a Província do Sul da Congregação da Missão, com sede nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação da "Província do Sul da Congregação da Missão" para "Congregação da Missão Província do Sul", conforme consta sua razão social.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer**  
**membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais**  
**e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**  
**arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase**  
**de sua tramitação.**

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

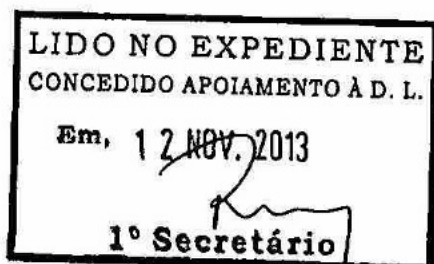
**APROVADO**

**10.12.13**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



## PROJETO DE LEI Nº 607/2013

Altera a Lei nº 12.473/1999.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Santa Cruz do Monte Castelo e foro no Município de Loanda."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO






# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCINO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santa Cruz do Monte Castelo. Contudo, verifica-se que a instituição tem com sede no Município de Santa Cruz do Monte Castelo e foro no Município de Loanda, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

## Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida voltar

**Exibir Ato**

Página para impressão

Lei 12473 - 20 de Janeiro de 1999

**Alterado** Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 5430 de 5 de Fevereiro de 1999**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo - APAE, com sede e foro no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo - APAE, com sede e foro no município de Santa Cruz do Monte Castelo.**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de janeiro de 1999.

*Jaime Lerner*  
Governador do Estado*Fani Lerner*  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família*ROMAÑA LOANDA*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 607/2013**

**Projeto de Lei nº 607/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

**Súmula:** *Altera a Lei nº 12.473/1999.*

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.473/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.473/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede e foro no Município de Santa Cruz de Monte Castelo.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Santa Cruz de Monte Castelo" para "sede no Município de Santa Cruz do Monte Castelo e foro no Município de Loanda".



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

**PRESIDENTE**

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

## RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### PROJETO DE LEI 609/13

**SÚMULA:** Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

**Art. 1º** O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, com suas alterações posteriores, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, será igual a R\$ 0,157 (cento e cinquenta e sete milésimos de real).

**Art. 2º** Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o valor unitário do Valor de Referência de Custas (VRC) previsto na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, com suas alterações posteriores.

**Art. 3º** Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, anexas à presente lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

De acordo com a proposta apresentada, o módulo Unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149/1970, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, será igual a R\$ 0,157 (cento e cinquenta e sete milésimos de real).

Isso significa um reajuste de 11,45% (onze vírgula quarenta e cinco por cento), representado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de outubro de 2011 a setembro de 2013, período de 2 (dois) anos de recomposição.

Importante ressaltar que a atual proposta de reajuste desconsidera índices que no passado deixaram de ser aplicados às Tabelas do Regimento de Custas, visto que a Lei Estadual nº 16.741, de 29 de dezembro de 2010, contemplou reajuste já desatualizado, pois originário de projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa ainda no ano de 2007.

Cita-se, ainda, a proposta encaminhada a esta Casa de Leis no ano de 2012, dando origem ao Projeto de Lei nº 646/2012, restituído a este Poder Judiciário sem apreciação.

Portanto, se considerado todo o período acima apontado, compreendido entre os anos de 2007 a 2013, teríamos uma proposta de reajuste de aproximados 45,13% (quarenta e cinco vírgula treze por cento), representados pelos Índices do IPCA referentes aos anos de 2007 (4,46%); 2008 (5,90%); 2009 (4,31%); 2010 (5,91%); 2011 (6,50%); 2012 (5,84%) e 2013 (3,79% - índice acumulado até setembro de 2013).

Mostra-se, assim, essencial que se promova a reposição inflacionária das custas e emolumentos referente ao período de outubro de 2011 a setembro de 2013, com vistas a manutenção dos serviços prestados no foro judicial e extrajudicial, uma vez que os custos diretos e indiretos para a prestação de referidos serviços sofreram, neste interregno, ajustes inflacionários ou mesmo majorações em vista da política de mercado.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A proposta prevê o reajuste da VRC tendo por base o valor fixado em 2010 em R\$ 0,141 (cento e quarenta e um milésimos de real), passando as novas Tabelas de Custas e Emolumentos a vigorar a partir do mês de janeiro de 2013.

A exemplo da redação constante no artigo 1º da Lei Estadual nº 14.595, de 27 de Dezembro de 2004, que se refere à Taxa Judiciária, o artigo 2º da proposta autoriza que o Presidente do Tribunal de Justiça, por meio de Decreto Judiciário, atualize anualmente o valor unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149/70, e alterações posteriores.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada, por unanimidade de votos, pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão realizada em 11 de novembro de 2013.

Em razão da aludida alteração não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

**TABELA I**

**DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**SECRETARIAS**

<b>I.</b> Recursos Interpostos para o Tribunal de Justiça ou para os Tribunais Superiores	R\$ 37,33
<b>II.</b> Reclamações, Correições Parciais e Conflitos de Competência	R\$ 37,33
<b>III.</b> Mandado de Segurança	R\$ 37,33
<b>IV.</b> Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:	
Mínimo.....	R\$ 19,41
Máximo.....	R\$ 89,59
<b>V.</b> Deserção	R\$ 37,33
<b>VI.</b> Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:	
a) uma folha.....	R\$ 7,46
b) por folha que exceder.....	R\$ 2,24
<b>VII.</b> Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	R\$ 33,60

**OBS: (...)**

**NOTAS: (...)**

**TABELA II**

**DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**SECRETÁRIO**

<b>I.</b> Certidões	
a) pela primeira folha.....	R\$ 7,46
b) por folha que exceder.....	R\$ 2,24
<b>II.</b> Registros de Diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito	R\$ 14,93
<b>III.</b> Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria.....	R\$ 2,24

**NOTA - (...)**

**TABELA III**

**ATOS DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**SECRETÁRIO**

<b>I. Certidões</b> a) pela primeira folha..... b) por folha que exceder.....	R\$ 7,46 R\$ 2,24
<b>II. Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria</b>	R\$ 2,24

**NOTA - (...)**

**TABELA VI**

**JUÍZES DE PAZ**

<b>I. Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausentes ou vagos</b>	2%
--	----

**NOTAS: (...)**

**TABELA VII**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

<b>I. Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registrais.</b>	R\$ 4,48
---	----------

**NOTA - (...)**

**TABELA IX**

**ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, FAMÍLIA E DA FAZENDA**

I - Arrolamentos, Inventários, Sobrepartilhas, Partilha de bens  
Embargos  
Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária  
Processos de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição contenciosa)  
Incidentes procedimentais  
Mandados de segurança  
Medidas cautelares  
Alvarás  
Retificações  
Processos de execução em geral, inclusive de sentença  
Separações, Divórcios e Dissolução da sociedade conjugal  
Alimentos em geral  
Reconvenções  
Falências, Concordatas, Recuperação Judicial e Restituição de mercadoria  
Extinção de obrigações  
Recursos, Exceções e  
Demais ações

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 21.000,00	3.297,00	1.500,00	235,5	Vide nota 6
Até 25.200,00	3.956,40	1.700,00	266,9	"
Até 29.400,00	4.615,80	1.800,00	282,6	"
Até 33.600,00	5.275,20	1.900,00	298,3	"
Até 37.800,00	5.934,60	2.100,00	329,7	"
Até 42.000,00	6.594,00	2.300,00	361,1	"
Até 46.200,00	7.253,40	2.500,00	392,5	"
Até 50.400,00	7.912,80	2.700,00	423,9	"
Até 54.600,00	8.572,20	2.900,00	455,3	"
Até 58.800,00	9.231,60	3.000,00	471,0	"
Até 63.000,00	9.891,00	3.100,00	486,7	"
Até 67.200,00	10.550,40	3.200,00	502,4	"
Até 71.400,00	11.209,80	3.400,00	533,8	"
Até 75.600,00	11.869,20	3.600,00	565,2	"
Até 79.800,00	12.528,60	3.800,00	596,6	"
Até 84.000,00	13.188,00	4.000,00	628,0	"
Até 88.200,00	13.847,40	4.200,00	659,4	"
Até 92.400,00	14.506,80	4.400,00	690,8	"
Até 96.600,00	15.166,20	4.600,00	722,2	"
Até 100.800,00	15.825,60	4.800,00	753,6	"
Até 105.200,00	16.516,40	5.000,00	785,0	"
Até 109.600,00	17.207,20	5.200,00	816,4	"
Até 114.000,00	17.898,00	5.400,00	847,8	"
Até 118.400,00	18.588,80	5.600,00	879,2	"
Até 122.800,00	19.279,60	5.800,00	910,6	"

**II-** Buscas, cada 10 anos..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46  
Autuação..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46  
Desarquivamento de processos..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46

**III -** Certidões extraídas de autos, livros ou Documentos, e por ofício, edital e alvará expedido:  
Primeira folha..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46  
Por folha que exceder..... = 20,00 VRC = R\$ 3,14

**IV -** Conferência de reprodução, cópia, ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações de avisos..... = 20,00 VRC = R\$ 3,14

**V -** Cartas Precatórias:

a-) **recebidas**, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução..... = 1.000,00 VRC = R\$ 157,00

b-) **recebidas**, pelo respectivo cumprimento para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão:  
.....**metade** das custas previstas no item I, mais porte postal.

c-) **expedida**, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46

**VI-** Carta de Sentença..... = 300,00 VRC = R\$ 47,10  
Rogatória..... = 300,00 VRC = R\$ 47,10  
Mandado de Averbação..... = 300,00 VRC = R\$ 47,10

**VII-** Por carta de adjudicação e formal de partilha expedido..... = 1.000,00 VRC = R\$ 157,00

a-) carta de arrematação, remissão e requisitório de pagamento: .....as mesmas custas previstas no item I.

**VIII-** Separações e Divórcios..... = 2.400,00 VRC = R\$ 376,80  
Conversões e dissoluções de sociedade conjugal..... = 2.400,00 VRC = R\$ 376,80

a-) havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I.



**IX – Declaração de habilitação de crédito:**

- a) no prazo:..... 25% das custas taxadas no item I.  
b) retardatária ou impugnação de crédito:.... 50% das custas taxadas no item I.

<b>X – Procedimentos administrativos.....</b>	<b>= 600,00 VRC = R\$ 94,20</b>
Justificações.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Protestos.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Notificações.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Interpelações.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20

**NOTAS: (...)**

**TABELAX**

**ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME**

	VRC	R\$
<b>I. Questões prejudiciais: Exceções; Conflitos de Jurisdição; Medidas Assecuratórias; Incidentes de Falsidade; Perícias em Geral; Reconhecimento de Pessoas e de Coisas; Buscas e Apreensão; Interdição de Direitos e Medidas de Segurança.....</b>	100,00	15,70
Fiança.....	120,00	18,84
<b>II. Restauração de autos extraviados ou destruídos.</b>	200,00	31,40
<b>III. Processos em espécie:</b>		
a) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal.....	200,00	31,40
b) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II do mesmo Código:		
1º) Até a pronúncia, inclusive.....	100,00	15,70
2º) Da pronúncia até o julgamento.....	100,00	15,70
c) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código.....	160,00	25,12
<b>IV. Recursos:</b>		
a) Embargos de Terceiro em Sequestro .....	200,00	31,40
b) Em Sentido Estrito, Apelação e Protesto por novo Júri.....	200,00	31,40
<b>V. Incidentes de Execução:</b>		
Livramento Condicional, inclusive revogação e reabilitação.....	60,00	9,42
<b>VI. Certidões:</b>		
primeira folha .....	40,00	6,28
por folha que exceder .....	3,00	0,47
<b>VII. Buscas: cada 10 (dez) anos ou fração</b>	2,00	0,31
<b>VIII. Autenticações.....</b>	2,00	0,31

NOTA (...)

**TABELA XI**

**ATOS DOS TABELIÃES**

	VRC	R\$	CPC
<b>I. Reconhecimento de Firma:</b>			
a) sem valor declarado.....	21,73	3,41	
b) com valor declarado, e por autenticidade.	43,60	6,85	
<b>II. Autenticações de papéis, documentos e fotocópias, por ato</b>	20,00	3,14	
<b>III. Procuração:</b>			
- Por outorgante ou outorgado que acrescer	384,62	60,38	
- Em causa própria, metade das custas do item IV desta tabela.	10,00	1,57	
<b>IV. Escrituras: (incluído o traslado)</b> sem valor declarado metade do item 1º da tabela abaixo.			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 56.000,00	8.792,00	1.260,00	197,82	Vide nota 4
Até 66.000,00	10.362,00	1.485,00	233,15	"
Até 76.000,00	11.932,00	1.710,00	268,47	"
Até 86.000,00	13.502,00	1.935,00	303,80	"
Até 96.000,00	15.072,00	2.160,00	339,12	"
Até 106.000,00	16.642,00	2.385,00	374,45	"
Até 116.000,00	18.212,00	2.610,00	409,77	"
Até 126.000,00	19.782,00	2.835,00	445,10	"
Até 136.000,00	21.352,00	3.060,00	480,42	"
Até 146.000,00	22.922,00	3.285,00	515,75	"
Até 156.000,00	24.492,00	3.510,00	551,07	"
Até 166.000,00	26.062,00	3.652,00	573,36	"
Até 176.000,00	27.632,00	3.872,00	607,90	"
Até 186.000,00	29.202,00	4.092,00	642,44	"
Até 196.000,00	30.772,00	4.312,00	676,98	"
Até 206.000,00	32.342,00	4.532,00	711,52	"
Até 216.000,00	33.912,00	4.752,00	746,06	"
Até 226.000,00	31.866,00	4.972,00	780,60	"

OBS: (...)

*[Handwritten signature]*

	VRC	R\$	CPC
<b>V. Testamentos:</b>			
a) Público.....	2.000,00	314,00	Vide nota 4
b) Aprovação de testamento cerrado .....	300,00	47,10	Vide nota 4
c) Revogação.....	1.000,00	157,00	Vide nota 4
<b>VI. Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha amigável .....</b>	1.000,00	157,00	Vide nota 4
por unidade, mais.....	40,00	6,28	Vide nota 4
<b>VII. Certidões:</b>			
a) Procurações.....	40,00	6,28	0,00
b) de escritura - primeira folha.....	30,00	4,71	0,00
por página que acrescer.....	9,00	1,41	0,00
<b>VIII. Pública forma:</b>			
a) primeira folha.....	46,00	7,22	0,00
b) por página que acrescer.....	30,00	4,71	0,00
<b>IX. Buscas: por dez (10) anos ou fração.....</b>	6,00	0,94	0,00
<b>X. Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, numa única escritura que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial, as custas serão cobradas pela forma abaixo:</b>			
a) pelas três (3) primeiras unidades, custas integrais;			
b) cada uma das demais unidades, 80% (oitenta por cento) das custas integrais.			

NOTAS: (...)

## TABELA XII

### ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

	VRC	R\$	CPC
<b>I. Averbações:</b>			
a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio; ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam...	120,00	18,84	0,00
b) de alteração de nome e retificação de assento.....	120,00	18,84	0,00
<b>II. Certidões de Nascimento, Casamento ou óbito:</b>			
a) em breve relatório.....	175,00	27,47	0,00
b) verbo ad verbo - primeira folha .....	65,00	10,20	0,00
por folha que exceder.....	15,00	2,35	0,00
c) havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração.....	10,00	1,57	0,00
<b>III. Habilitação para casamento.....</b>	1.500,00	235,50	Vide nota 4
a) Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento.....	70,00	10,99	0,00
b) Casamento fora do Cartório, excluída a			

despesa com a condução, a cargo do interessado.....	2.000,00	314,00	0,00
c) Registro de editais recebidos de outro ofício.....	50,00	7,85	0,00

NOTAS: (...)

	VRC	R\$	CPC
<del>IV. Registro de Nascimento ou de óbito com a primeira certidão:</del>			
<del>a) independente de despacho Judicial.....</del>			
<del>b) mediante despacho Judicial.....</del>			
V. Retificação de assento à margem, mediante justificação, com ou sem prova.....	70,00	10,99	0,00
VI. Inscrição de casamento religioso .....	200,00	31,40	0,00
VII. Registro: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação .....	150,00	23,55	0,00
VIII. Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação.....	170,00	26,69	0,00

NOTAS: (...)

### TABELA XIII

#### ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

	VRC	R\$	CPC
I. Arquivamento de qualquer documento.	7,00	1,09	0,00
II. Averbação (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento):			
a) de mudança de numeração, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separação ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e matrícula, desde que tal retificação não importe na alteração do valor contratual.	60,00	9,42	Vide nota 6
b) de liberação parcial de garantia hipotecária	80,00	12,56	Vide nota 6
c) de liberação total de garantia hipotecária - as mesmas custas do item XIII letra A.			
d) demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas no item XIII.			Vide nota 6
e) de contrato de locação, para fins de preferência (art. 167, II, 16 L.R.P.), 30% sobre as custas determinadas no item XIII.			
III. Buscas: cada 10 (dez) anos.	3,00	0,47	0,00

<b>IV. Certidões:</b>			
a) de registro ou ônus real.....	67,00	10,51	0,00
b) negativa de propriedade.....	40,00	6,28	0,00

**NOTAS: (...)**

	VRC	R\$	CPC
<b>V. Registro de Cédulas de Crédito e financiamento Rural, Industrial, Comercial e Exportação: as mesmas custas do item XIII letra A.</b>			
<b>VI. Registro no livro 2, de hipoteca cedular:</b> a) Cédula de Crédito e financiamento Rural, o mesmo valor previsto no item V, para o registro de cada Imóvel. b) Das demais cédulas mencionadas no item V, o mesmo.			
<b>VII. Averbações de cédulas rurais mencionadas no item V: 10% do item V.</b>			
<b>VIII. Registro de escrituras de pacto antenupcial no livro 3.....</b>	60,00	9,42	Vide nota 6
Averbação de escrituras de pacto antenupcial no livro 2.....	20,00	3,14	0,00
<b>IX. Incorporação e Condomínio:</b> a) Registro de incorporação imobiliária: o mesmo preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno, custo global da obra (Lei Federal 4591, de 16/12/64, artigo 32, "h"). b) Registro de instituição de condomínio..... c) Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade, incluindo o valor das averbações necessárias....	200,00 200,00	31,40 31,40	Vide nota 6 Vide nota 6
<b>X. Registro de Loteamentos:</b> a) Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação de edital na imprensa, por lote ou gleba..... b) Intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução....	10,00 40,00	1,57 6,28	Vide nota 6 0,00
<b>NOTA - Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea "a", até 50 (cinquenta) lotes, serão de:.....</b>	200,00	31,40	Vide nota 6
<b>XI. Recebimento de prestações previstas no Dec. Lei n. 58, de 10/12/1937 e na Lei 6766, de 20/12/1979:</b> a) Pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação..... b) Pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado.	40,00	6,28	0,00
<b>NOTA - Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.</b>			
<b>XII. Matrícula: nos casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão.</b>	30,00	4,71	Vide nota 6



<b>XIII. Registro de Títulos (inclusive buscas, matrícula e certidão):</b> a) Sem valor declarado - 50% do item 1º da tabela abaixo. b) Com valor declarado:			
--	--	--	--

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 56.000,00	8.792,00	1.260,00	197,82	Vide nota 4
Até 66.000,00	10.362,00	1.485,00	233,15	"
Até 76.000,00	11.932,00	1.710,00	268,47	"
Até 86.000,00	13.502,00	1.935,00	303,80	"
Até 96.000,00	15.072,00	2.160,00	339,12	"
Até 106.000,00	16.642,00	2.385,00	374,45	"
Até 116.000,00	18.212,00	2.610,00	409,77	"
Até 126.000,00	19.782,00	2.835,00	445,10	"
Até 136.000,00	21.352,00	3.060,00	480,42	"
Até 146.000,00	22.922,00	3.285,00	515,75	"
Até 156.000,00	24.492,00	3.510,00	551,07	"
Até 166.000,00	26.062,00	3.652,00	573,36	"
Até 176.000,00	27.632,00	3.872,00	607,90	"
Até 186.000,00	29.202,00	4.092,00	642,44	"
Até 196.000,00	30.772,00	4.312,00	676,98	"

OBS: (...)

	VRC	R\$	CPC
<b>XIV. Prenotação do título no protocolo.</b>	10,00	1,57	0,00
<b>XV. As inscrições dos contratos de abertura de crédito com garantia de penhor ou hipotecário, para o financiamento agrícola e pecuário com o Banco do Brasil S/A e o Banco do Estado do Paraná S/A, pagarão a metade das custas previstas neste regimento (item V). OBS: Ver nota 3</b>			Vide nota 6
<b>XVI. Prejudicado pelo sistema de folio real, instituído pela Lei 6015/73.</b>			
<b>XVII. Do título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e dos direitos a ele relativos, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura.</b>			Vide nota 6
<b>XVIII. Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, num único título que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial as custas serão cobradas da seguinte forma: a) Pelo registro da primeira unidade: custas integrais. b) Pelo registro de cada uma das demais unidades 80% (oitenta por cento) das custas integrais.</b>			Vide nota 6 Vide nota 6
<b>XIX. Serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as custas devidas pelos registros</b>			Vide nota 6



correspondente à primeira aquisição mobiliária, comprovada mediante declaração expressa do adquirente, sob as penas da lei, quando houver financiamento pelo sistema financeiro de habitação. a) Registro de averbação referente à aquisição de casa própria, em que seja parte Cooperativa Habitacional ou entidade assemelhada (artigo 290, § 1º, Lei 6015/73) - 30% do item XIII A; b) Nos programas de interesse social, executados pelas COHABs ou entidades assemelhadas; atos de aquisição de imóveis e os de averbação de construção, estarão sujeitos às seguintes limitações: - imóvel até 60 m² de área construída: 40% do item XIII A (Sem valor declarado); - mais de 60 m² até 70 m²: 50% do item XIII A (Sem valor declarado); - mais de 70 m² até 80m²: 60% do item XIII A.			
XX. Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condominial e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem.	60,00	9,42	Vide nota 6

NOTAS: (...)

#### TABELA XIV

#### ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

I. Registro Integral de Contrato, Títulos e Documentos com valor declarado:			
---	--	--	--

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 20.000,00	3.140,00	300,00	47,1	Vide nota 3
Até 24.000,00	3.768,00	360,00	56,52	"
Até 28.000,00	4.396,00	420,00	65,94	"
Até 32.000,00	5.024,00	480,00	75,36	"
Até 36.000,00	5.652,00	540,00	84,78	"
Até 40.000,00	6.280,00	600,00	94,2	"
Até 44.000,00	6.908,00	660,00	103,62	"
Até 48.000,00	7.536,00	720,00	113,04	"
Até 52.000,00	8.164,00	780,00	122,46	"
Até 56.000,00	8.792,00	840,00	131,88	"
Até 60.000,00	9.420,00	900,00	141,3	"
Até 64.000,00	10.048,00	960,00	150,72	"
Até 68.000,00	10.676,00	1.020,00	160,14	"

OBS.: (...)

	VRC	R\$	CPC
II. Registro Integral de Títulos, Documentos ou Papel sem valor declarado.	300,00	47,10	Vide nota 3
III. Registro e entrega de notificações, inclusive a certidão à margem do registro e no documento.....	300,00	47,10	Vide nota 3
a) Despesas de condução: no perímetro urbano.....	80,00	12,56	Vide nota 3
b) no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 10 (dez) quilômetros.....	150,00	23,55	Vide nota 3
IV. Matrícula de Oficina Impressora, Jornal e outros periódicos.	150,00	23,55	Vide nota 3
V. Inscrição de Pessoas Jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento.....	100,00	15,70	Vide nota 3
VI. Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 20.000,00	3.140,00	300,00	47,1	Vide nota 3
Até 24.000,00	3.768,00	360,00	56,52	"
Até 28.000,00	4.396,00	420,00	65,94	"
Até 32.000,00	5.024,00	480,00	75,36	"
Até 36.000,00	5.652,00	540,00	84,78	"
Até 40.000,00	6.280,00	600,00	94,2	"
Até 44.000,00	6.908,00	660,00	103,62	"
Até 48.000,00	7.536,00	720,00	113,04	"
Até 52.000,00	8.164,00	780,00	122,46	"
Até 56.000,00	8.792,00	840,00	131,88	"
Até 60.000,00	9.420,00	900,00	141,3	"
Até 64.000,00	10.048,00	960,00	150,72	"
Até 68.000,00	10.676,00	1.020,00	160,14	"

OBS.: (...)

	VRC	R\$	CPC
VII. Certidões e Buscas:			
a) Certidões .....	40,00	6,28	0,00
por página que crescer.....	10,00	1,57	0,00
b) buscas por dez (10) anos ou fração....	3,00	0,47	0,00
VIII. Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório.....	3,00	0,47	0,00
IX. Microfilme do documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de página, mais.....	3,00	0,47	0,00
X. Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal n.º 5433, de 08 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto n.º 64393 de 24 de abril de 1969:			
a) de microfilmagem por rolo de 16mm.....	25,00	3,92	0,00
b) de microfilmagem por rolo de 35mm.....	60,00	9,42	0,00
c) de cópia extraída de rolo de microfilme, legalizado, por página ou fotograma.....	70,00	10,99	0,00

NOTAS: (...)

### TABELA XV

#### ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TÍTULOS

I. Anotação ou protesto			
-------------------------	--	--	--

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 12.000,00	1.884,00	180,00	28,26	Vide nota
Até 16.000,00	2.512,00	240,00	37,68	"
Até 24.000,00	3.768,00	360,00	56,52	"
Até 32.000,00	5.024,00	480,00	75,36	"
Até 40.000,00	6.280,00	530,00	83,21	"
Até 48.000,00	7.536,00	580,00	91,06	"
Até 56.000,00	8.792,00	630,00	98,91	"
Até 64.000,00	10.048,00	680,00	106,76	"
Até 72.000,00	11.304,00	730,00	114,61	"
Até 80.000,00	12.560,00	780,00	122,46	"
Até 88.000,00	13.816,00	830,00	130,31	"

OBS.: - (...)

	VRC	R\$	CPC
II. Intimação:	80,00	12,56	Vide nota
III. Cancelamento ou anulação de protesto ou averbação de pagamento: 80% das custas do n.º I.			
IV. Certidões:			
a) negativa (por nome) e inteiro teor (por página).....	67,00	10,51	0,00
b) relatório breve (por ato).....	5,00	0,78	0,00
V. Buscas: por dez anos ou fração	3,00	0,47	0,00
VI. Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da serventia.....	0,60	0,09	0,00

NOTA: (...)

### TABELA XVI

#### ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

*[Handwritten signature]*

## DOS CONTADORES

	VRC	R\$	CPC
I. Conta de qualquer natureza	65,00	10,20	Vide nota
II. Conta de juros, correção monetária e prêmios: além do previsto no item I, cada papel, por ano ou fração.....	2,00	0,31	0,00
III. Cálculo de liquidação de sentença..... - Cálculo de qualquer processo, de imposto à transmissão de propriedade inter-vivos ou causa-mortis de quaisquer outros impostos ou taxas; de liquidação em inventário e arrolamento, sejam quantas forem as sucessões e operações necessárias; formação de ativo e passivo, com base no monte-mor, na arrecadação, adjudicação, remissão ou valor apurado..... - Cálculo para cumprimento do Item 12.7.2.3. do CNCJ.....	200,00 50,00 40,00	31,40 7,85 6,28	0,00 0,00 0,00
IV. Conversão à moeda nacional ou estrangeira de cada papel de crédito, título da dívida pública, ação de companhia ou instituições financeiras; por cálculo	2,00	0,31	0,00
V. Verificação ou conferência de crédito e contas em falência, concordata, recuperação judicial, concurso creditório e prestação de contas em geral.	30,00	4,71	0,00
VI. Certidão e Buscas: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor			
VII. Emenda ou reforma de cálculo ou conta: metade do estabelecido nos itens I a V			
OBS: Se a emenda ou reforma resultar de omissão ou erro do Contador não serão devidas custas.			

NOTAS: (...)

## DOS PARTIDORES

	VRC	R\$	CPC
I. Esboço de partilha: 10% das custas atribuídas ao Escrivão da Vara em que estiver sendo processado o feito			Vide nota 2
II. Rateio, pelo que houver: as mesmas custas do item I			
III. Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepilha: metade das custas atribuídas ao item I			
OBS: - Se a emenda ou a reforma resultar de omissão ou erro do Partidor, nada perceberá.			
IV. Busca: cada 10 (dez) anos ou fração, as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.			
V. Certidão: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.			

NOTAS: (...)

## DOS DISTRIBUIDORES

	VRC	R\$	CPC
<b>I. Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário, para encaminhamento de petição ao Tribunal ou Comarca respectiva</b>	90,00	14,13	
<b>II. Distribuição e/ou registro para o foro extrajudicial:</b>			
a) Títulos e Documentos.....	70,00	10,99	
b) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Títulos e Documentos.....	30,00	4,71	
c) <del>Tabellonatos</del> .....	<del>35,00</del>	<del>5,49</del>	
d) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Tabellonato de Notas.....	30,00	4,71	
e) Protestos - até R\$ 133,99.....	35,00	5,49	
R\$ 133,99 a R\$ 1.339,90.....	70,00	10,99	
R\$ 1.339,90 em diante.....	92,00	14,44	
f) Registro de Imóveis.....	45,00	7,06	
<b>III. Averbação a margem da Distribuição e/ou registro</b>	16,00	2,51	
<b>IV. Baixa ou retificação de Distribuição e/ou registro de aditivos, averbações, alterações e anexos</b>	26,00	4,08	
<b>V. Busca:</b>			
a) Para informação verbal.....	16,00	2,51	
b) Por 10(dez) anos ou fração que exceder os primeiros 20 (vinte) anos.....	16,00	2,51	
c) Para cumprimento do item 3.1.15 do CNGCJ .....	79,00	12,40	
<b>VI. Certidão:</b>			
a) Includa a busca até 20 (vinte) anos....	141,00	22,13	
b) por página que acrescer.....	8,00	1,25	
<b>OBS: Vide nota 4</b>			

NOTAS: (...)

## DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

			CPC
<b>I. De valores, títulos da dívida pública, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas: sobre o valor nominal, importância final apurada, cotação oficial ou avaliação, até o máximo de 267,00 VRC (R\$ 37,65)</b>	2%		
<b>II. De imóveis, urbanos ou rurais: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)</b>	2%		
<b>III. De móveis, veículos automotores, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)</b>	4%		
<b>IV. Via férrea, linha telefônica e telegráfica, empresa de luz, água e outros serviços públicos, ou dos materiais empregados em seu</b>	2%		



funcionamento; empresas e estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas; sementeira ou plantação: sobre o produto líquido dos bens administrados, até o máximo de <b>535,00 VRC (R\$ 75,43)</b>			
<b>V.</b> Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados desde que auferidos com trabalho do depositário mediante autorização judicial até	10%		
<b>VI.</b> Pela administração de Imóveis rurais ou urbanos depositados as mesmas do item V			
<b>VII.</b> Nos executivos fiscais, quando houver depósitos: as custas serão calculadas sobre o valor da dívida fiscal			Vide nota 5
<b>VIII.</b> Pela guarda de bens: a) veículos automotores: além das custas previstas no item III por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa..... b) Demais bens: além das custas previstas no item III e observado o seu limite, por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa.....	0,5%  1%		
<b>IX.</b> Certidão e Busca: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor			

NOTAS: (...)

## TABELA XVII

### ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS

	VRC	R\$	CPC
<b>I.</b> Avaliação de ações de companhia, debêntures, títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:			Vide nota 3
- por 50 VRC (R\$ 7,05) ou fração.....	5,00	0,78	
- emolumento máximo.....	500,00	78,50	
<b>II.</b> Avaliação de imóveis e outros bens:			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 100.000,00	15.700,00	400,00	62,8	Vide nota 3
Até 150.000,00	23.550,00	470,00	73,79	"
Até 200.000,00	31.400,00	540,00	84,78	"
Até 250.000,00	39.250,00	670,00	105,19	"
Até 300.000,00	47.100,00	800,00	125,6	"
Até 350.000,00	54.950,00	930,00	146,01	"
Até 400.000,00	62.800,00	1.060,00	166,42	"
Até 450.000,00	70.650,00	1.190,00	186,83	"
Até 500.000,00	78.500,00	1.320,00	207,24	"
Até 550.000,00	86.350,00	1.450,00	227,65	"
Até 600.000,00	94.200,00	1.580,00	248,06	"
Até 650.000,00	102.050,00	1.710,00	268,47	"

NOTAS: (...)



## TABELA XVIII

### ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

	VRC	R\$	CPC
I. Autos de qualquer natureza, inclusive os atos complementares	150,00	23,55	
II. Citações, Intimações ou Notificações, por pessoa.....	30,00	4,71	
- Certidão, sendo no mesmo local, o primeiro ato será cotado integralmente e os subsequentes, pela metade.....	12,00	1,88	
III. Contrafé por pessoa	6,00	0,94	
IV. Pelos atos que praticarem nas sessões do Júri inclusive certidões para ordenação de processos, de cada dia de sessão	20,00	3,14	
V. Condução: Será usada Tabela fixada pelo Juiz Diretor do Fórum em portaria, ouvidos os demais Magistrados em exercício na Comarca e atendidas as peculiaridades locais (Art. 25 da Lei n.º 7.567/82).			

NOTAS: (...)

## TABELA XIX

### ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITÓRIO

	VRC	R\$	CPC
I. Certidão: Os mesmos emolumentos dos Distribuidores.			
II. Pregão: (incluída, nos leilões, a fixação do edital e respectiva certidão)			
a) efetuado em audiência.....	50,00	7,85	
b) efetuado fora de audiência.....	50,00	7,85	
III. Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates, requeridos antes da praça ou depois destas: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de 800,00 VRC (R\$ 112,80)	2%		

OBS: (...)

## TABELA XX

### ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

	VRC	R\$	CPC
I. Arbitramento:			
a) de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa.....	20,00	3,14	
b) de responsabilidade para especialização de hipoteca legal.....	20,00	3,14	
II. Corpo de delito:			
a) quando depender de exame médico ou cirúrgico.....	40,00	6,28	
b) quando não depender desses	20,00	3,14	

exames.....			
III. Exames:			
a) de sanidade	40,00	6,28	
b) de sanidade mental, ao arbítrio do Juiz que terá em vista a observação mais ou menos longa de 10,00 VRC (R\$ 1,41) até 80,00 VRC (R\$ 11,28)			
c) cadavérico, físico ou químico, se o exame preceder à execução	120,00	18,84	
d) radioscópico, ao arbítrio do Juiz, de 10,00 VRC (R\$ 1,41) até 80,00 VRC (R\$ 11,28)			
e) radiográfico, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 40,00 VRC (R\$ 5,64)			
f) de escrituração mercantil, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 40,00 VRC (R\$ 5,64)			
g) de documento, livros ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro fato, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 50,00 VRC (R\$ 7,05)			
h) não especificados neste número	20,00	3,14	

OBS: (...)



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 12 de novembro de 2013.  
Of. nº 1.226/2013-GP

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 12/11/2013,

Presidente



A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 13 NOV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração da Tabela do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



Curitiba, 25 de novembro de 2013.  
Ofício nº 1.255/2013-GP



A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital.

Senhor Presidente:

Através do Ofício 1.226/2013-GP, datado de 12 de novembro de 2013, foi encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 609/2013, que altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Ocorre, no entanto, que em razão da necessidade de adequações na redação da proposição, em Sessão Administrativa realizada no dia 25 de novembro de 2013, o colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça autorizou esta Presidência a requerer a supressão do artigo 2º do citado Projeto de Lei.

Por isso, formula-se o presente para solicitar a Vossa Excelência seja formulada Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 609/2012, de autoria deste Tribunal de Justiça, para retirar de sua redação original o artigo 2º, passando a ter a seguinte redação:

**"PROJETO DE LEI Nº 609/2013**

**SÚMULA:** Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Recebido  
Em 26/11/13  
Por [assinatura]

[assinatura]



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA



**Art. 1º** O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.449, de 09 de setembro de 1970, com suas alterações posteriores, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, será igual a R\$ 0,157 (cento e cinquenta e sete milésimos de real).

**Art. 2º** Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, anexas à presente lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 609/13**

Projeto de Lei nº. 609/13  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Altera as Tabelas do regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

**EMENTA:** ALTERAÇÃO DAS TABELAS DE CUSTAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24 E 98 DA CF. ART. 13 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. SEM ALTERAÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE COM LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. ADEQUAÇÃO À LEI ESTADUAL 14.277/2003. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa efetuar a alteração nas Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido pela Lei Estadual nº 6.149/70.

VISTA EM 03/12/2013

Dep. Bernardo

*retirou o pedido  
vista.*

CCJ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**  
(Grifos Nossos).

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre custas forenses, conforme o artigo 24, inciso IV, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**  
**IV - custas dos serviços forenses;**

Simetricamente, traz a Constituição Estadual o seguinte:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**  
(...)  
**IV - custas dos serviços forenses;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, a Constituição Federal aduz que as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça:

**Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:**

**(...)**

**§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.**

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

**Art. 96. Lei de Organização e Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira de magistratura, observados os seguintes princípios:**

**(...)**

**XVII - as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça;**

A Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1º, §2º, inciso VIII, assim dispõe:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

(...)

**§ 2º.** Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

(...)

**VIII - modicidade das custas e emolumentos.**

Importante observar que o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça a solicitação de supressão do artigo 2º do projeto em exame, razão pela qual a aprovação será na forma da EMENDA SUPRESSIVA, nos termos do artigo 137, § 1º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas, vislumbrando a competência legislativa do Tribunal de Justiça para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA**, em virtude de sua



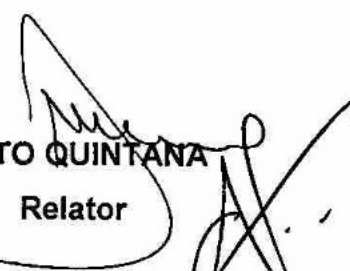
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




CONSTITUCIONALIDADE, por estarem presentes todos os requisitos  
Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

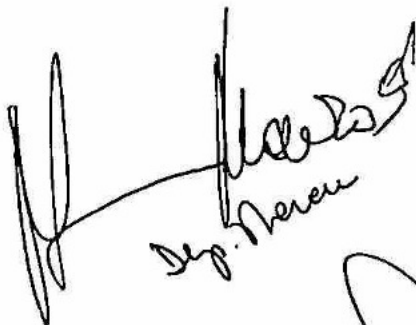
  
CAÍTO QUINTANA  
Relator

  
Dep. Tadeu

  
Dep. Hermos

  
Dep. Baston

  
Dep. Turini

  
Dep. Nereu

  
Dep. Traiano

  
Dep. Curi

  
Dep. Carlos



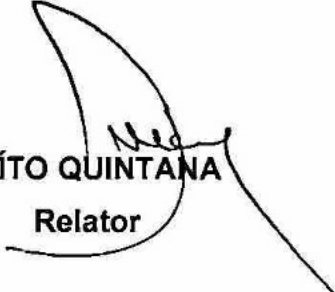
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 609/2013**

Fica suprimido o artigo 2º do Projeto de Lei nº 609/2013, renumerando os demais, conforme artigo 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

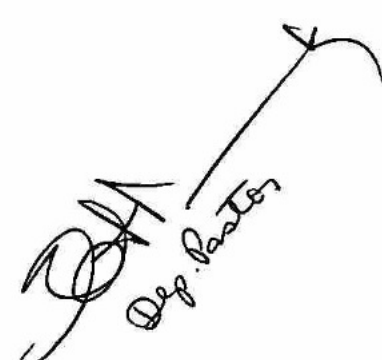
  
**CAÍTO QUINTANA**  
Relator

  
Dep. Hermoso

  
Dep. Nereu

  
Dep. Curi


  
Dep. Tadeu

  
Dep. Pastor

  
Dep. Mariano

  
Dep. Carlos

  
Dep. Tadini

**APROVADO**  
03.12.13 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 609/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.226/2013-GP, datado de 12 de novembro de 2013, que altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Contudo, o autor da proposta encaminhou a esta Casa de Leis, Ofício nº 1.255/2013-GP, datado de 25 de novembro de 2013, onde argumenta que, em Sessão Administrativa realizada no dia 25 de novembro de 2013, o colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça autorizou a supressão do artigo 2º do referido Projeto de Lei.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caito Quintana exarou o devido parecer favorável, com a inclusão de Emenda Supressiva, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça, visa alterar as Tabelas do Regimento de Custas.

Com relação a Constituição do Estado, os arts. 65 e 96 asseguram a iniciativa de matérias dessa natureza ao Tribunal de Justiça.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Insta ressaltar que, em relação à questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração do ordenador de despesas, uma vez, que a referida matéria, não implica em aumento de despesas.

**CONCLUSÃO**

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

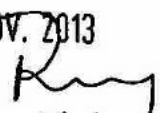
Sala das Comissões, 10/12/13

*Ass: [Assinatura]*  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO  
RELATOR

*Ass: [Assinatura]*  
Dep. Buhara  
*Ass: [Assinatura]*  
Dep. Waldyr  
*Ass: [Assinatura]*  
Dep. Enio  
*Ass: [Assinatura]*  
Dep. Durion



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 18 NOV. 2013  
  
1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 617/2013

Altera a Lei nº 11.284/1995.


**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 11.284, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Portadores da Síndrome de Down, com sede e foro no Município de Londrina."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

  
Deputado **CAIO QUINTANA**  
PRESIDENTE

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.284, de 26 de dezembro de 1995 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos de Portadores da Síndrome de Down.

No entanto, não houve menção na lei quanto à sede e ao foro da instituição, que é no Município de Londrina, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 11284 - 26 de Dezembro de 1995

**Alterado** Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 4661 de 26 de Dezembro de 1995

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down, APS - DOWN.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down, APS - DOWN.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de dezembro de 1995.

*Emilia de Salles Belinati*  
Governadora do Estado, em exercício

*Armando Martinho Raggio*  
Secretário de Estado da Saúde

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



DIVERGÊNCIA - FALTA SEDE E FORO Condutina



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 617/2013**

**Projeto de Lei nº 617/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 11.284/1995.**

**EMENTA: AUSÊNCIA DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.284/1995 – MENÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 11.284/1995. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de pais e Amigos dos portadores da Síndrome de Down, APS- DOWS.

No entanto, não houve menção na lei quanto à sede e ao foro da instituição, que é no Município de Londrina, sendo necessária a adequação da Lei.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:  
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições  
que disponham sobre:  
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer  
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais  
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu  
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase  
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO FERNANDO SCANAYACA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

**10.12.13**



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 618 /2013

Altera a Lei nº 8.610/1987.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 8.610, de 29 de outubro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Jesuítas e foro no Município de Formosa do Oeste."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 8.610, de 29 de outubro de 1987 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jesuítas. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Jesuítas e foro no Município de Formosa do Oeste, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar



Exibir Ato



Página para impressão

Lei 8610 - 29 de Outubro de 1987

**Alterado** Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 2640 de 3 de Novembro de 1987

**Súmula:** Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), com sede e foro no Município de Jesuítas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), com sede e foro no Município de Jesuítas.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 29 de outubro de 1987.

Álvaro Dias  
Governador do Estado

Delcino Tavares da Silva  
Secretário de Estado da Saúde

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



Foro Formosa do Uerti @



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 618/2013**

**Projeto de Lei nº 618/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 8.610/1987.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.610/1987 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 8.610/1987. Súmula:** Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), com sede e foro no Município de Jesuítas.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Jesuítas" para "sede no Município de Jesuítas e foro no Município de Formosa do Oeste".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 619 /2013

Altera a Lei nº 12.618/1999.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.618, de 12 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Mariópolis e foro no Município de Clevelândia."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRÉ BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.618, de 12 de julho de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mariópolis. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Mariópolis e foro no Município de Clevelândia, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO****Sistema Estadual de Legislação**

Pesquisa Rápida

voltar

**Exibir Ato**

Página para impressão

Lei 12618 - 12 de Julho de 1999

**Alterado** Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 5536 de 13 de Julho de 1999**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com sede e foro no município de Mariópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com sede e foro no município de Mariópolis.**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de julho de 1999.

*Aníbal Khury**Governador do Estado, em exercício**Fani Lerner**Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família**José Cid Campêlo Filho**Secretário de Estado do Governo**Comarca CLEVELÂNDIA @**Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 619/2013**

**Projeto de Lei nº 619/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 12.618/1999.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.618/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.618/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Mariópolis, com sede e foro no Município de Mariópolis.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Mariópolis," para "sede no Município de Mariópolis e foro no Município de Clevelândia".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

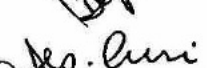
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
Dep. Turini  
  
Dep. Traiano

  
Dep. Luri  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13 

  
Dep. Mourão



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 620 /2013

Altera a Lei nº 8.960/1989.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 8.960, de 20 de abril de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Araruna e foro no Município de Peabiru.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado CAITO QUINTANA  
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION  
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRÉ BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 8.960, de 20 de abril de 1989 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Araruna. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Araruna e foro no Município de Peabiru, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

## Sistema Estadual de Legislação

Pág. 048

Pesquisa Rápida

voltar

## Exibir Ato



Página para impressão

Lei 8960 - 20 de Abril de 1989

**Alterado** Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 3001 de 21 de Abril de 1989**Súmula:** Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro naquela localidade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro naquela localidade.**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de abril de 1989.

Ary Veloso Queiroz  
Governador do Estado, em exercícioRubens Bueno  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

COMARCA PEABIRU

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 620/2013**

Projeto de Lei nº 620/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula: Altera a Lei nº 8.960/1989.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.960/1989 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 8.960/1989. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro naquela localidade.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Araruna," para "sede no Município de Araruna e foro no Município de Peabiru".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


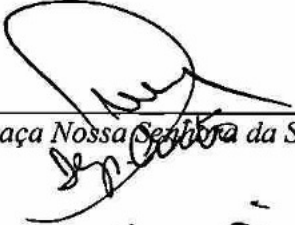
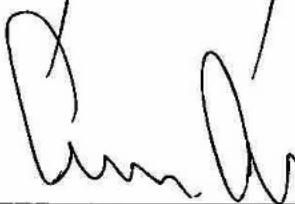



Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR

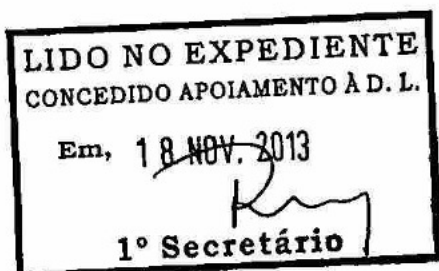
  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**PROJETO DE LEI Nº 621/2013**

Altera a Lei nº 10.986/1994.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Campo Bonito. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida - voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 10986 - 27 de Dezembro de 1994

**Alterado** Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 4414 de 27 de Dezembro de 1994

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no município de Campo Bonito.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no município de Campo Bonito.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de dezembro de 1994.

Mário Pereira  
Governador do Estado

Newton Sérgio Ribeiro Grein  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

COMARCA GUARANIACU

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
**ESTADO DE  
GOVERNO**



todo



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 621/2013**

**Projeto de Lei nº 621/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 10.986/1994.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.986/1994 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 10.986/1994. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Campo Bonito," para "sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



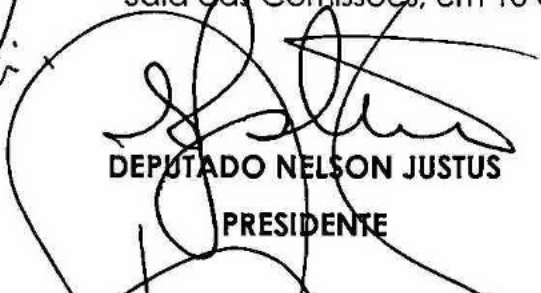
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



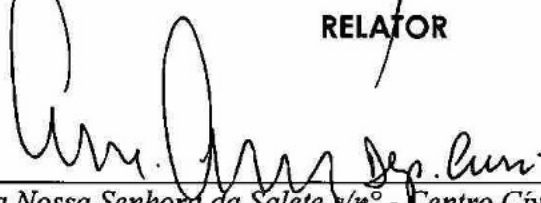



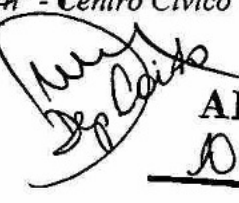
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

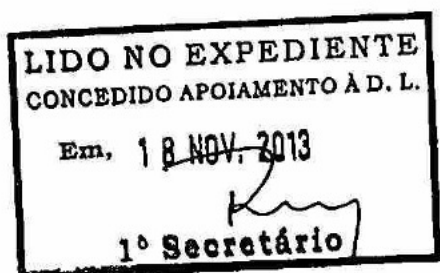
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
**Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**

**APROVADO**

**0.12.13**



## PROJETO DE LEI Nº 622 /2013

Altera a Lei nº 8.486/1987.

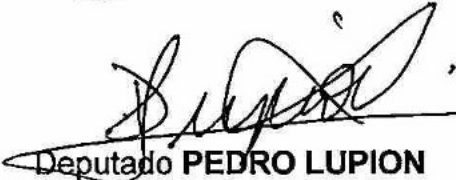
**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 8.486, de 9 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Mandirituba e foro no Município de Fazenda Rio Grande.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

  
Deputado **CAIO QUINTANA**  
PRESIDENTE

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRÉ BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 8.486, de 9 de junho de 1987 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mandirituba. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Mandirituba e foro no Município de Fazenda Rio Grande, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

## Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

**Exibir Ato**

Página para impressão

Lei 8486 - 09 de Junho de 1987

**Alterado** Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 2542 de 10 de Junho de 1987**Súmula:** Dedara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Mandirituba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Mandirituba.**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de junho de 1987.

Álvaro Dias  
Governador do EstadoRubens Bueno  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

COMANCA FAZENDA Rio Grande. @

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 622/2013**

Projeto de Lei nº 622/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula: Altera a Lei nº 8.486/1987.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.486/1987 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 8.486/1987. Súmula:** Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA- A.P.A.E, com sede e foro na Cidade de Mandirituba.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Mandirituba" para "sede no Município de Mandirituba e foro no Município de Fazenda Rio Grande".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

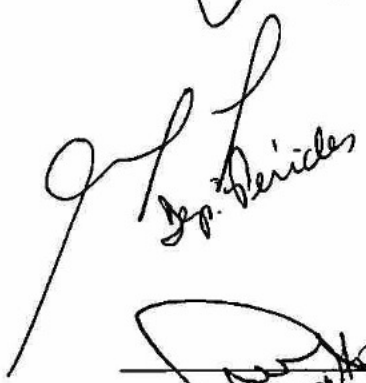

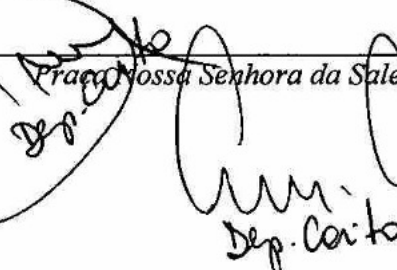
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

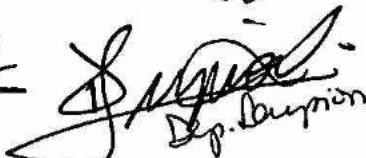
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

**10.12.13**

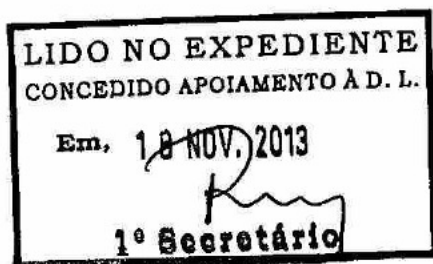
  
Dep. Trucini  
  
Dep. Inácio

  
Dep. Hermano

  
Dep. Bayron



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**PROJETO DE LEI Nº 623/2013**

Altera a Lei nº 13.222/2001.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 13.222, de 5 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Guairaçá e foro no Município de Terra Rica.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 13.222, de 5 de julho de 2001 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Guairaçá. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Guairaçá e foro no Município de Terra Rica, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pág.

047

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 13222 - 5 de Julho de 2001

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6023 de 9 de Julho de 2001

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no Município de Guairacá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no Município de Guairacá.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 2001.

Emília de Salles Belinati  
Governadora do Estado, em exercício

Fani Lerner  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho  
Secretário de Estado do Governo

COMARCA TERRA RICA

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CELEPAR

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 623/2013**

**Projeto de Lei nº 623/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula:** *Altera a Lei nº 13.222/2001.*

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.222/2001 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 13.222/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairaçá, com sede e foro do Município de Guairaçá.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Guairaçá" para "sede no Município de Guairaçá e foro no Município de Terra Rica".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

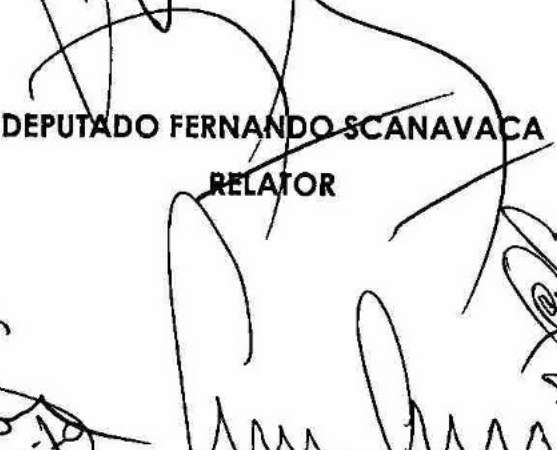
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


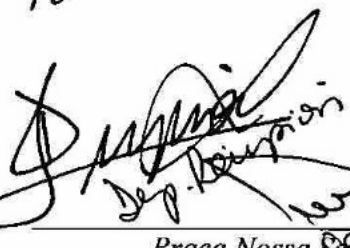



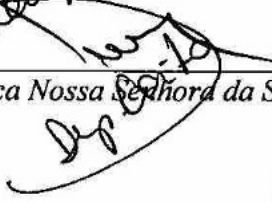
Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**

**RELATOR**

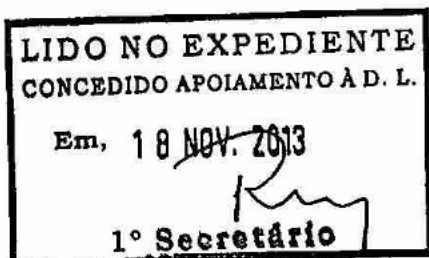
  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

**10.12.13**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**PROJETO DE LEI Nº 624 /2013**

Altera a Lei nº 9.973/1992.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAIÃO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCILIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São João do Caiuá. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 9973 - 21 de Maio de 1992

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 3768 de 22 de Maio de 1992

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuá.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de maio de 1992.

Roberto Requião  
Governador do Estado

Djalma de Almeida César  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Foro Alto Paraná

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 624/2013**

**Projeto de Lei nº 624/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 9.973/1992.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.973/1992 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 9.973/1992. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro na Cidade de São João do Caiuá.

O projeto pretende modificar a "sede e foro na Cidade de São João do Caiuá," para "sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.







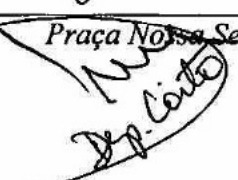
Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

**Em, 18 NOV. 2013**

**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 625 /2013**

Altera a Lei nº 11.844/1997.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 11.844, de 3 de outubro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itaúna do Sul e foro no Município de Nova Londrina.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

  
Deputado **CAIO QUINTANA**  
PRESIDENTE

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.844, de 3 de outubro de 1987 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Itaúna do Sul. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Itaúna do Sul e foro no Município de Nova Londrina, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 11844 - 03 de Outubro de 1997

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 5102 de 3 de Outubro de 1997

**Súmula:** Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, com sede e foro no município de Itaúna do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, com sede e foro no município de Itaúna do Sul.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 03 de outubro de 1997.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Fani Lerner  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Comanea Nova Londriva

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 625/2013**

**Projeto de Lei nº 625/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 11.844/1993.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.844/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 11.844/1993. Súmula:** Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" – APAE, com sede e foro no município de Itaúna do Sul.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Itaúna do Sul," para "sede no Município de Itaúna do Sul e foro no Município de Nova Londrina".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

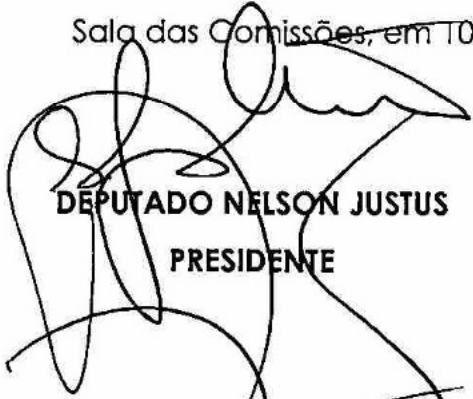


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


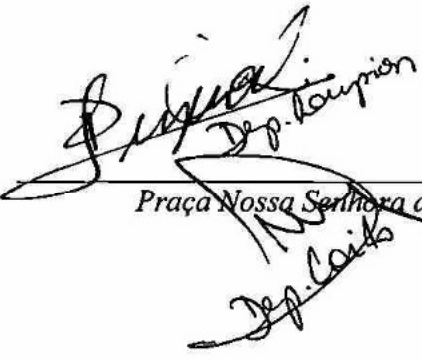

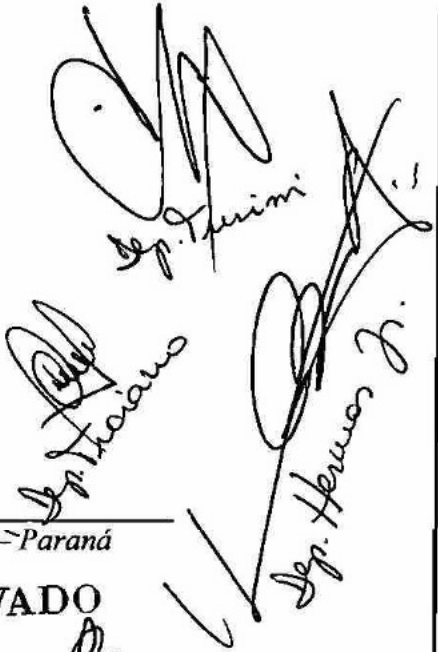



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13 



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 626 /2013

Altera a Lei nº 10.160/1992.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 10.160, de 7 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Santa Tereza do Oeste e foro no Município de Cascavel."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCILIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.160, de 7 de dezembro de 1992 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santa Tereza do Oeste. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Santa Tereza do Oeste e foro no Município de Cascavel, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pag. 041

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 10160 - 07 de Dezembro de 1992

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 3904 de 7 de Dezembro de 1992

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Tereza do Oeste, com sede e foro no município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Tereza do Oeste, com sede e foro no município.

- ☐ **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 07 de dezembro de 1992.

Roberto Requião  
Governador do Estado

José Durval Matos do Amaral  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

FORO CASCAVEL PL 129/92 (ok)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



todo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 626/2013**

**Projeto de Lei nº 626/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula:** *Altera a Lei nº 10.160/1992.*

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.160/1992 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 10.160/1992. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Santa Tereza do Oeste, com sede e foro no Município.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Santa Tereza do Oeste" para "sede no Município de Santa Tereza do Oeste e foro no Município de Cascavel".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
**APROVADO**

10.12.13

Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



LIDO NO EXPEDIENTE  
 CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
 Em, 18 NOV. 2013  
  
 1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 627/2013

Altera a Lei nº 12.413/1998.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**  
 PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
 RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
 MEMBRO



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

### **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Roncador. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama, sendo necessária adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 12413 - 30 de Dezembro de 1998

**Alterado** Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5405 de 30 de Dezembro de 1998

**Súmula:** Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no município de Roncador.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no município de Roncador.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 1998.

*Jaime Lerner*  
Governador do Estado

*Fani Lerner*  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



Foro Britania





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/2013**

**Projeto de Lei nº 627/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 12.413/1998.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.413/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.413/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE" com sede e foro no Município de Roncador.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Roncador" para "sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





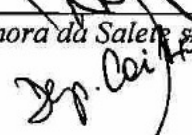
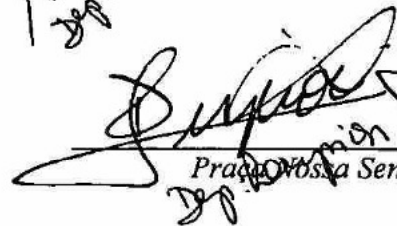
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10.12.13 

**PROJETO DE LEI**

693/13

**Súmula:** Dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – PARANÁ PARCERIAS, criado pela Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Para fins de adimplemento das obrigações contraídas nos contratos de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, fica criada conta corrente específica, denominada Conta-Garantia, sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S.A.

**Art. 2º** A Agência de Fomento do Paraná S.A. deverá manter os recursos que lhe sejam transferidos para a Conta-Garantia segregados dos demais recursos de sua titularidade, destinando-os, exclusivamente, ao adimplemento das obrigações contraídas pelo Estado do Paraná e suas entidades da administração direta e indireta em contratos de Parcerias Público-Privadas, sob pena de responsabilização dos seus administradores, nos termos da lei, podendo a Agência de Fomento do Paraná S.A. autorizar o agente financeiro da Conta-Garantia a transferir os recursos diretamente à conta do concessionário, conforme disposto nos contratos de Parcerias Público-Privadas.

**Parágrafo único.** No caso de recursos transferidos periodicamente de forma automática para a Conta-Garantia, uma vez adimplidas todas as contraprestações assumidas pelo Estado do Paraná e entidades da sua administração indireta em contratos de Parcerias Público-Privadas, a Agência de Fomento do Paraná S.A. poderá autorizar o agente financeiro a transferir eventual saldo remanescente da Conta-Garantia ao Tesouro do Estado do Paraná.

**Art. 3º** O pagamento das obrigações, a execução e a recomposição das garantias fornecidas nos contratos de Parcerias Público-Privadas obedecerá procedimento a ser disciplinado nos respectivos contratos de Parcerias Público-Privadas e seus anexos.

**Art. 4º** A Conta-Garantia receberá, a título de recursos, repasse das seguintes fontes:

- I. do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, criado pela Lei Estadual nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962 e alterado pela Lei Estadual nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, ficando a Agência de Fomento do Paraná S.A., gestora do referido Fundo, autorizada a repassar à Conta-Garantia, valor determinado pelo Conselho de Investimentos do FDE;

- II. dos dividendos de empresas estatais;

- III. dos direitos não tributários, conforme regulamentação específica do Poder Executivo;
- IV. dos demais recursos do Tesouro do Estado do Paraná, conforme regulamentação específica do Poder Executivo; e
- V. de qualquer outra fonte que o Poder Executivo entenda relevante, por meio de regulamentação específica.

§ 1º Ficam os agentes financeiros responsáveis pelo repasse de cada um dos recursos citados no artigo 4º desta Lei autorizados a efetuar a transferência dos valores necessários para garantir o pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias previstas nos contratos de Parcerias Público-Privadas diretamente para a Agência de Fomento do Paraná S.A., para destinação exclusiva à Conta-Garantia, à medida que o Estado do Paraná e sua Administração Direta e Indireta firmarem as respectivas parcerias público-privadas.

§ 2º No caso de insuficiência das fontes elencadas nos incisos anteriores, fica autorizada a destinação de no máximo 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE do Estado do Paraná para a Conta-Garantia, ficando o agente financeiro responsável pelo repasse autorizado a efetuar a transferência do valor necessário à recomposição da Conta-Garantia, à Agência de Fomento do Paraná S.A., para destinação exclusiva à Conta-Garantia.

§ 3º Os recursos a que se refere este artigo deverão ser destinados ao pagamento de obrigações contratadas ou garantidas, diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de concessão e deverão ser recompostos após a sua utilização até o pontual cumprimento das obrigações pecuniárias contraídas pelo Estado do Paraná e suas entidades da administração direta indireta, nos contratos de Parceria Público-Privada.

**Art. 5º** Caberá à Agência de Fomento do Paraná S.A. poderes para administrar os recursos financeiros em conta vinculada ou para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente definidas em regulamento.

**Art. 6º** Casos omissos serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado



INFORMAÇÃO Nº 88/2013- PGE/NJA/SEPL

PROTOCOLO: 13.009.449-0

**ASSUNTO:** ANTEPROJETO DE LEI PARA  
INSERÇÃO DE CONTA-GARANTIA COMO  
POSSÍVEL GARANTIA A SER PRESTADA  
PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS  
CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-  
PRIVADA.

**INTERESSADO:** SEPL

Sr. Diretor Geral,

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass.

Submete-se à análise deste Núcleo Jurídico Anteprojeto de lei de fls. 5 e 6 do protocolado, que dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas nos âmbito do programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – PARANÁ PARCERIAS, criado pela Lei Estadual nº 17.046/2012.

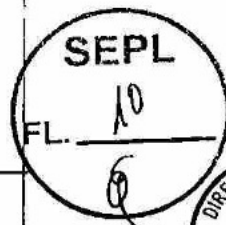
Inicialmente deve-se afirmar que a presente informação restringe-se aos aspectos jurídicos da questão, não tendo sido objeto de análise questões de conveniência e oportunidade.

Para melhor análise da legalidade do projeto de lei primeiramente será relatado o conteúdo dos dispositivos legais e após o objeto da legislação proposta





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado  
do Planejamento e Coordenação Geral



será tratado de forma global.

No art. 1º o projeto de lei cria uma conta corrente específica denominada Conta-Garantia, que será utilizada para adimplemento das obrigações contraídas nos contratos do PARANÁ PARCERIAS a ser administrada pela Agência de Fomento do Paraná S.A.

No art. 2º a redação proposta determina que os recursos da Conta-Garantia devem ser mantidos segregados dos demais recursos transferidos e administrados pela Agência de Fomento S.A., sob pena de responsabilização dos seus administradores. Ainda, pode a Agência de Fomento S.A. autorizar o agente financeiro da Conta-Garantia a transferir os recursos diretamente à conta do concessionário conforme disposto nos contratos de Parceria Público-Privada. No parágrafo único deste artigo tem-se a previsão de que os eventuais excessos de numerário da Conta-Garantia podem ser transferidos ao Tesouro do Estado.

No art. 3º tem-se a previsão de que os procedimentos para pagamento e recomposição serão disciplinados no respectivo contrato e seus anexos.

No art. 4º identificam-se as fontes que comporão a Conta-Garantia, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, os dividendos das empresas estatais, os direitos não tributários, demais recursos e outras fontes, sendo que nos três últimos exige-se regulamentação específica.

No § 1º tem-se a disposição de que fica autorizado o pagamento de acordo com o fluxo de obrigações derivadas dos contratos de PPP.

No § 2º tem-se a disposição de que na insuficiência das fontes elencadas no *caput* fica autorizada a destinação de parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE.

No § 3º exige-se que a recomposição dos valores seja feita de forma pontual até o cumprimento das obrigações dos contratos de PPP celebrados.

No art. 5º define-se que caberá a Agência de Fomento administrar os

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass. *[Assinatura]*





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado  
do Planejamento e Coordenação Geral



recursos da Conta-Garantia, bem como proceder a alienação dos bens gravados.

No art. 6º dispõe-se que os atos omissos serão regulamentados por meio de decreto e no último artigo revogam-se as disposições em contrário.

A concessão de garantias em projetos de PPP é um tema complexo na perspectiva jurídica. A modalidade escolhida é a criação de uma Conta-Garantia a ser administrada pela Agência de Fomento e que passa a integrar o FDE, mesmo que os recursos sejam completamente segregados dos demais. Assim, opta-se por uma modalidade em que não há criação de ente personalizado e tampouco procura-se dar a natureza de direito privado as garantias, na medida em que o FDE detém personalidade de direito público, sendo dotado de autonomia contábil.

A inclusão de novas finalidade para os investimentos do FDE pode ser feita por lei ordinária, assim a via adotada presta-se ao objetivo de inclusão de nova modalidade de investimentos do FDE.

O tratamento de forma segregada dos recursos da Conta-Garantia é essencial para que o objetivo da lei seja atingido, na medida em que a separação dos recursos para garantir de forma específica os contratos de PPP é o que torna relevante a modalidade escolhida. Afinal, a lógica da concessão de garantia é que a maior certeza de recebimento dos valores devidos ao parceiro privado torna menor o custo do projeto de PPP, em função da mitigação do risco de inadimplemento do Poder Público e da redução do custo de financiamento do projeto.

Aqui deve-se observar que no caso hipotético de extinção do FDE seria relevante garantir a manutenção da segregação dos recursos, uma vez que a sua incorporação aos recursos do Tesouro Estadual torna inócua a concessão de garantia. Como a extinção do FDE depende de lei especial que trata do destino dos recursos remanescentes a garantia da necessidade da lei para mudar o presente arranjo institucional já está presente.

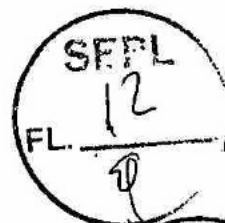
Uma segunda fonte para a Conta-Garantia são os dividendos de empresas estatais. Trata-se de fonte bastante adequada na medida em que tratam-se de recursos de natureza não tributária e, portanto, passíveis de vinculação específica para o garantia do fluxo de pagamentos das obrigações de PPP.

As demais possíveis fontes da Conta-Garantia dependem de uma

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass. \_\_\_\_\_



ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado  
do Planejamento e Coordenação Geral



regulamentação posterior.

Na insuficiência destas fontes autoriza-se a vinculação de parte do FPE para a Conta-Garantia. Apesar de ser possível a vinculação, superando-se a eventual ofensa ao art. 167, V da CF, a redação atual ofende a ordem jurídica pátria, em especial quanto aos princípios de Direito Financeiro e de responsabilidade fiscal. Afinal, a autorização legal para destinação de parcela indeterminada do FPE para a Conta-Garantia configura despesa de valor indeterminado. A autorização legislativa em questão para ser válida deve indicar expressamente qual é o limite da vinculação autorizada, seja por meio de um valor determinado ou seja através de um percentual específico.

A utilização do FPE é secundária, uma vez que apenas na ausência das fontes indicadas no *caput* está autorizada a vinculação. Entretanto, como em nenhuma das fontes primárias tem-se um valor mínimo ou um aporte inicial previamente definido em tese a constituição da garantia poderá ser feita exclusivamente pelo FPE. Deste modo, fica ainda mais crítica a necessidade da limitação indicada acima. Ademais, o Estado do Paraná já utilizou este mesmo FPE como garantia de operações de crédito nacionais e internacionais, o que faz com que a disponibilidade do FPE como garantidor de PPPs não seja do total do seu montante.

A definição desse percentual ou valor máximo deve ser feita tendo-se em vista tanto as necessidades do programa de PPPs quanto a disponibilidade econômico-financeira do FPE, em decorrência dos comprometimentos já existentes.

A questão da possibilidade de vinculação do FPE em decorrência da proibição da vinculação da receita dos impostos não afeta o texto proposto uma vez que o FPE caracteriza uma transferência corrente e não uma receita tributária do Estado do Paraná, excluindo-se da vedação do art. 167, V da CF. Esse arranjo institucional tem sido adotado em diversas unidades da federação, sendo que o Tribunal de Contas da União em acórdão que analisou a PPP utilizada para construir o estádio do Castelão em Fortaleza defendeu a legalidade da utilização do FPE para constituir garantias a contratos de PPP, *verbis*:

"O modelo de contratação para as intervenções no estádio foi a Parceria Público-Privada (PPP), pactuada entre a Secretaria do Esporte

Confere com o original

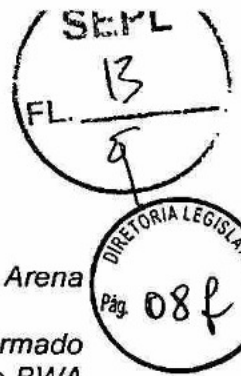
SEEG/CTL, em

Ass. \_\_\_\_\_



ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado  
do Planejamento e Coordenação Geral



do Ceará (Sesporte) e a Sociedade de Propósito Específico Arena Castelão Operadora de Estádio S.A.

· A SPE foi constituída após licitação vencida pelo Consórcio formado pelas empresas Galvão Engenharia S.A., Serveng Civilsan S.A. e BWA Tecnologia de Informação Ltda., no valor de R\$ 518.606.000,00, dos quais R\$ 351.545.150,00 provirão de empréstimo do Governo do Estado com o BNDES.

· O contrato prevê a execução de obra destinada a ampliar a capacidade do Castelão para 66.500 espectadores, em um complexo multifuncional, composto pelo estádio, restaurantes, museus, salas de convenções, centros culturais, comércio e praças..

· No relatório precedente estão destacadas as variáveis incidentes no modelo de estruturação financeira da PPP, bem como as condicionantes contratuais e aquelas derivadas de fiscalizações operadas pelos órgãos de controle.

· Ao analisar o primeiro relatório de Acompanhamento (Acórdão 2.243/2011-P), destaquei que a operação de financiamento foi aprovada pela Diretoria do BNDES, após conclusão da viabilidade econômica do projeto da Arena Castelão, levando à assinatura do contrato em dezembro de 2010.

· **A análise evidenciou, ainda, que o Estado do Ceará tem condições de honrar todos os compromissos financeiros assumidos com a contratação da operação. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) entraria como garantia última oferecida no empréstimo.** (TCU, Plenário, Acórdão nº 3270/2011, Processo nº 015.274/2011-8) (gn)

Assim, conclui-se pela possibilidade da vinculação do FPE ao pagamento e garantias das PPPs, desde que identificado limite máximo autorizado.

Por fim, deve-se fazer uma sugestão que não encerra qualquer ilegalidade mas mero ponto que pode ser aperfeiçoado, inclusive após a eventual aprovação do texto objeto da presente análise. O detalhamento dos procedimentos para acionamento dos valores da Conta-Garantia é efetivamente parte integrante dos contratos. Entretanto, a utilização de um procedimento padronizado em todos os contratos é benéfica à Administração Pública. Assim, após a edição da presente lei poderá o Conselho Gestor de PPP publicar uma normatização dos procedimentos por meio de resolução, evitando-se a coexistência de diversos procedimentos para a mesma finalidade.

Diante do exposto, conclui-se pela legalidade do Anteprojeto de Lei

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13

Ass. \_\_\_\_\_



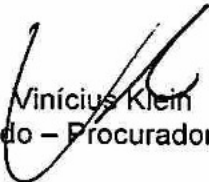
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado  
do Planejamento e Coordenação Geral



objeto do presente protocolado desde que a expressão "de parte" constante da segunda linha do § 2º do art. 4º seja substituída pela menção a percentual ou valor máximo a ser vinculado. Ainda, tendo-se em vista a importância da alteração legal submete-se a presente informação a apreciação da Exma. Procuradora Geral do Estado.

Curitiba, 27 de novembro de 2013

  
Vinícius Klein

Procurador do Estado – Procurador Chefe do NJA/SEPL

Confere com o original

SEEG/CTL, em 

Ass. 



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Gabinete do Procurador-Geral**



Protocolo nº 13.009.449-0  
Despacho nº 998/2013-PGE

- I. Aprovo a Informação nº 88/2013-NJA/SEPL, da lavra do Procurador do Estado Vinicius Klein, em 06 (seis) laudas;
- II. Restitua-se ao Núcleo Jurídico da Administração junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

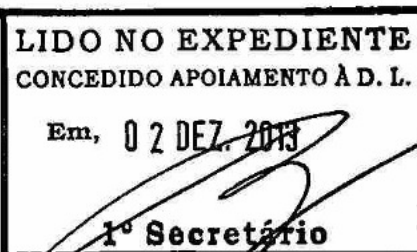
Curitiba, 27 de novembro de 2013.

Marisa Zandonai

**Procuradora-geral do Estado,**  
**em exercício**

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass.





MENSAGEM  
Nº 163 /2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 02 DEZ. 2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – PARANÁ PARCERIAS, criado pela Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

O Estado do Paraná, por intermédio da Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – PARANÁ PARCERIAS, com o intuito de celebrar contratos de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

Não se pode olvidar que o instituto das Parcerias Público-Privadas, amplamente utilizado atualmente seja a nível mundial, seja no âmbito nacional, possibilita a adoção de mecanismos com a finalidade de incentivar a participação e o investimento das entidades privadas em setores nos quais a Administração Pública carece de recursos financeiros, tendo por premissa a repartição de riscos e a eficiência na implantação das obras e execução dos serviços prestados.

Conquanto, como contratos de grande dimensão econômica financeira e de alta longevidade, as Parcerias Público-Privadas urgem por segurança jurídica no que tange a constituição de garantias sólidas tanto por parte do parceiro privado quanto pelo parceiro público.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.009.449-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

13452 02/12/2013 01:03:05 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

É de bom alvitre ressaltar que o sucesso do instituto das Parcerias Público-Privadas depende, precipuamente, da capacidade de se convencer parceiros e financiadores privados de que a Administração Pública irá honrar suas obrigações contratuais de longo prazo e, caso eventualmente as descumpra, tais parceiros e financiadores terão condições de executar, de forma rápida e eficiente, as garantias oferecidas, de maneira a se ressarcirem dos prejuízos que tal inadimplência lhes causará.

Ademais, as garantias somente serão executadas a partir da verificação do inadimplemento do parceiro público, que deverá estar tipificado no contrato de parceria. Destarte, caberá ao contrato tipificar as condutas específicas que retratem inadimplemento pecuniário do parceiro público, bem como o momento em que a garantia poderá vir a ser utilizada e os procedimentos que deverão reger o seu acionamento.

Assim, com o intuito de viabilizar a celebração de contratos de Parcerias Público-Privadas no âmbito do Estado do Paraná, nos termos da Lei Estadual nº 17.046, de 2012, cria-se a Conta Garantia sob a gestão da Agência de Fomento S.A., em razão de ser a instituição com maior expertise na gestão de Fundos e ativos públicos no Governo do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito **"REGIME DE URGÊNCIA"** para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO****Sistema Estadual de Legislação**

Pesquisa Rápida voltar

**Exibir Ato** Página para Impressão

Lei 17046 - 11 de Janeiro de 2012

**Alterado** Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 8629 de 12 de Janeiro de 2012**Súmula:** Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARE**

- ☐ **Art. 1º.** Fica criado o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias público-privadas em projetos de Interesse público, inclusive o fomento de atividades privadas nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

**§ 1º.** O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

**§ 2º.** Fica vedado aos órgãos, fundos e entidades mencionados no § 1º deste artigo o desenvolvimento e a celebração de parcerias público-privadas fora do âmbito do Programa ora instituído.

**§ 3º.** Toda celebração de parceira público-privada mencionada no caput deste artigo deverá ser devidamente informada à Assembleia Legislativa do Paraná pelos respectivos órgãos, fundos ou entidades envolvidos no âmbito do Programa ora instituído.

**Art. 2º.** Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

- ☐ **§ 1º.** Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**§ 2º.** Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

**§ 3º.** Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**§ 4º.** É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

**I** - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

**II** - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 05 (cinco) anos; ou

**III** - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**Art. 3º.** As concessões administrativas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004, aplicando-se adicionalmente o disposto nos arts. 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987/1995 e no art. 31, da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

**§ 1º.** As concessões patrocinadas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079/2004,

aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei Federal nº 8.987/1995 e nas leis que lhe são correlatas.



**§ 2º.** As concessões comuns continuam regidas pela Lei Federal nº 8.987/1995 e pelas leis que lhe são correlatas, não se lhes aplicando o disposto nesta Lei.

**§ 3º.** Continuam regidos exclusivamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas leis que lhe são correlatas, os contratos administrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa.

**Art. 4º.** O Programa Paraná Parcerias observará as seguintes diretrizes:

**I** - eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

**II** - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

**III** - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

**IV** - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

**V** - transparência dos procedimentos e das decisões;

☐ **VI** - repartição objetiva de riscos entre as partes;

**VII** - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

## **II - DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

**Art. 5º.** Ressalvadas as disposições contidas no § 4º, do art. 2º e no inciso IV do art. 4º, desta Lei, podem ser objeto de parcerias público-privadas:

**I** - a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública;

**II** - a prestação de serviço público;

**III** - a exploração de bem público;

**IV** - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Estado, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas disponíveis para o Estado.

☐ **§ 1º.** O edital de licitação poderá prever em favor do parceiro privado outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, conferir maior sustentabilidade financeira ao projeto ou propiciar menor contraprestação governamental.

**§ 2º.** As atividades descritas nos incisos do caput deste artigo, preferencialmente, estarão voltadas para as seguintes áreas:

**I** - transportes públicos, notadamente rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, terminais de transportes intermodais e centros logísticos;

**II** - saneamento;

**III** - segurança, defesa, justiça e sistema prisional, quanto ao exercício das atribuições passíveis de delegação;

**IV** - ciência, pesquisa e tecnologia, inclusive tecnologia da informação;

**V** - agronegócio, especialmente na agricultura irrigada e na agroindustrialização;

**VI** - outras áreas públicas de interesse social ou econômico.

**§ 3º.** Os contratos de parceria público-privada poderão ser utilizados individual, conjunta ou concomitantemente com outras modalidades de contratos previstas na legislação em vigor, em um mesmo empreendimento, podendo submeter-se a um ou mais processos de licitação.



### III - DO CONSELHO GESTOR DO PARANÁ PARCERIAS

**Art. 6º.** Fica instituído o Conselho Gestor, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de gerir o Programa de Parcerias Público-Privadas (Paraná Parcerias), com as seguintes atribuições:

**I** - definir atividades, obras ou serviços considerados prioritários para ingressar no Programa, cuja execução possa se dar sob o regime de parceria, determinando a realização de estudos técnicos;

**II** - apreciar manifestações de interesse em participar de parcerias público-privadas, observados os procedimentos gerais para o registro, a seleção e a aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem definidos por ato do próprio Conselho;

**III** - encaminhar projetos de parcerias público-privadas para deliberação do Governador do Estado, observadas as exigências da Lei;

**IV** - fixar procedimentos para a contratação de parcerias público-privadas, inclusive aprovar seus respectivos editais;

**V** - fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;

**VI** - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

**VII** - instituir padrões digitais e contratos de parcerias público-privadas no âmbito estadual;

**VIII** - editar manual de orientação técnica para as parcerias público-privadas firmadas pelo Estado do Paraná;

**IX** - criar sistemas unificados de acompanhamento da execução de contratos de parceria e sua avaliação;

**X** - elaborar o seu Regimento Interno.

**Parágrafo único.** Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá demais atribuições e funcionamento do Conselho Gestor instituído no presente artigo.

**Art. 7º.** O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

**I** - o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, como presidente;

**II** - o Secretário de Estado da Fazenda;

**III** - o Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

**IV** - o Secretário-Chefe da Casa Civil;

**V** - o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;

**VI** - Procurador-Geral do Estado.

**§ 1º.** Poderão participar das reuniões do Conselho Gestor, com direito à voz e sem direito a voto, os titulares de órgãos e entidades da Administração Estadual que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão do vínculo do objeto da matéria a ser apreciada pelo Conselho.

**§ 2º.** O Conselho deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

**§ 3º.** A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

**Art. 8º.** O Conselho Gestor remeterá para a Assembleia Legislativa, semestralmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parceria público-privadas.

### IV - DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

**Art. 9º.** Os interessados em participar do Paraná Parcerias, quer do setor público, quer do setor privado, poderão manifestar interesse ao Conselho Gestor em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações que subsidiem modelagem de parcerias público-privadas,





solicitando a sua inclusão no Programa Paraná Parcerias.

**Parágrafo único.** Os procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão ser definidos através de ato próprio do Conselho Gestor.

**Art. 10.** A autorização do Conselho gestor para a realização de projetos, estudos, levantamentos ou investigações mencionados no artigo anterior:

- I** - não envolve qualquer compromisso ou obrigação econômica por parte do Estado do Paraná;
- II** - não significa preferência ao empreendedor solicitante para a outorga de concessão através de parcerias público-privadas;
- III** - não obriga o Estado do Paraná a realizar licitação para a parceria;
- IV** - não cria, direta ou indiretamente, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos e estudos por parte do Estado do Paraná;
- V** - não implica em qualquer compromisso, responsabilidade ou obrigação do Estado do Paraná em aceitar os estudos ou ressarcir seus custos.

**Art. 11.** Caso os estudos e projetos realizados sejam adotados pelo Estado do Paraná, o ressarcimento dos custos de sua elaboração poderá ser previsto no edital de licitação como responsabilidade parcial ou integral do vencedor da licitação, conforme autorização do art. 21, da Lei Federal nº 8.987/1995.

**Parágrafo único.** O empreendedor solicitante deverá disponibilizar ao Governo todas as informações e dados referentes aos estudos, projetos, levantamentos ou investigações sob pena de desclassificação da licitação.

#### **V - DA LICITAÇÃO**

**Art. 12.** A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando à abertura do processo licitatório condicionada a:

**I** - autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:

- a)** a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;
- b)** que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no § 1º, art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;
- c)** quando for o caso, conforme as normas editadas na forma do art. 25, da Lei Federal nº 11.079/2004, a observância dos limites e condições decorrentes da aplicação dos arts. 29, 30 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000, pelas obrigações contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato;
- d)** adequação das tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços à renda disponível dos mesmos, bem como a necessidade da instituição de tarifas sociais ou concessão de subsídios.

**II** - elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;

**III** - declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e estão previstas na Lei Orçamentária Anual;

**IV** - estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;

**V** - seu objeto estar previsto no Plano Plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;

**VI** - submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a



justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital;

**VII** - licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.

**§ 1º.** A comprovação referida nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, observadas as normas gerais para consolidação das contas públicas, sem prejuízo do exame de compatibilidade das despesas com as demais normas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**§ 2º.** Sempre que a assinatura do contrato ocorrer em exercício diverso daquele em que for publicado o edital, deverá ser precedida da atualização dos estudos e demonstrações a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo.

**§ 3º.** As concessões patrocinadas, em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, dependerão de autorização legislativa específica.

**Art. 13.** O instrumento convocatório conterà minuta do contrato, indicará expressamente a submissão da licitação às normas desta Lei e da Lei Federal nº 11.079/2004 e observará, no que couber, os §§ 3º e 4º do art. 15, os arts. 18, 19 e 21, da Lei Federal nº 8.987/1995, podendo ainda prever:

**I** - exigência de garantia de proposta do licitante, observado o limite do inciso III, do art. 31, da Lei nº 8.666/1993;

**II** - o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

**Parágrafo único.** O edital deverá especificar, quando houver, as garantias da contraprestação, subsídios ou quaisquer pagamentos do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.

**Art. 14.** O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte:

**I** - o julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, desclassificando-se os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima, os quais não participarão das etapas seguintes;

**II** - o julgamento poderá adotar como critérios, além dos previstos nos incisos I e V, do art. 15, da Lei Federal nº 8.987/1995, os seguintes:

**a)** menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública;

**b)** melhor proposta em razão da combinação do critério da alínea "a" com o de melhor técnica, de acordo com os pesos estabelecidos no edital;

**c)** outros critérios a serem definidos pela Administração Pública.

**III** - o edital definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se:

**a)** propostas escritas em envelopes lacrados; ou

**b)** propostas escritas, seguidas de lances em viva voz; ou

**c)** por meio eletrônico, como no pregão.

**IV** - o edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

**§ 1º.** Na hipótese da alínea "b", do inciso III, do caput deste artigo:

**I** - os lances em viva voz serão sempre oferecidos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo vedado ao edital limitar a quantidade de lances;





**II** - o edital poderá restringir a apresentação de lances em viva voz aos licitantes cuja proposta escrita for no máximo 20% (vinte por cento) maior que o valor da melhor proposta.

**§ 2º.** O exame de propostas técnicas, para fins de qualificação ou julgamento, será feito por ato motivado, com base em exigências, parâmetros e indicadores de resultado pertinentes ao objeto, definidos com clareza e objetividade no edital.

**Art. 15.** O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

**I** - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

**II** - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

**III** - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

**IV** - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

## ☒ **VI - DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA**

**Art. 16.** As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto nesta Lei, na Lei Federal correspondente, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos, devendo também prever:

**I** - as metas e os resultados a serem atingidos, cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;

**II** - o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

**III** - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, às obrigações assumidas e à reincidência do inadimplemento;

**IV** - a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

☒ **V** - as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

**VI** - os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;

**VII** - os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

**VIII** - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado, inclusive com indicadores objetivos e mensuráveis;

**IX** - a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites dos §§ 3º e 5º, do art. 56, da Lei nº 8.666/1993 e, no que se refere às concessões patrocinadas, o disposto no inciso XV, do art. 18, da Lei nº 8.987/1995;

**X** - o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

**XI** - a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas;

**XII** - a identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização;

**XIII** - regras e procedimentos para conhecimento do pleito de reequilíbrio-econômico,



reconhecimento do direito ao reequilíbrio, metodologia de cálculo do valor do desequilíbrio, inclusive da forma de cálculo da taxa de desconto intertemporal e da identificação das formas de reequilíbrio do contrato;

**XIV** - a obrigação do parceiro privado de prover as informações solicitadas pela Administração Pública;

**XV** - a obrigação do parceiro privado de prover as informações solicitadas pela Administração Pública;

**§ 1º.** O poder concedente poderá reequilibrar o contrato por meio dos seguintes instrumentos:

**I** - aumento no valor da tarifa paga pelo usuário;

**II** - aumento no valor da contraprestação paga pelo poder concedente;

**III** - extensão do prazo de concessão, respeitado o limite previsto no inciso II, do art. 16 desta Lei;

**IV** - pagamento em espécie ou por meio de títulos em montante equivalente ao valor do desequilíbrio apurado

**§ 2º.** A decisão final sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser precedida de estudo técnico que comprove o maior custo benefício para o Estado do instrumento de reequilíbrio proposto e das análises previstas no inciso XIII do caput deste artigo.

**§ 3º.** As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar na imprensa oficial, até o prazo de 15 (quinze) dias após apresentação da fatura, razões fundamentadas nesta Lei ou no contrato para a rejeição da atualização.

**§ 4º.** Os contratos poderão prever adicionalmente:

**I** - os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I, do parágrafo único, do art. 27, da Lei nº 8.987/1995;

**II** - a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública;

**III** - a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de parcerias público-privadas.

**Art. 17.** A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

**I** - tarifa cobrada dos usuários;

**II** - recursos do Tesouro Estadual ou de entidade da Administração Indireta Estadual;

**III** - cessão de créditos não tributários;

**IV** - outorga de direitos em face da Administração Pública;

**V** - outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

**VI** - outros meios admitidos em lei.

**Parágrafo único.** O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

**Art. 18.** A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

**Parágrafo único.** É facultado à Administração Pública, nos termos do contrato, efetuar o

pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível de serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

**Art. 19.** Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo da Administração Pública, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

**Art. 20.** São obrigações do contratado na parceria público-privada:

**I** - demonstrar capacidade técnica, econômica e financeira para a execução do contrato;

**II** - assumir compromissos de resultados definidos pela Administração Pública, facultada a escolha dos meios para a execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;

**III** - submeter-se a controle estatal permanente dos resultados, como condição da percepção da remuneração e pagamento;

**IV** - submeter-se à fiscalização da Administração Pública, facultando o livre acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, inclusive os registros contábeis;

**V** - sujeitar-se aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressos previstos no edital de licitação e no contrato.

**Parágrafo único.** À Administração Pública compete declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam adequados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato de parceria público-privada e à implementação de projeto associado, bem como promover diretamente a sua desapropriação, cabendo ao contratado os ônus e encargos decorrentes da liquidação e pagamento das indenizações.

**Art. 21.** O comprometimento anual com as despesas decorrentes dos contratos de parcerias público-privadas, que vierem a ser custeados com recursos do Tesouro Estadual, no todo ou em parte, não excederá o limite previsto no art. 28, da Lei Federal nº 11.079/2004, expresso em função da receita corrente líquida apurada, tal como definida na Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º.** Atingido o limite a que se refere o caput deste artigo, fica o Estado impedido de celebrar novos contratos de parceria público-privada, até o seu restabelecimento.

**§ 2º.** Excluem-se do limite a que se refere o caput deste artigo os contratos de parcerias público-privadas não custeados com recursos do Tesouro Estadual, os quais estarão submetidos às condições específicas do respectivo projeto e às estabelecidas pelas partes.

**§ 3º.** A previsão de receita e despesa dos contratos de parcerias público-privadas constará do Anexo de Metas Fiscais a que se refere o § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 22.** As despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar nº 101/2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal, inclusive para aferição do comprometimento do limite.

**§ 1º.** Compete à Secretaria de Estado da Fazenda exercer o controle dos contratos a serem celebrados e, obrigatoriamente, emitir parecer prévio acerca da capacidade de pagamento e limites.

**§ 2º.** Compete à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a manifestação prévia sobre o mérito do Projeto e sua compatibilidade com o Orçamento Plurianual de Investimentos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

**§ 3º.** Compete à Procuradoria Geral do Estado, obrigatoriamente, emitir parecer prévio quanto aos editais e contratos.

**§ 4º.** Os contratos a que se refere o § 3º do artigo anterior serão incluídos no Relatório de Gestão Fiscal mencionado no caput deste artigo e estarão sujeitos a todos os demais mecanismos de controle previstos nesta Lei.

## **VII - DAS GARANTIAS**

**Art. 23.** As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria





público-privada poderão ser garantidas mediante:

- I** - vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV, do art. 167, da Constituição Federal;
- II** - Instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;
- III** - contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- IV** - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- V** - garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;
- VI** - outros mecanismos admitidos em lei.

### **VIII - DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**

**Art. 24.** Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

**§ 1º.** A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27, da Lei Federal nº 8.987/1995, sendo proibida a transferência de controle nos três primeiros anos do contrato.

**§ 2º.** A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado.

**§ 3º.** A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

**§ 4º.** Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

**§ 5º.** A vedação prevista no § 4º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

### **IX - DO FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO PARANÁ**

**Art. 25.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a instituir Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR, regido pelo direito privado, com a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude de parcerias integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná.

**Parágrafo único.** O FGP-PR responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

**Art. 26.** O patrimônio do FGP/PR será constituído pelo aporte dos seguintes créditos, bens e direitos, na forma que dispuser ato do Chefe do Poder Executivo:

- I** - ativos de propriedade do Estado, excetuados os de origem tributária;
- II** - bens móveis e imóveis, inclusive ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Estado, ou de suas entidades da Administração Indireta, representativas do capital social de empresas públicas ou sociedades de economia mista, desde que tal alienação ao FGP/PR não acarrete a perda do controle estatal;
- III** - títulos da dívida pública;
- IV** - recursos orçamentários destinados ao FGP/PR;
- V** - receitas de contratos de parceria público-privada, desde que destinados ao FGP/PR;
- VI** - rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio FGP/PR;
- VII** - doações, auxílios, contribuições ou legados destinados ao FGP/PR

**VIII - outras receitas destinadas ao fundo.**

**§ 1º.** Os bens e direitos transferidos ao FGP/PR, quando não existir preços públicos cotados em mercados ou provenientes de demonstrações contábeis auditadas, serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

**§ 2º.** Os bens imóveis constantes do Anexo I serão aportados no FGP/PR no valor de sua avaliação, passando a ser considerados automaticamente desafetados, sendo que outros bens imóveis poderão ser aportados ao FGP/PR, mediante prévia autorização legislativa.

**Art. 27.** O FGP/PR será gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, observadas as diretrizes do Conselho Gestor do Programa Parcerias Público-Privadas do Paraná, com poderes para administrar os recursos financeiros em conta vinculada ou para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente definidas em regulamento.

**Parágrafo único.** Os recursos a que se refere este artigo poderão ser destinados ao pagamento de obrigações contratadas ou garantidas, diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de parceria.

**Art. 28.** O estatuto e o regulamento do FGP/PR devem ser aprovados em assembleia dos cotistas, competindo a representação do Estado, em referida assembleia, ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias.

**Art. 29.** A presidência do FGP/PR deve remeter ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, com periodicidade semestral, relatórios gerenciais das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis, rentabilidade e liquidez do FGP/PR e demais fatos relevantes, sem prejuízo de parecer de auditores independentes, conforme definido em regulamento.

**§ 1º.** Os demonstrativos financeiros e os critérios para a prestação de contas do FGP/PR devem observar as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária, conforme o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação correlata.

**§ 2º.** O FGP/PR não deve pagar rendimentos a seus cotistas.

**Art. 30.** As condições para concessão de garantias pelo FGP/PR, as modalidades e a utilização dos recursos do Fundo por parte do beneficiário devem ser definidas em regulamento.

**Parágrafo único.** Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do FGP podem ser objetos de constrição judicial e alienação, para satisfazer às obrigações garantidas.

**Art. 31.** É vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do FGP/PR.

**Art. 32.** As garantias do FGP/PR serão prestadas nas seguintes modalidades:

**I - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;**

**II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do FGP/PR, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;**

**III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP/PR;**

**IV - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP/PR ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;**

**V - outros contratos que produzem efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;**

**VI - garantia real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGP/PR.**

**Art. 33.** O FGP/PR poderá prestar contragarantia a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parceria público-privadas.

**Art. 34.** A quitação pelo parceiro público de cada parcela de débito garantido pelo FGP/PR importará exoneração proporcional da garantia.

**Art. 35.** A dissolução do FGP/PR ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

**Art. 36.** É facultada a constituição de patrimônio de afetação, que não se comunicará com o restante do patrimônio do FGP/PR, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido constituído, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do FGP/PR.

**§ 1º.** A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou, no caso de bem imóvel, no Cartório de Registro Imobiliário correspondente.

**§ 2º.** Ao término dos contratos de parceria público-privadas, os saldos remanescentes do patrimônio de afetação constituído de acordo com o caput deste artigo poderão ser reutilizados em outros projetos ou, se previsto em contrato, revertidos ao patrimônio do ente que integralizou os respectivos recursos.

#### **X - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 37.** Os Projetos de Parceria Público-Privadas serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, no qual serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos com 7 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.

**Art. 38.** O disposto nesta Lei não prejudica os contratos de parceria público-privadas já celebrados, nem os procedimentos licitatórios em curso quando de sua vigência.

**Parágrafo único.** Não serão objeto de repactuação as parcerias estabelecidas anteriormente a esta Lei.

**Art. 39.** É aplicável, no que couber, o disposto na Lei nº 8.987/1995 e Lei nº 11.079/2004, além das penalidades previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa, na Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 – Lei dos Crimes Fiscais, no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, sem prejuízo das penalidades financeiras previstas contratualmente.

**Art. 40.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 11 de janeiro de 2012.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Cassio Taniguchi*  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

*Durval Amaral*  
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 11.000.546-6

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Projeto de Lei nº. 693/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 163/13

**Súmula:** Dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – Paraná Parcerias, criado pela Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

**EMENTA:** CONCESSÃO DE GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRAÍDAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 163/2013, tem por finalidade a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná, sob a justificativa de viabilizar a aplicação da Lei Estadual nº 17.046/2012, garantindo aos entes privados mais segurança para contratação e parceria com o Poder Público.

VISTA EM

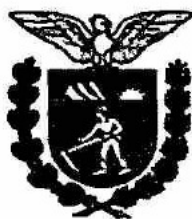
03/12/2013

Dep. Tadeu Ceneu

*Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

ccj

**REGIME DE URGÊNCIA**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.**

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

**Art. 87.** Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, eis que versa sobre estruturação e gestão da administração Estadual.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se que não haverá acréscimos de despesa, trata-se apenas de criação de modo de garantir as obrigações que futuramente serão pactuadas pelo Poder Executivo.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.






**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

09.12.13



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 693/13**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em estudo é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 163/13, dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – PARANA PARCERIAS, criada pela Lei Estadual nº 17.046, de 22 de janeiro de 2012.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, trata da estruturação e gestão da administração Estadual.

Insta ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual, e ainda, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 11/12/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
  
Dep. Wilson

  
Dep. Parca

  
Dep. Elio





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 694/13

**Súmula:** Dispõe que a Ambiental Paraná Florestas S.A. fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná e adota outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** A Ambiental Paraná Florestas S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.961 de 19 de dezembro de 1997, fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7º, inciso I da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

**Art. 2º** O Instituto de Florestas do Paraná tem por missão atuar na coordenação do desenvolvimento de florestas plantadas no Estado do Paraná.

**Art. 3º** Ficam transferidos da Ambiental Paraná Florestas S.A. para a Autarquia, todos os bens, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

**Art. 4º** Ficam extintos os cargos de Diretor-Presidente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da Ambiental Paraná Florestas S.A.

**Art. 5º** Ficam criados no Instituto de Florestas do Paraná, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I – um cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II – um cargo de Diretor Adjunto, símbolo DAS-2;

III – dois cargos de Assessor, símbolo DAS-3;

IV – dois cargos de Coordenador, símbolo DAS-4;

V – um cargo de Supervisor, símbolo DAS-5.

**Art. 6º** O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, dentro de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto de Florestas do Paraná.

**Art. 7º** O Regulamento do Instituto de Florestas do Paraná fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis, a serem aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação da presente Lei.

**Art. 8º** O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados a partir do orçamento aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, com referência ao aumento de capital da Ambiental Paraná Florestas S.A., visando a implementação da presente Lei.

**Art. 9º** Fica autorizada a alienação dos ativos transferidos ao Instituto de Florestas do Paraná, atendida a legislação vigente.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



S.P.I. nº 13.012.041-5

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass.

Interessado: Ambiental Paraná Florestas S.A.

**Assunto: Pedido de manifestação sobre proposta de lei que objetiva a transformação da Ambiental Paraná Florestas S.A. em autarquia.**

Informação n. 229/2013:

Sra. Procuradora Geral

*Pedido de manifestação*

Recebi pedido de manifestação da lavra do Sra. Diretora-Geral da Casa Civil, que solicita análise da PGE relativamente à proposta de lei que visa a transformação da Ambiental Paraná Florestas S.A. de sociedade de economia mista para autarquia.

#### *Retrospecto*

A Ambiental Paraná Florestas S.A. foi criada por ocasião das medidas de saneamento que acompanharam o processo de desestatização do Banco do Estado do Paraná S.A. – BANEESTADO, sob forma de sociedade de economia mista.

Seus acionistas são o Estado do Paraná, SANEPAR S.A. e CELEPAR S.A.

Por decisão do Governo do Estado do Paraná e como expressão de uma medida de reorganização administrativa direta e indireta, optou-se pelo indicativo de transformação da Sociedade de Economia Mista em Autarquia.

Para possibilitar esta transformação, assim como para permitir a destinação que poderá ser dada aos bens que compõe o ativo da referida sociedade, foi apresentado o projeto de Lei que agora se analisa.

O projeto que acompanha este protocolo foi encaminhado à SEPL cuja análise conduziu à elaboração da Informação Técnica no. 11/2013 – CMI/SEPL.



**ESTADO DO PARANÁ**  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
ASSESSORIA TÉCNICA DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

Confere com o original  
SEEG/CTL em 29/11/13  
Ass.



A informação opina em síntese:

- 1) Pela inclusão na redação do art. 1º. do anteprojeto da indicação da vinculação da autarquia à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul-SEIM, como ocorre atualmente com relação à Sociedade de Economia Mista;
- 2) Favoravelmente à extinção e à criação dos cargos em decorrência da transformação;
- 3) Pela correção dos valores das remunerações, com base na Tabela vigente e informa que a proposta onera o poder público no valor de R\$ 452,39/mês e de R\$ 6.030,36/ano;
- 4) Sugere o pronunciamento da SEFA sobre o aspecto orçamentário e a manifestação da Procuradoria Geral do Estado sobre o aspecto legal, com retorno à Coordenação de Modernização Institucional.

**Análise do Projeto**

Sobre o anteprojeto analisado:

- 1) *Art. 1º.* Não há menção no projeto no que se refere à secretaria à qual se vincula a autarquia. Como a minuta foi finalizada pela CASA CIVIL, acredita-se que o jurídico daquela secretaria tenha se convencido quanto à desnecessidade de tal indicação. Caso seja necessária a indicação, acredita-se que a conformação autárquica e as suas atribuições estão relacionadas mais diretamente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB do que à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – já que o caráter empresarial da Ambiental Paraná desaparecerá em razão da transformação. Caso não haja a necessidade de menção da vinculação na Lei (até porque a estrutura das secretarias de estado pode ser alterada a todo tempo) a referida previsão poderá constar do regulamento da Autarquia.
  - 2) *Art. 2º.* O objeto da autarquia, cuja denominação passa a ser Instituto de Florestas do Paraná está em conformidade com as finalidades a que se destinada uma autarquia.
  - 3) *Art. 3º, Art. 6º. e Art. 7º.* Determinam a transferência dos ativos, passivos e contratos da SEM transformada para a Autarquia, o que é decorrência da transformação.
-



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass.



- 4) Art. 4º. e Art. 5º. Estabelecem a extinção e a criação de cargos, cuja pertinência foi analisada na informação da SEPL.
- 5) Art. 8º. Prevê a elaboração de um regulamento geral para o Instituto a ser aprovado pelo Sr. Governador do Estado.
- 6) Art. 9º. Indica a fonte de receita para eventuais despesas decorrentes da transformação, em conformidade com o que é determinado pela Lei incidente.
- 7) Art. 10. Autoriza a alienação de ativos transferidos ao Instituto de Florestas do Paraná, atendidas as exigências legais.

Desta feita, a partir da análise dos documentos que integram este protocolado sugere-se que seja dado encaminhamento ao projeto de Lei mediante:

- 1) Correção da Tabela de remuneração, caso a Sra. Diretora Geral concorde com a argumentação da informação da SEPL;
- 2) Indicação da secretaria a que estará vinculada a autarquia no seu regulamento, salvo posição em contrário da Casa Civil;
- 3) O protocolado seja complementado por manifestação da SEFA sobre o aumento (bastante pequeno) do custo dos cargos em decorrência da transformação antes da análise definitiva do anteprojeto pela Assembleia Legislativa;
- 4) Análise da necessidade ou não de nova manifestação da SEPL;
- 5) Atenção ao prazo para encaminhamento do anteprojeto para que possa ser apreciado antes do encerramento do atual ano legislativo.

Sendo esta a informação e sugestão de encaminhamento, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 28 de novembro de 2013.

**Marcia Carla Pereira Ribeiro**  
**Procuradora do Estado do Paraná**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
Gabinete do Procurador-Geral

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass. *[assinatura]*



Protocolo nº 13.012.041-5  
Despacho nº 1003/2013-PGE

- I. Aprovo a Informação nº 229/2013, ATJ/PGE, da lavra da Procuradora do Estado Márcia Carla, em 03 (três) laudas;
- II. Encaminhe-se à Diretoria Geral da Casa Civil.

Curitiba, 28 de novembro de 2013.

*[assinatura]*  
Marisa Zandonai

**Procurador-Geral do Estado,**  
**em exercício**



Compare com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass. *[assinatura]*

SEPL

Fl. 16/16

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pag. 092

### IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

#### SITUAÇÃO ATUAL

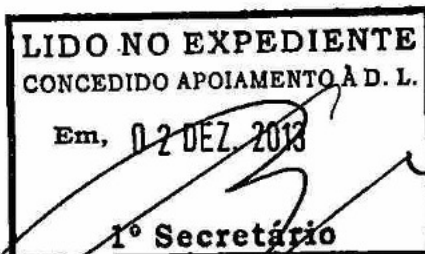
NÚMERO DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Diretor Presidente	-	R\$ 16.695,28	R\$ 16.695,28
1	Diretor Administrativo Financeiro	-	R\$ 14.731,13	R\$ 14.731,13
1	Diretor Técnico-Florestal	-	R\$ 14.731,13	R\$ 14.731,13
1	Assessor de Diretoria	-	R\$ 10.851,93	R\$ 10.851,93
4	TOTAL		MENSAL	R\$ 57.009,47
			ANUAL	R\$ 759.936,24

#### SITUAÇÃO PROPOSTA

NÚMERO DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Diretor Presidente	DAS-1	R\$ 10.435,45	R\$ 10.435,45
1	Diretor Adjunto	DAS-2	R\$ 7.925,69	R\$ 7.925,69
2	Assessor	DAS-3	R\$ 7.395,55	R\$ 14.791,10
2	Coordenador	DAS-4	R\$ 6.342,68	R\$ 12.685,36
1	Supervisor	DAS-5	R\$ 5.812,13	R\$ 5.812,13
7	TOTAL		MENSAL	R\$ 51.649,73
			ANUAL	R\$ 688.490,90

#### IMPACTO FINANCEIRO

REDUÇÃO MENSAL	R\$	5.359,74
REDUÇÃO ANUAL	R\$	71.445,33



MENSAGEM  
Nº 162 /2013

Curitiba, em 29 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 02/12/2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva transformar a Ambiental Paraná Florestas S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7º, inciso I da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

A Ambiental Paraná Florestas S.A. é uma empresa de economia mista, sucedânea da Banestado S.A. – Reflorestadora.

Referida sociedade foi criada no ano de 1974 com a finalidade de captar recursos oriundos do imposto de renda, visando à implantação de projetos de reflorestamento, especialmente de pinus e de palmito.

Em 1999, em razão da privatização do Banestado, o Governo do Paraná adquiriu 99,99% das ações da empresa.

Em 2001, já sob o controle acionário do Governo do Estado, a empresa mudou a sua razão social para AMBIENTAL PARANÁ FLORESTAS S.A.

Ademais, insta destacar que atualmente a sociedade é administrada pelo Conselho de Administração, presidido pelo Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, composto, entre outros, pelo Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Diretor Presidente da CELEPAR, Diretor Presidente da SANEPAR e também por uma Diretoria indicada pelo Conselho de Administração, formada por três membros.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

As novas demandas da sociedade na área ambiental reforçaram a necessidade de se adequar institucionalmente a empresa, culminando com a proposta de transformação da Ambiental Paraná Florestas S.A. em uma autarquia.

Além disso, a transformação implicará em diminuição dos custos operacionais, otimização da máquina estatal, bem como melhoria nas condições de comercialização.

Vale destacar que a alteração da natureza jurídica de sociedade de economia mista para sociedade autárquica tem por escopo garantir uma atuação plena do Instituto na coordenação do desenvolvimento de florestas plantadas no Estado do Paraná.

Ainda, ficarão transferidos da Ambiental Paraná Florestas S.A. para a Autarquia, todos os bens, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas, assim como o patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694/2013**

Projeto de Lei nº. 694/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 162/2013

**Súmula:** Dispõe que a Ambiental Paraná Florestas S.A. fica transformada em Autarquia sob denominação de Instituto de Florestas do Paraná e adota outras providências.

**EMENTA:** TRANSFORMAÇÃO DA AMBIENTAL PARANÁ FLORESTAS S.A. EM AUTARQUIA, SOB DENOMINAÇÃO DE INSTITUTO DE FLORESTAS DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 162/2013, tem por finalidade transformar a Ambiental Paraná Florestas S.A., atualmente Sociedade de Economia Mista, em Autarquia, sob denominação de Instituto de Florestas do Paraná. Quanto à justificativa, esclarece que a transformação implicará em diminuição dos custos operacionais, otimização da máquina estatal, bem como melhoria nas condições de comercialização. Aponta, por fim, que a alteração da natureza jurídica garante uma atuação plena do Instituto na coordenação do desenvolvimento de florestas plantadas no Estado.

VISTA EM

03/12/2013

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Tadeu Venêri

ccj

**REGIME DE URGÊNCIA**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Ademais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.**

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

**Art. 87.** Compete privativamente ao Governador:





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Não há que se falar em desrespeito à Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que foi anexado ao projeto a estimativa do impacto financeiro. Segundo o documento de fl. 16, haverá uma redução nas despesas no valor de R\$ 71.445,33, anualmente.

Por fim, o ora Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER  
Dep. Pericles  
mello  
Dep. Tadeu  
Ferreira

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.12.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 162/13, dispõe que a Ambiental Paraná Florestas S.A., criada pela Lei Estadual nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná e adota outras providências.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, visa acompanhar as novas demandas da sociedade na área ambiental reforçando a necessidade de se adequar institucionalmente a empresa, culminando com a proposta em tela.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual, e ainda, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que, pelo contrário, traz uma redução anual nas despesas no valor de R\$71.445,33 (setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**CONCLUSÃO**


Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

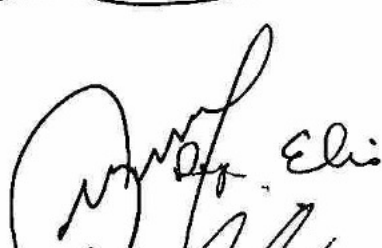
É o parecer.

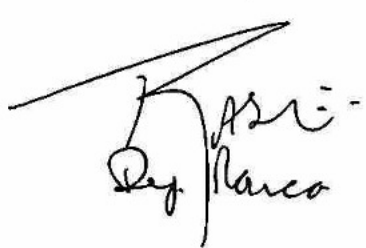
Sala das Comissões, 11/12/13


  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR RUGLIESI  
RELATOR

  
Dep. Wilson

  
Dep. Eli

  
Dep. Paulo

  
Dep. Schner

  
Dep. Ernio

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em 11/12/2013

Presidente

Senhor Presidente,



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de apresentar Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 694/2013, encaminhado à apreciação dessa Assembleia Legislativa através da Mensagem Governamental nº 162/2013, que objetiva transformar a Ambiental Paraná Florestas S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7º, inciso I da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento dispõe, em seu quadro, de profissionais Engenheiros Florestais e Engenheiros Agrônomos que poderão atuar, através de disposição funcional, na nova autarquia. Esses profissionais têm, hoje, a possibilidade de perceber Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais – GEE, instituída pela Lei nº 17.358/2012.

Para facilitar a composição do quadro técnico da nova autarquia, é necessária a alteração do artigo 3º da referida Lei nº 17.358/2012, sem que isso signifique acréscimo de despesa.

Assim proponho a presente Emenda com o objetivo de incluir o artigo 10 no Projeto de Lei nº 694/2013, com a seguinte redação:

*"Art. 10. O inciso I do art. 3º da Lei nº 17.358, de 2012, passa a ter a seguinte redação:*

*I – estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus, exceto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA e Instituto de Florestas do Paraná,".*

Solicito, ainda, que o atual artigo 10 do Projeto de Lei em comento seja renumerado para artigo 11.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 696/13

**Súmula:** Autoriza o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em liquidação, e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à repactuação, redução e quitação da dívida do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. - em liquidação, frente ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial.

**Parágrafo único.** Poderá o Poder Executivo, para os fins mencionados no *caput* deste artigo e atendidos os limites de endividamento e as leis aplicáveis, assumir a condição de garantidor das obrigações renegociadas, assim como sub-rogar-se na condição de devedor das referidas obrigações.

**Art. 2º** Fica o Estado do Paraná, na condição de acionista controlador do BADEP, autorizado a delegar ao liquidante da Instituição, poderes para renegociar a dívida referida no art. 1º da presente Lei, visando à redução do passivo, bem como de repactuar os créditos que o BADEP detém junto aos seus devedores, com a finalidade de realização do ativo para pagamento do passivo.

**Art. 3º** Fica autorizado o Estado do Paraná, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, o Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná, a PARANAPREVIDÊNCIA e o Instituto de Tecnologia do Paraná a alienar, após a repactuação prevista no art. 1º desta Lei, as ações tituladas perante o BADEP.

**Art. 4º** A qualquer tempo, o quadro de pessoal do BADEP poderá, em todo ou em parte, ser absorvido pela Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, considerando o disposto no art. 8º da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de recursos do BADEP, ficando o Poder Executivo autorizado a complementar os recursos, no caso de insuficiência, mediante abertura de créditos adicionais.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 160 /2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.**

Em, 02 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em, 02/12/2013

Presidente

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a praticar todos os atos necessários à repactuação, redução e quitação da dívida do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. - em liquidação, frente ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial.

A presente medida justifica-se pelos seguintes motivos:

1. o interesse do Estado do Paraná, do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., BADEP, em liquidação, da União, do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Agência Especial de financiamento Industrial – FINAME em consolidar uma composição de dívida que atenda ao interesse público;

2. a possibilidade de assegurar ao BNDES/FINAME o recebimento de créditos que detém perante o BADEP e de cuja liquidação depende o encerramento do estado de liquidação do BADEP;

3. a possibilidade de assegurar ao Estado do Paraná e ao BADEP que o pagamento dos débitos que detém junto aos seus devedores será feito mediante a aplicação de índices de juros compatíveis com os aplicados às demais instituições financeiras em liquidação extrajudicial ou falência;

4. o interesse geral no encaminhamento para encerramento do estado de liquidação do BADEP;

5. o interesse público na solução das lides que envolvem o BADEP;

6. o interesse público representado na pessoa do Sr. Governador do Estado do Paraná em restabelecer o diálogo para a busca das melhores alternativas para a solução dos impasses instalados;

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL



7. manifestação do Tribunal de Contas no sentido do encerramento do estado de liquidação a que se submete o BADEP há vinte e dois anos;
8. que o encerramento do estado de liquidação do BADEP contribuirá para o enxugamento administrativo necessário à melhor gestão dos recursos públicos;
9. o risco de imposição de sanções federais ao Estado e às Sociedades Estatais Paranaenses em razão da referida pendência de débitos;
10. o não comprometimento de limite de endividamento de parte do Estado do Paraná;
11. a existência da ação judicial 0010502-72.2013.4.02.5101 da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro, na qual o BNDES/FINAME reivindica o valor R\$ 2.111.570,451,37 (dois bilhões, cento e onze milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), o montante contabilizado da dívida perante o BADEP no valor de R\$ 1.731.830.692,34 (um bilhão, setecentos e trinta e um milhões, oitocentos e trinta mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos), valor de 30/06/2013, a perspectiva de realização de composição da dívida para até R\$ 463.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões), valor de 15/04/2013, atualizada e nas condições que serão estabelecidas para pagamento.

Em razão desses motivos é que submeto o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO****Sistema Estadual de Legislação**

Pag. 054

Pesquisa Rápida

voltar

**Exibir Ato**

Página para impressão

Lei 11741 - 19 de Junho de 1997

**Alterado** Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5027 de 19 de Junho de 1997

(vide Lei 12419 de 13/01/1999)

**Súmula:** ~~Autoriza o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., e adota outras providências.~~

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Fomento do Paraná S.A., e adota outras providências.

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** ~~Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., com sede em Curitiba, e com capital social autorizado no valor de até R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).~~

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Fomento do Paraná S.A., com sede em Curitiba, e com capital social autorizado no valor de até R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**Art. 2º.** O capital social autorizado da Agência de Desenvolvimento será dividido e limitado a 900.000 (novecentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim subscrito:

**I** - O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 899.900 (oitocentos e noventa e nove mil e novecentos) ações, no valor de R\$ 899.900.000,00 (oitocentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais);

~~**II** - A Banestado S.A. Participações, Administração e Serviços, fica autorizada a subscrever até 100 (cem) ações no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).~~

**II** - A Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR fica autorizada a subscrever até 100 (cem) ações no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**§ 1º.** O capital social inicial será de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) representado por 4.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**§ 2º.** Do capital social inicial, o Estado do Paraná subscreverá 3.900 ações ordinárias nominativas representando o montante de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) e a Banestado S.A. Participações, Administração e Serviços, subscreverá 100 ações ordinárias nominativas representando o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**Art. 3º.** ~~A Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., terá por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado do Paraná.~~



**Art 3º.** A Agência de Fomento do Paraná S.A. terá por objetivo social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos no Estado do Paraná, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

~~**Parágrafo único.** Vinte e cinco por cento (25%) dos recursos serão destinados à concessão de financiamentos para as micro, pequenas e médias empresas que atuam nos setores agrícola, industrial e comercial, instaladas no território paranaense.~~

**Parágrafo único.** Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos serão destinados à concessão de financiamento ou operações de garantia de crédito (aval) para os micros, pequenos e médios empreendedores, que atuam nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços, instalados no território paranaense.

(Redação dada pela Lei 12401, de 30/12/1998) (vide Lei 13282, de 22/10/2001)

~~**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a gestão administrativa e financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A.~~

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a gestão administrativa e financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Fomento do Paraná S.A.

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

~~**Art. 5º.** A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e o Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, presidido pelo primeiro, e por uma diretoria composta por 05 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.~~

~~**Art. 5º.** A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.~~

(Redação dada pela Lei 12401, de 30/12/1998)

**Art. 5º.** A administração social da Agência de Fomento será exercida por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A., ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros, com competência a ser fixada em estatuto social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**Art. 6º.** A Agência de Desenvolvimento poderá contratar serviços de terceiros e celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública estadual.

**Art. 7º.** O Estatuto Social da Agência de Desenvolvimento, elaborado com base na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nas normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, será discutido e aprovado na Assembléia Geral de sua constituição.





**Art. 8º.** A Agência de Desenvolvimento constituída através da presente lei poderá exercer as atribuições de Liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em Liquidação Ordinária e efetuar os acordos e transações necessários ao encerramento dos trabalhos liquidatários daquela Instituição Financeira, bem como assumir através de adequado instrumento jurídico os ativos e passivos e outros direitos e obrigações oriundos da Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A. e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

~~**Parágrafo único.** Quando encerrada a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em Liquidação Ordinária, o Poder Executivo poderá transferir, no todo ou em parte, o valor patrimonial líquido que resultar do encerramento da liquidação para o patrimônio da Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A. ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, observadas as normas do Banco Central do Brasil.~~

**Parágrafo único.** Quando encerrada a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em Liquidação Ordinária, o Poder Executivo poderá transferir, no todo ou em parte, o valor patrimonial líquido que resultar do encerramento da liquidação para o patrimônio da Agência de Fomento do Paraná S.A. ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias necessárias à execução da presente lei, "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Estado.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 19 de junho de 1997.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Giovani Gionédís  
Secretário de Estado da Fazenda

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 696/2013**

**Projeto de Lei nº. 696/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 160/13**

**Súmula:** Autoriza o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – em liquidação, e dá outras providências.

**EMENTA: AUTORIZA O ESTADO DO PARANÁ A ATUAR DE FORMA A REDUZIR O PASSIVO DO BADEP. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 160/2013, tem por finalidade autorizar o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – em liquidação, sob a justificativa de que é matéria de interesse público a resolução das lides existentes, de forma célere, a fim de evitar o pagamento de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



juros e multas em índices não condizentes com os aplicados às demais instituições financeiras em liquidação extrajudicial ou falências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer  
Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a  
Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.**

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:  
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, eis que o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – em liquidação, possui caráter de instituição financeira pública.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico Curitiba - Paraná

**REGIME DE URGÊNCIA**

03.12.13



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## PROJETO DE LEI 698/13

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao Município de Laranjal, do imóvel que especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Laranjal, do imóvel objeto das Matrículas nº 5.459 a 5.469, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmital, constituído pelos Lotes 01, 02, 03, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 30, no loteamento denominado Almeidópolis, situado nas Ruas São Paulo e Ceará, onde encontra-se edificada e em funcionamento a Escola Municipal Villa Lobos, no Município de Palmital, com área total de 5.759,73m².

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para serviços públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** O Município deverá proceder a devida regularização cartorial, no prazo máximo de um ano, retornando o bem ao patrimônio do Estado em caso de descumprimento.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 167 /2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**  
Em, 02 DEZ. 2013  
**1º Secretário**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Laranjal, do imóvel objeto das Matrículas nº 5.459 a 5.469, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmital, constituído pelos Lotes 01, 02, 03, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 30, no loteamento Almeidópolis, nas Ruas São Paulo e Ceará, onde encontra-se edificada e em funcionamento a Escola Municipal Villa Lobos.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto e que retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa da prevista, ou seja, descumprimento do encargo.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "**REGIME DE URGÊNCIA**" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do E. do P.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
KO/Prot. 12.119.254-3

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em, 02/12/2013  
  
Presidente





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 698/2013**

**Projeto de Lei nº 698/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 167/2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao município de Laranjal, do imóvel que especifica.

**EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE LARANJAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 167/2013, visa efetuar a doação ao município de Laranjal, do imóvel composto pelos lotes que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

1





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos,



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**  
I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2013.

Deputado Nelson Justus  
Presidente

Deputado Tadeu Veneri  
Relator.

**Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri**  
Praça Nossa Sra. de Salete, s/n – 8º andar – gab 805

Tel: 3350 1094 3264 3253 4241 – end. eletrônico: [tadeuveneri@terra.com.br](mailto:tadeuveneri@terra.com.br)

[www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br)

09.12.13



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 698/2013

Projeto de Lei nº 698/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 167/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Laranjal, do imóvel que especifica.

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 698/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 167/2013, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Laranjal, no Estado do Paraná, para fins de utilização da administração pública municipal, de área constituída por 5.759,73 m<sup>2</sup>, constituída pelos lotes 01,02,03,08,10,12,13,14,15,16 e 17 da quadra 30, no loteamento denominado Almeidópolis, situado nas Ruas São Paulo e Ceará, onde encontra-se edificada e em funcionamento a Escola Municipal Villa Lobos, no Município de Palmital, imóvel este sob objeto das matrículas nº 5.459 a 5.469, do cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmital-PR.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 698/2013, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Laranjal no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, já que no referido local já encontra-se edificada e em funcionamento a Escola Municipal Villa Lobos. Sabemos que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpre a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum de todos:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios – Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão atrelado ao interesse público, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 698/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 167/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



(Artigo 6º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 698/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tadeu Veneri, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado

2





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



em razão de seus benefícios ao Município de Laranjal, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 698/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 10 de dezembro de 2013.*

  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

  
Tercílio Turini

  
**ADELINO RIBEIRO**  
Relator

  
Jonas Guimarães

  
Teruo Kato



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 720/13**

**Súmula:** Dá nova redação à Lei 11.741, de 1997, que instituiu a Agência de Fomento do Paraná S.A..

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** A Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a constituir uma agência de desenvolvimento, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Fomento do Paraná S.A., com sede em Curitiba, e com capital social autorizado no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Art. 2º O capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A será dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim subscrito:

I – O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 1.998.000 (um milhão novecentos e noventa e oito mil) ações, no valor de R\$ 1.998.000.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e oito milhões de reais);

II – A Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR fica autorizada a subscrever até 2.000 (duas mil) ações no total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º O capital social inicial será de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) representado por 4.000 (quatro mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

§ 2º Do capital social inicial, o Estado do Paraná subscreverá 3.900 (três mil e novecentas) ações ordinárias nominativas representando o montante de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) e a Banestado S.A. Participações, Administração e Serviços, subscreverá 100 (cem) ações ordinárias nominativas representando o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**Art. 3º** A Agência de Fomento do Paraná S/A, que também poderá adotar o nome comercial de FOMENTO PARANÁ, manterá, como objetivo social, a promoção do desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, podendo, para tanto, conceber e



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

implantar ações de fomento sob diferentes modalidades a que alude a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.828, de 30 de março de 2001, ou outras que venham a substituir, tais como a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associados a projetos no Estado do Paraná, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, incluída a administração de Fundos, inclusive os de Desenvolvimento, Financiamento e Investimento do Estado.

Parágrafo único. Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos serão destinados à concessão de financiamentos ou operações de garantia de crédito (aval) para os micros, pequenos e médios empreendedores, que atuam nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços, instalados no território paranaense.

Art. 4º Dentre os fundos referidos no art. 3º desta Lei, são de gestão e administração exclusiva da FOMENTO PARANÁ o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, o Fundo de Aval Rural – FAR e o Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM.

Art. 5º A FOMENTO PARANÁ poderá administrar e gerir, individual ou em conjunto com outras instituições, respeitada integralmente o contido na Lei nº 17.655, de 07 de agosto de 2013, os demais fundos de Desenvolvimento, Financiamento e Investimento do Governo do Estado do Paraná que forem designados pelo Governador do Estado, bem como outros fundos públicos e privados, nacionais e internacionais, podendo, ainda, atuar como agente financeiro, participar de empreendimentos públicos e privados e prestar consultoria, dentro do que permite a legislação nacional e a regulamentação fixada pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º Os Fundos de Desenvolvimento, Financiamento e Investimento do Estado do Paraná serão objeto de levantamento de suas situações jurídicas, administrativas e financeiras, bem como de definição de modelo de relacionamento entre seus conselhos de orientação ou órgão deliberativo equivalente e a FOMENTO PARANÁ.

§ 2º O levantamento previsto no parágrafo anterior será realizado por grupo formado pelo Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e Diretor Presidente da FOMENTO PARANÁ, sob a presidência do primeiro, que se reunirá, no mínimo, semestralmente e seus resultados aprovados por resolução conjunta, de caráter recomendatório, a ser encaminhada ao Governador do Estado, podendo o referido grupo:

I – solicitar informações e elaborar demonstrativos especiais e relatórios sobre as atividades dos Fundos de Financiamento e Investimento do Paraná, envolvendo a gestão de ativos, movimentação financeira, programação de desembolsos, além de outros dados;

II – acompanhar a execução das políticas creditícias e financeiras dos Fundos de Financiamento e Investimento, inclusive no que se refere a taxas, prazos, aplicações



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

e outras condições de alocação de recursos, sugerindo a adoção de medidas e ajustes considerados necessários à boa administração;

III – inventariar as necessidades e sugerir a instituição de fundos específicos para dar sustentabilidade a projetos decorrentes do programa de governo.

Art. 6º A FOMENTO PARANÁ deverá observar as seguintes diretrizes:

I – Estatuto Social, elaborado com base na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nas normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, discutido e aprovado na Assembleia Geral de sua constituição;

II – possibilidade de participação minoritária no capital social da FOMENTO PARANÁ, mediante prévia autorização do Governador do Estado, de outras entidades públicas e privadas, na forma da legislação vigente;

III – proibição de recebimento de repasses do Tesouro do Estado para cobertura de despesas de pessoal ou de custeio;

IV – previsão de remuneração adequada e obrigatória para todas as atividades de prestação de serviços da FOMENTO PARANÁ à Administração Estadual;

V – Administração social pelo Conselho da Administração, composto pelos Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Secretário de Estado de Governo, Presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A., ou por representante por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, Presidente da Federação do Comércio do Paraná - FECOMERCIO, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda;

VI – Diretoria composta por seis membros, sendo um Diretor Presidente, com competência a ser fixada em estatuto social e remuneração estabelecida pelo Conselho de Administração;

VII – Conselho Fiscal de funcionamento permanente, na forma de legislação societária.

Art. 7º Sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação, a competência do Conselho de Administração, Diretoria e demais órgão da FOMENTO PARANÁ, será fixada em seu Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral.



Art. 8º A FOMENTO PARANÁ, além de exercer as atividades fixadas em seu Estatuto Social, poderá:

- I – Prestar serviços de consultoria e de agente financeiro;
- II – Atuar como instituição repassadora de recursos oriundos de agências de desenvolvimento e organismos congêneres, nacionais e internacionais, podendo para isso estabelecer convênios e acordos com instituições públicas e particulares, bem como agir como captadora, depositária, garante e estruturadora dos mecanismos financeiros necessários ao atingimento dos objetivos governamentais;
- III – Atuar matricialmente com os demais órgãos técnicos e administrativos do Estado, oferecendo e obtendo recursos materiais e técnicos necessários ao bom andamento dos projetos governamentais, devendo fazer constar, em sua previsão orçamentaria anual, recursos necessários à manutenção de escritório estratégico e técnico com a função de elaborar os planos executivos dos projetos.

Art. 9º Constituem fontes de recurso da FOMENTO PARANÁ:

- I – o seu capital subscrito e integralizado;
- II – os valores provenientes dos Fundos de Financiamento e Investimento do Estado, observado o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º desta Lei;
- III – os repasses oriundos dos Orçamentos do Estado, da União e dos Municípios do Estado do Paraná;
- IV – os recursos próprios decorrentes da remuneração por serviços prestados e o retorno de todas as suas operações ativas;
- V – repasses originários de organismos e institutos financeiros nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- VI – outras receitas.

Art. 10. A FOMENTO PARANÁ, para a execução de seus objetivos sociais, poderá celebrar convênios e outros instrumentos jurídicos com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, além de órgãos e empresas privadas, dentro do que permite a legislação, inclusive para a utilização de estruturas físicas.

Art. 11. A FOMENTO PARANÁ poderá exercer as atribuições de Liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. – em Liquidação Ordinária e efetuar os acordos e transações necessários ao encerramento dos trabalhos liquidatórios daquela instituição financeira, inclusive para eventual retomada de suas atividades, bem como, se for o caso, assumir através de adequado instrumento jurídico os ativos e passivos e outros direitos e obrigações oriundos da Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A. e do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Parágrafo único. Quando encerrada a liquidação do Banco do Desenvolvimento do Paraná S.A. – em Liquidação Ordinária, o Poder Executivo, em sendo o caso, poderá transferir, no todo ou em parte, o valor patrimonial líquido que resultar do encerramento da liquidação para o patrimônio da FOMENTO PARANÁ ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias necessárias à execução da presente Lei, *ad referendum* da Assembleia Legislativa do Estado."

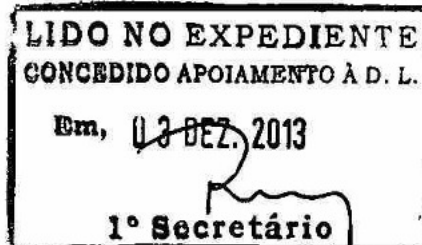
**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 02 de dezembro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado





MENSAGEM

Nº 172 /2013

Curitiba, em 02 de dezembro de 2013

I – À DAP para leitura no expediente;  
II – À DL para providências.

Em, 03/12/2013

Presidente

Senhor Presidente,

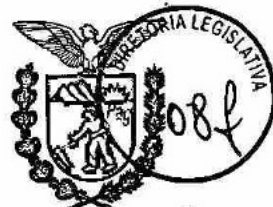
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação à Lei 11.741, de 19 de junho de 1997, que instituiu a Agência de Fomento do Paraná S.A..

A Agência de Fomento do Paraná S/A – FOMENTO PARANÁ, criada pela Lei Estadual 11.741, de 1997, opera prioritariamente com recursos próprios, aplicados em conformidade com seu Estatuto, com vistas a apoiar e a financiar iniciativas compatíveis com a Política de Governo do Estado do Paraná.

As agências de fomento constituem um importante mecanismo, criado pelo Sistema Financeiro Nacional para os Estados, em substituição aos bancos estaduais, sendo a FOMENTO PARANÁ um dos exemplos mais bem sucedidos do país (conta hoje com um patrimônio líquido de mais de R\$ 1,3 bilhões, resultado de suas operações ao longo desses anos.

Muito embora venha apresentando, especialmente nesses últimos dois anos, resultados financeiros cada vez melhores, não é a FOMENTO PARANÁ uma instituição financeira que visa apenas a sua rentabilidade. Em verdade, trata-se de um excelente exemplo de que se pode aliar ganhos econômicos e sociais, onde os primeiros são buscados sempre com a finalidade de fomentar os últimos.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.816.988-3



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Isto porque, a FOMENTO PARANÁ opera mediante “oferta de crédito e financiamentos”, tanto no setor público como no privado, com condições favoráveis de taxas, prazos e garantias, inacessíveis na rede bancária comercial – inclusive junto aos bancos oficiais – já tendo beneficiado milhares de mutuários, o que, além dos benefícios sociais alcançados, vem atraindo o interesse de investidores nacionais e internacionais.

Muito embora o atual texto da Lei 11.741, de 1997 não delimite a área de atuação da FOMENTO PARANÁ de maneira clara – sendo, inclusive, singelo quanto a este aspecto – a evolução de suas atividades e das demais agências de fomento de outras unidades da federação, ampliou em muito o âmbito de suas operações, pois hoje ela apoia financeiramente:

I - a pequena empresa na modernização e ampliação de suas atividades;

II - o micro e o pequeno empreendedor, do campo e da cidade, visando estimular a política de geração de emprego e renda;

III - provê recursos para cooperativas e seus associados;

IV - financia os municípios paranaenses, para aplicação em infraestrutura, equipamentos e estruturas de atendimento dos serviços básicos e melhoria e ampliação de bens públicos de interesse social;

V - estimula a geração e crescimento de negócios em inovação e também em tecnologia, por meio de financiamento a empresas de base tecnológica incubadas;

VI - realiza a gestão de fundos – Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná – FDE, Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM e Fundo de Aval Rural – FAR; e

VII - a gestão dos ATIVOS oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná.

Some-se a isso o fato de a FOMENTO PARANÁ ter obtido, recentemente, grau de investimento pelas principais agências avaliadoras de risco internacional, tornando-a referência em nosso Estado e País como destino atraente de aplicação para investidores dos mais variados países.

Frente à necessidade de recepção legislativa de todas as suas atividades e de preparação para a vinda de novos investimentos, tudo com vistas a **PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

PARANÁ, faz-se necessária a alteração da Lei 11.741, de 1997, que criou a FOMENTO PARANÁ, atualizando-a, modernizando-a e harmonizando-a com a evolução da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

Destaque-se que recentemente sancionei a Lei 17.655, de 7 de agosto de 2013, que passou a disciplinar o Sistema de Financiamento do Desenvolvimento dos Municípios – SFDM, delimitando de maneira clara os papéis de cada ente quanto ao trato do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU, o que acabou tornando desnecessária a inserção de qualquer regramento no presente anteprojeto, suprimindo-se o respectivo dispositivo do texto original.

Por isso, o presente Anteprojeto de Lei ampliará a captação de novos recursos, abrindo espaço para novos investidores Nacionais e Internacionais e ampliará a capacidade de ação da FOMENTO PARANÁ, acompanhando as diretrizes do Governo do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 11741 - 19 de Junho de 1997

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5027 de 19 de Junho de 1997

(vide Lei 12419 de 13/01/1999)

**Súmula:** ~~Autoriza o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., e adota outras providências.~~

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Fomento do Paraná S.A., e adota outras providências.  
(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** ~~Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., com sede em Curitiba, e com capital social autorizado no valor de até R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).~~

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Fomento do Paraná S.A., com sede em Curitiba, e com capital social autorizado no valor de até R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).  
(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**Art. 2º.** O capital social autorizado da Agência de Desenvolvimento será dividido e limitado a 900.000 (novecentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim subscrito:

**I -** O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 899.900 (oitocentos e noventa e nove mil e novecentos) ações, no valor de R\$ 899.900.000,00 (oitocentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais);

**II -** ~~A Banestado S.A. Participações, Administração e Serviços, fica autorizada a subscrever até 100 (cem) ações no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).~~

**II -** A Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR fica autorizada a subscrever até 100 (cem) ações no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).  
(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**§ 1º.** O capital social inicial será de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) representado por 4.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**§ 2º.** Do capital social inicial, o Estado do Paraná subscreverá 3.900 ações ordinárias nominativas representando o montante de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) e a Banestado S.A. Participações, Administração e Serviços, subscreverá 100 ações ordinárias nominativas representando o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**Art. 3º.** ~~A Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., terá por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado do Paraná.~~





**Art 3º.** A Agência de Fomento do Paraná S.A. terá por objetivo social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associados a projetos no Estado do Paraná, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.  
(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

~~**Parágrafo único.** Vinte e cinco por cento (25%) dos recursos serão destinados à concessão de financiamentos para as micro, pequenas e médias empresas que atuam nos setores agrícola, industrial e comercial, instaladas no território paranaense.~~

**Parágrafo único.** Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos serão destinados à concessão de financiamento ou operações de garantia de crédito (aval) para os micros, pequenos e médios empreendedores, que atuam nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços, instalados no território paranaense.  
(Redação dada pela Lei 12401, de 30/12/1998) (vide Lei 13282, de 22/10/2001)

~~**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a gestão administrativa e financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A.~~

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a gestão administrativa e financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Fomento do Paraná S.A.  
(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

~~**Art. 5º.** A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e o Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, presidido pelo primeiro, e por uma diretoria composta por 05 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.~~

~~**Art. 5º.** A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.~~

~~(Redação dada pela Lei 12401, de 30/12/1998)~~

**Art. 5º.** A administração social da Agência de Fomento será exercida por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A., ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros, com competência a ser fixada em estatuto social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.  
(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**Art. 6º.** A Agência de Desenvolvimento poderá contratar serviços de terceiros e celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública estadual.

**Art. 7º.** O Estatuto Social da Agência de Desenvolvimento, elaborado com base na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nas normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, será discutido e aprovado na Assembléia Geral de sua constituição.



**Art. 8º.** A Agência de Desenvolvimento constituída através da presente lei poderá exercer as atribuições de Liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em Liquidação Ordinária e efetuar os acordos e transações necessários ao encerramento dos trabalhos liquidatários daquela Instituição Financeira, bem como assumir através de adequado instrumento jurídico os ativos e passivos e outros direitos e obrigações oriundos da Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A. e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

~~**Parágrafo único.** Quando encerrada a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em Liquidação Ordinária, o Poder Executivo poderá transferir, no todo ou em parte, o valor patrimonial líquido que resultar do encerramento da liquidação para o patrimônio da Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A. ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, observadas as normas do Banco Central do Brasil.~~

**Parágrafo único.** Quando encerrada a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em Liquidação Ordinária, o Poder Executivo poderá transferir, no todo ou em parte, o valor patrimonial líquido que resultar do encerramento da liquidação para o patrimônio da Agência de Fomento do Paraná S.A. ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

(Redação dada pela Lei 12419 de 13/01/1999)

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias necessárias à execução da presente lei, "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Estado.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 19 de junho de 1997.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Giovani Gionédis  
Secretário de Estado da Fazenda

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO





**PROJETO DE LEI**

721/13

**Súmula:** dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**CAPÍTULO I  
DOS OBJETIVOS**

**Art.1º** Esta Lei estabelece diretrizes e normas para o planejamento, a conservação e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com a finalidade de abastecimento público.

**§ 1º** Para efeito desta Lei, definem-se mananciais superficiais de abastecimento público os corpos de água interiores fluentes, emergentes ou em reservatórios naturais ou artificiais, compreendendo a totalidade ou porções de uma bacia hidrográfica.

**§ 2º** Os corpos de água outorgados para fins de abastecimento público deverão ser enquadrados no mínimo como Classe 2, estipulado na Resolução nº 357/05, ou outra norma que venha substituí-la.

**§ 3º** A presente Lei se aplica a qualquer tipo de uso e ocupação do solo que possa interferir na qualidade da água dos corpos hídricos classificados como mananciais de abastecimento público.

**§ 4º** Esta Lei também se aplica a empreendimentos imobiliários, seja na forma de loteamentos, ou na modalidade de condomínios edilícios.

**CAPÍTULO II  
DAS DIRETRIZES E FUNDAMENTOS**

**Art. 2º** As áreas de mananciais de abastecimento público são prioritárias para a aplicação dos princípios do pagamento por serviços ambientais, bem como na



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

aplicação de práticas conservacionistas nas áreas agrícolas.

**Art. 3º** As ações para a conservação e gestão das áreas de mananciais de abastecimento público devem estar integradas com a política estadual de recursos hídricos e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, e articuladas com os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Planos de Bacia Hidrográfica.

**Art. 4º** As áreas urbanas e periurbanas compreendidas nas bacias de mananciais de abastecimento público deverão ser regidas por diretrizes especiais nas leis municipais de uso e ocupação do solo e as diretrizes das Coordenações de Regiões Metropolitanas.

**Art. 5º** As empresas concessionárias de saneamento básico deverão dispor de Planos de Contingência para o caso de acidentes ambientais.

### **CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO, E GESTÃO DOS MANANCIAIS**

**Art. 6º** A revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos deverá conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros.

**Art. 7º** Os Planos de Bacia Hidrográfica deverão conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros, na sua área de abrangência.

**Art. 8º** A gestão das áreas que trata esta Lei fica vinculada ao Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos, por meio de instância técnica no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica correspondente.

**Art. 9º** O órgão gestor dos recursos hídricos do Paraná é o responsável pela gestão dos mananciais de abastecimento público, por meio de suas gerências de bacias hidrográficas.

### **CAPÍTULO IV DA CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAIS E ATIVIDADES PERMITIDAS**

**Art. 10.** As bacias hidrográficas destinadas a captação de água para abastecimento público ficam divididas, de acordo com a área a montante da seção de captação, em:

**§ 1º** Áreas de proteção com restrição Tipo 1: compreende áreas de até 20 km<sup>2</sup> a montante da seção de captação;

**§ 2º** Áreas de proteção com restrição Tipo 2: compreende áreas acima de 21 km<sup>2</sup> e até 50 km<sup>2</sup> montante da seção de captação;

**§ 3º** Áreas de proteção com restrição Tipo 3: compreende áreas acima de 51 km<sup>2</sup> e até 150 km<sup>2</sup> montante da seção de captação;

**Art. 11.** Para as áreas de proteção com restrição Tipo 1 é permitida a instalação das seguintes atividades:

I. Industriais:

- a. Indústrias sem geração de efluentes líquidos no processo industrial;
- b. Indústrias sem lançamento de esgoto sanitário dentro da área de proteção;
- c. Indústrias sem geração de resíduos sólidos perigosos no processo industrial;
- d. Indústrias sem armazenamento e movimentação de produtos químicos.

II – empreendimentos imobiliários, desde que não haja lançamento de efluentes dentro da área de proteção ou dotadas de rede de coleta com tratamento de esgotos e estes lançados fora da área de restrição Tipo 1, condicionado a manter o corpo de água na classe 2 ou na classe 1.

III – Habitações unifamiliares;

IV – atividades agrícolas sem utilização de agrotóxicos.

**Parágrafo único.** as atividades não descritas neste artigo, deverão ao solicitarem licenciamento, comprovarem a inexistência de risco de contaminação da bacia, e a inexistência de risco de mudança de classe do corpo hídrico (classe 1 ou 2).

**Art. 12.** Para as áreas de proteção com restrição Tipo 2 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1 imediatamente a jusante do lançamento;

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe 2 ou na Classe 1;

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1;

**Art. 13.** Para as áreas de proteção com restrição Tipo 3 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1, após



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

a zona de mistura definida de acordo com estudo específico;

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe 2 ou na Classe 1 antes de alcançar a seção de captação para abastecimento público;

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1 antes de alcançar a seção de captação para abastecimento público.

**Art. 14.** A disposição final após tratamento com a disposição em solo, nas áreas de proteção com restrição de tipo 2 e 3, dependerá de resolução conforme critérios estabelecidos pelo CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), e pelo CEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), e observados os critérios das normas nacionais.

## **CAPÍTULO V DOS MANANCIAIS FUTUROS**

**Art. 15.** O processo de aprovação de futuros mananciais de abastecimento públicos deverá seguir a tramitação abaixo descrita:

§ 1º A entidade concessionária de saneamento básico deverá apresentar solicitação de interesse e submeterá o processo ao Comitê de Bacia Hidrográfica competente.

§ 2º Após aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica o Instituto das Águas do Paraná emitirá uma outorga prévia e remeterá o processo ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP para emissão de Licença Prévia.

§ 3º Após a emissão da outorga prévia, o uso da água como manancial de abastecimento público estará sujeito à cobrança pelo direito de uso da água, conforme critérios estabelecidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§ 4º Bacias hidrográficas já constantes quando da aprovação da presente Lei em decretos estaduais como futuros mananciais de abastecimento público também estarão sujeitas aos critérios constantes deste artigo.

§ 5º O monitoramento qualitativo e quantitativo dos mananciais futuros será feito a expensas da entidade outorgada e remetido periodicamente ao Instituto das Águas do Paraná e ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, sendo que a periodicidade e os critérios serão previstos em resolução.

## **CAPÍTULO VI DAS SANÇÕES**



**Art. 16.** Independente das sanções já previstas em lei, o descumprimento das normas previstas nesta Lei implicará ao infrator as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – embargo, suspensão imediata das atividades, ou demolição;
- III – multa.

**§ 1º** as penalidades podem ser aplicadas em separado ou em conjunto, sendo os valores e o procedimento objeto do decreto regulamentador.

**§ 2º** em todas as situações o Instituto das Águas do Paraná deverá elaborar um termo de ajuste de conduta com o infrator com prazos e procedimentos para a regularização, bem como a reparação do dano que porventura tenha acontecido, agravado nos casos de paralização total ou parcial dos serviços de abastecimento público de água.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 17.** Ficam alterados os artigos 2º, 3º e 4º da Lei 12.248, de 31 de julho de 1998, passando os mesmos a vigorarem com a seguinte redação:

*“Art. 2º ...*

*I - Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - CGM, órgão colegiado, é parte integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no âmbito do Comitê de Bacia do Alto Iguaçu/Alto Ribeira, com poderes consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de elaborar políticas públicas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e acompanhar sua implementação;*

*...*

*Art. 3º O Sistema instituído por esta Lei será coordenado pelo Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -SEMA, com a participação dos municípios e dos demais agentes intervenientes em ações de proteção aos mananciais públicos e privados, que terão em conjunto, papel de implementar esta Lei e as políticas aprovadas pelo Comitê de Bacia Alto Iguaçu/Alto Ribeira, e pelo Conselho previsto no inciso I do art. 2º desta Lei.*

*Art. 4º A composição do Conselho Gestor será definida por meio de regulamento, observado os critérios previstos na Lei nº 12.726 de 26 de*

novembro 1999.

*Parágrafo único. A composição do Conselho Gestor existente na data da publicação da presente Lei será mantida até a regulamentação prevista no caput deste artigo."*

**Art. 18.** Ficam revogados os artigos 6º, 9º, 10 a 17, 23 e 24 da Lei nº 12.248, de 1998.

**Art. 19.** Os empreendimentos, obras, e demais atividades existentes nas áreas de proteção previstas nesta Lei deverão apresentar plano de adaptação com o órgão licenciador em até vinte e quatro meses a contar da data de sua publicação.

**Art. 20.** Esta Lei será regulamentada em até cento e oitenta dias após sua publicação.

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8.935, de 07 de março de 1989.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado



I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em 02/12/2013  
\_\_\_\_\_  
Presidente



MENSAGEM

Nº 164/2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 03 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer diretrizes e normas para o planejamento, a conservação e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com a finalidade de abastecimento público, conforme específica.

Os mananciais de abastecimento público são áreas de interesse especial já que são responsáveis pelo fornecimento de água para as populações. Uma definição sobre esta região é a de que “*manancial é a fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. As áreas contendo os mananciais devem ser alvo de atenção específica, contemplando aspectos legais e gerenciais*” (Ministério do Meio Ambiente).

Por se tratar de uma área que fornece água para o abastecimento público das gerações atuais e futuras, as mesmas devem ser tratadas como unidades especiais de gestão, de forma a garantir a sobrevivência das populações.

O Estado do Paraná preocupado com os mananciais, estabeleceu em 1989 critérios para a proteção desta região o que contribuiu em muito na sua conservação. Contudo, com o surgimento de outras iniciativas no Paraná e no país a partir dos anos 90, é importante analisar a respectiva legislação no sentido de atualizá-la e incorporá-la aos novos mecanismos, especialmente com a polícia de recursos hídricos e seus instrumentos de gestão e com o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos.

A aplicação literal do que dispõe a Lei nº 8.935, de 1989, induz que as bacias hidrográficas e os mananciais de abastecimento abrangem praticamente porções inteiras de extensas bacias hidrográficas, quase na sua totalidade, como o caso do Rio Tibagi entre outras.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.018.079-5



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

A partir do final da década de 90, novas políticas surgiram, muito especialmente a Política Estadual de Recursos Hídricos que forneceu novos fundamentos, diretrizes e objetivos e, principalmente novos instrumentos de gestão e um sistema de gerenciamento concebido na ótica da gestão compartilhada entre o poder público, os usuários dos recursos hídricos e a sociedade civil.

Com o surgimento dos Planos de Bacias Hidrográficas a partir da Política de Recursos Hídricos, na escala da bacia hidrográfica, os planos diretores no âmbito municipal e dos planos municipais de saneamento, é imperativo que a proteção dos mananciais de abastecimento leve em consideração os aspectos inerentes a estes mecanismos. Ao mesmo tempo a gestão das áreas de mananciais devem ser analisadas, especialmente com o surgimento dos comitês de bacias hidrográficas e sua importância na gestão das bacias.

Experiência neste sentido iniciou com a Lei que criou o Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sobretudo incluindo atores envolvidos na gestão da região. Mesmo assim, esta norma necessita estar conectada com a Lei geral de conservação e gestão dos mananciais do Paraná e com a de recursos hídricos.

A lei dos mananciais de 1989 estabeleceu critérios de ocupação orientado pelos mecanismos de comando destas áreas. Passados aproximadamente 25 anos, as tendências do Paraná mudaram, com o surgimento de novas tecnologias de controle de contaminação e sobre as perspectivas de desenvolvimento do Estado, atualmente em análise com a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico.

O presente Projeto de Lei estabelece as diretrizes para a conservação, proteção e gestão dos mananciais de abastecimento público no Estado do Paraná, considerando a integração das diversas políticas, planos, programas e projetos que implicam nesta proteção, sobretudo as que são aplicadas no meio rural e urbano que incidem nas áreas de mananciais.

Nesta perspectiva o Estado do Paraná é pioneiro quanto ao desenvolvimento e práticas conservacionistas de manejo integrado de solo e água em microbacias, o que deve ser priorizado para as áreas de mananciais de abastecimento público. Ao mesmo tempo a Lei de Pagamento de Serviços Ambientais prioriza a aplicação em áreas de abastecimento público quando se trata de conservações dos recursos hídricos.

É imperativo que as diretrizes propostas para a conservação, planejamento e gestão dos mananciais sejam integralmente absorvidas na Política Estadual de Recursos Hídricos e no Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, tornando-se referência no país. Tanto que no presente projeto as áreas de mananciais passam a ser adotadas como unidades especiais de gestão das águas.

O projeto propõe que nas áreas de mananciais sejam restringidas às implantações de empreendimentos que provoquem alteração significativa na qualidade e quantidade das águas e prejudiquem o seu fornecimento às populações,



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

resguardando o que era previsto na Lei nº 8.935, de 1989. Para tanto, para que estas restrições não sejam aplicadas de forma uniforme em toda uma bacia hidrográfica, estão sendo propostas áreas de influência de acordo com a área de abrangência nas bacias hidrográficas, classificando-as em área de influência direta, indireta e de entorno dos mananciais.

Esta regionalização é uma forma de atualizar os critérios tanto para a adequada gestão como controle efetivo das atividades que são potencialmente comprometedoras da qualidade de água. Ao mesmo tempo, o projeto insere critérios modernos frente a atualização tecnológica quanto à eliminação de contaminantes que possam comprometer a qualidade das águas.

Com este critério é possível proteger e conservar os mananciais, restringindo as atividades de forma progressiva e que não coloquem em risco o abastecimento público. Por este motivo, estão sendo criadas áreas de restrição, que protegem as águas de acordo com a distância e área de abrangência dos distintos mananciais no Estado.

No âmbito do planejamento dos mananciais é proposto o estabelecimento de mecanismos que possibilitem cenários futuros para todos os mananciais a médio e longo prazos para o Estado e para cada uma das grandes bacias hidrográficas, tanto quanto programas associados aos planos de bacias hidrográficas que encontram-se em fase de conclusão.

Do ponto de vista de responsabilidades para a gestão dos mananciais é estabelecida a instituição responsável pela gestão dos recursos hídricos e qual a função das instâncias colegiadas de participação pública, tanto o Conselho Estadual de Recursos Hídricos como os comitês de bacias hidrográficas e respectivas Gerências de Bacias Hidrográficas.

Quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental são preservadas a atribuição do órgão estadual de licenciamento, tanto quando nas demais esferas, federal ou municipal, de tal forma que não ocorra o descontrole sobre a proteção dos mananciais de abastecimento público.

Um dos aspectos fundamentais para o êxito da conservação das áreas de mananciais é a sustentabilidade financeira que possa dar suporte permanente para a implementação de práticas para o manejo adequado do solo urbano e rural das áreas dos mananciais. Este processo poderá ser garantido pelas fontes de recursos dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos e o de Meio Ambiente, tanto quanto pelo pagamento por serviços ambientais e muito especialmente pela participação do municípios e do serviços e empresas de saneamento.

O Anteprojeto prevê a adequação dos aspectos inovadores da Lei nº 12.248, de 1998 da Região Metropolitana de Curitiba, com o objetivo de ajustá-la aos critérios da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

É com este conjunto de propósito que o presente Anteprojeto de Lei foi concebido, de tal forma a possibilitar que a água nos mananciais de abastecimento sejam protegidas, conservadas e geridas com eficácia e eficiência, possibilitando que o Paraná avance rumo ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 721/2013, Mensagem nº 164/2013 na sua origem, de autoria do PODER EXECUTIVO que *“Dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público e adota outras providências”*.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Mensagem governamental de nº 164/2013, protocolada perante a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no dia 03 de dezembro de 2013, e após a leitura em expediente convertido em Projeto de Lei nº 721/2013, contendo a seguinte súmula *“Dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público e adota outras providências”*.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo a pretensa legislação objetiva estabelecer as diretrizes e normas para o planejamento, a conservação, e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com a finalidade de abastecimento público.

Aduz que por se tratar de uma área que fornece água para o abastecimento público há a necessidade de ser regulamentada a sua proteção, mencionando que o Estado do Paraná é pioneiro em preservar mananciais e similares, tanto o é que no ano de 1989 estabeleceu critérios, por intermédio da legislação, objetivando a proteção da região. Informa que no ano de 1990 surgiram outras iniciativas no



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Paraná e no Brasil, que obrigam a atualizar a atual legislação vinculada a matéria que trata o presente Projeto de Lei.

Explica, ainda, que a proposta traz as diretrizes para a conservação, proteção e gestão de mananciais de abastecimento público no Estado do Paraná, ao trazer a integração das diversas políticas, planos, programas e projetos que implicam na proteção almejada, sobretudo as que são aplicadas no meio rural e urbano que incidem nas áreas de mananciais.

Defende em sua proposta, que as diretrizes, trazidas pelo PL, sejam integralmente absorvidas na Política Estadual de Recursos Hídricos e no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Na continuidade, defende que as áreas de mananciais sejam restringidas às implantações de empreendimentos que provoquem alteração significativa na qualidade e quantidade das águas prejudiquem o seu fornecimento às populações, resguardando o que até então era previsto na Lei 8.935/1989.

A proposta inviabiliza a adoção de restrições, de forma uniforme, em toda a bacia hidrográfica, passando a prever áreas de influência de acordo com a área de abrangência nas bacias hidrográficas, classificando-as em área de influência direta, indireta e de entorno dos mananciais.

Com esta argumentação, o Poder Executivo, pondera que o critério eleito na proposição possibilita proteger e conservar os mananciais, restringindo as atividades que são potencialmente comprometedoras da qualidade da água de forma progressiva, não colocando em risco o abastecimento público.

Neste contexto traz argumentos em relação ao âmbito de planejamento, responsabilidade para a gestão de mananciais, o licenciamento e fiscalização.

Pondera que com a adequação, ora trazida pelo PL, busca também de certa forma adequar os critérios da Política Estadual de Recursos Hídricos e do





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Sistema Estadual e Gerenciamento de Recursos Hídricos às inovações trazidas pela Lei 12.248/1998.

Por fim, houve o requerimento de se adotar o Regime de Urgência para a tramitação da matéria nesta Casa Legislativa, com fulcro no artigo 66, §1º da Constituição Estadual e do artigo 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

## II - ANÁLISE E VOTO

Inicialmente, consigne-se que o despacho exarado pela Diretoria Legislativa, em relação ao Regime de Urgência, deve ser acolhido integralmente considerando que é impossível ser deferido o pedido de urgência, realizado na mensagem encaminhada a esta Casa Legislativa.

Há previsão regimental qual proíbe que se empregue o rito de tramitação de urgência quando faltar apenas vinte (20) dias ou menos para o término da Sessão Legislativa, consoante ao artigo 184 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP):

*“Art. 184. Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.”*

Logo, considerando que a presente proposição não se enquadra em nenhuma das hipóteses referendadas no artigo mencionado, o qual tenho que é taxativo, se torna ilegal o deferimento do pedido de urgência ora realizado.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Passo assim para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação ao proponente (PODER EXECUTIVO), inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

A matéria abarcada no presente Projeto de Lei é de competência concorrente da União, dos Estados membros e do Distrito Federal, conforme se verifica na própria Constituição Federal, nos termos do artigo 24, inciso VI, o qual menciona:

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*[...]*

*VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente controle da população." (grifo meu)*

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Ainda, com relação a competência, registre-se que não há previsão constitucional de que a matéria seja reservada a qualquer dos três Poderes e portanto não havendo qualquer óbice legal.

No mesmo sentido, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/04/01.

Em relação a constitucionalidade material, a mesma é evidente ao passo que a própria Constituição Estadual garante o direito de o cidadão/indivíduo ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, senão vejamos:

*'Art. 207. Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e uso racional dos recursos ambientais.'*

Ora a proposição em análise busca justamente a preservação das áreas de mananciais, das quais inclusive é captada a água para o fornecimento a população, cumprindo exatamente o que a Constituição determina quando impõe ao Estado defender e preservar o ecossistema para as gerações presente e futuras.

Toda alteração na legislação traz impactos aos tutelados, tanto positivos como negativos e para tanto deve-se analisar criteriosamente se fora observada a razoabilidade bem como a supremacia do interesse público sobre o privado.

*In casu*, as novas disposições que se busca inserir no ordenamento jurídico estadual são razoáveis e de mesma forma há a supremacia do interesse público



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

sobre o privado, estando a proposta em perfeita consonância com os requisitos exigidos para a aprovação da medida.


É O VOTO.

**III - CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 721/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL ora apresentado, com a ressalva que o pedido de urgência, formulado quando da apresentação do PL, deve ser rejeitado considerando o despacho de fls.12 e as razões expostas neste parecer.

Sala das Comissões, 11 de Dezembro de 2013

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

**APROVADO**



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



## **SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 721/2013**

Dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais de  
abastecimento público e adota outras providências.

### **CAPÍTULO I**

#### **DOS OBJETIVOS**

**Art.1º-** Esta lei estabelece diretrizes e normas para o planejamento, a conservação e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com

a finalidade de abastecimento público.

§1º Para efeito desta lei, definem-se mananciais de abastecimento público as águas interiores, superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito, em reservatórios naturais ou artificiais, efetiva ou potencialmente utilizáveis para o abastecimento público, compreendendo a totalidade ou porções de uma bacia hidrográfica.

§2º Os corpos de água outorgados para fins de abastecimento público deverão ser enquadrados no mínimo como Classe 2 definidas pela Resolução nº 357/05, ou outra norma que venha substituí-la, a exceção das regiões metropolitanas, nas quais se permite enquadramento na Classe 3.

§3º A presente lei se aplica a qualquer tipo de uso e ocupação do solo que possa interferir na qualidade da água dos corpos hídricos classificados como mananciais de abastecimento público.

§4º Esta lei também se aplica a empreendimentos imobiliários, seja na forma de loteamentos, ou na modalidade de condomínios edilícios.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



§5º- Nos reservatórios criados para a finalidade de abastecimento público deverão ser adotadas medidas de proteção para garantir a qualidade hídrica do mesmo, preferencialmente devendo ser adotados no momento da criação dos citados reservatórios uma das modalidades de unidade de conservação previstos no sistema nacional de unidades de conservação – SNUC.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS DIRETRIZES E FUNDAMENTOS**

**Art. 2º** - As áreas de mananciais de abastecimento público são prioritárias para a aplicação dos princípios do pagamento por serviços ambientais, bem como na aplicação de práticas conservacionistas nas áreas agrícolas.

**Art. 3º** - As ações para a conservação e gestão das áreas de mananciais de abastecimento público devem estar integradas com a política estadual de recursos hídricos e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, e articuladas com os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Planos de Bacia Hidrográfica.

**Art. 4º** - As áreas urbanas e periurbanas compreendidas nas bacias de mananciais de abastecimento público deverão ser regidas por diretrizes especiais nas leis municipais de uso e ocupação do solo e as diretrizes das Coordenações de Regiões Metropolitanas.

**Parágrafo único** – Os municípios e as coordenações das regiões metropolitanas deverão observar a legislação nacional e estadual, e em especial esta lei, no momento da elaboração de suas leis e normas.

**Art. 5º** – As empresas concessionárias de saneamento básico deverão dispor de Planos de Contingência para o caso de acidentes ambientais.

## **CAPÍTULO III**

### **DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS MANANCIAIS**





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**Art. 6º** – A revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos deverá conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros.

**Art. 7º**– Os Planos de Bacia Hidrográfica deverão conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros, na sua área de abrangência.

**Art. 8º** - A gestão das águas, conforme legislação específica, nas áreas de manancial são de responsabilidade dos órgãos que compõem o sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

**Art. 9º** - A gestão das áreas de manancial serão executadas pelos municípios e, quando houver, pelas Coordenações das Regiões Metropolitanas.

§ 1º – Os gestores deverão observar as condicionantes estabelecidas nesta lei bem como as diretrizes estabelecidas pelos Comitês de Bacia e demais membros do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, no que concerne à qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

§ 2º - Os municípios deverão, no momento da edição dos seus planos diretores, ou leis de zoneamento e uso e ocupação do solo, ou mesmo na revisão destas legislações, previamente ouvir o Comitê de Bacia correspondente a sua área.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAIS E ATIVIDADES PERMITIDAS**

**Art. 10** - As bacias hidrográficas destinadas a captação de água para abastecimento público ficam divididas, de acordo com a área a montante da seção de captação, em:

§1º Áreas de proteção com restrição Tipo 1: compreende áreas de até 20km<sup>2</sup> a montante da seção de captação;

§2º Áreas de proteção com restrição Tipo 2: compreende áreas acima de 20 km<sup>2</sup> e até 50km<sup>2</sup> a montante da seção de captação;

§3º Áreas de proteção com restrição Tipo 3: compreende áreas acima de 50km<sup>2</sup> e até 150km<sup>2</sup> a montante da seção de captação;



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



§4º Excetuam-se das restrições deste capítulo as atividades agropecuárias.

**Art. 11-** Para as áreas de proteção com restrição Tipo 1 é permitida a instalação das seguintes atividades:

**I. Industriais:**

- a. Indústrias sem geração de efluentes líquidos no processo industrial;
- b. Indústrias sem lançamento de esgoto sanitário dentro da área de proteção;
- c. Indústrias sem geração de resíduos sólidos perigosos no processo industrial;
- d. Indústrias sem armazenamento e movimentação de produtos químicos.

II – empreendimentos imobiliários, desde que não haja lançamento de efluentes dentro da área de proteção ou dotadas de rede de coleta com tratamento de esgotos e estes lançados fora da área de restrição Tipo 1, condicionado a manter o corpo de água na classe em que o mesmo tenha sido enquadrado.

III – Habitações unidomiliares e multifamiliares;

Parágrafo Único: as atividades não descritas neste artigo, deverão ao solicitarem licenciamento, comprovarem a inexistência de risco de contaminação da bacia, e a inexistência de risco de mudança de classe do corpo hídrico.

**Art. 12 -** Para as áreas de proteção com restrição Tipo 2 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado;

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado;

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado;



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**Art. 13** - Para as áreas de proteção com restrição Tipo 3 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado, após a zona de mistura definida de acordo com estudo específico.

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado, após a zona de mistura definida de acordo com estudo específico.

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado, após a zona de mistura definida de acordo com estudo específico.

**Art. 14** - Os critérios referentes à disposição final de efluentes, após tratamento, mediante disposição final em solo, nas áreas de proteção com restrição de tipo 2 e 3, dependerá de resolução conforme critérios estabelecidos pelo CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), e pelo CEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), e observados os critérios das normas nacionais.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS MANANCIAIS FUTUROS**

**Art. 15** – O processo de aprovação de futuros mananciais de abastecimento público deverá seguir a tramitação abaixo descrita:

§1º A entidade concessionária de saneamento básico deverá apresentar solicitação de interesse e submeterá o processo ao Comitê de Bacia Hidrográfica competente.

§2º Após aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica, o Instituto das Águas do Paraná emitirá uma outorga prévia e remeterá o processo ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP para emissão de Licença Prévia.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



§3º Após a emissão da outorga prévia, o uso da água como manancial de abastecimento público estará sujeito à cobrança pelo direito de uso da água, conforme critérios estabelecidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§4º Áreas de interesse de mananciais, já estabelecidos em Decretos Estaduais como futuros mananciais de abastecimento público, também estarão sujeitas aos critérios constantes deste artigo.

§5º O monitoramento qualitativo e quantitativo dos mananciais futuros será feito a expensas da entidade outorgada e remetido periodicamente ao Instituto das Águas do Paraná e ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, sendo que a periodicidade e os critérios serão previstos em resolução.

§ 6º - Nas Regiões Metropolitanas em que houver o Conselho Gestor de Mananciais – CGM, a entidade concessionária de saneamento básico deverá, antes de iniciado o procedimento previsto nos parágrafos anteriores, submeter o pedido ao CGM para anuência prévia.

§ 7º - O Instituto das Águas do Paraná deverá, anualmente, publicar em sítio da internet o mapa contendo as áreas de manancial de abastecimento público, atuais e futuros, com as tipologias previstas nesta lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS SANÇÕES**

**Art. 16** –Independente das sanções já previstas em lei, o descumprimento das normas previstas nesta lei implicará ao infrator as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Embargo, suspensão imediata das atividades, ou demolição;

III – Multa.

§1º As penalidades podem ser aplicadas em separado ou em conjunto, sendo os valores e o procedimento objeto de decreto regulamentador.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



§2º Em todas as situações, o Instituto das Águas do Paraná deverá elaborar um termo de ajuste de conduta com o infrator com prazos e procedimentos para a regularização, bem como a reparação do dano que porventura tenha acontecido, agravado nos casos de paralização total ou parcial dos serviços de abastecimento público de água.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 17.** Fica alterado o artigo 3º Lei 12.248, de 31 de julho de 1998, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 3º O Sistema instituído por esta Lei será coordenado pelo Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -SEMA, com a participação dos municípios e dos demais agentes intervenientes em ações de proteção aos mananciais públicos e privados, que terão em conjunto, papel de implementar esta Lei e as políticas aprovadas pelo Comitê de Bacia Alto Iguaçu/Alto Ribeira, e pelo Conselho previsto no inciso I do art. 2º desta lei."*

**Art. 18.** Ficam revogados os artigos 17, 23 e 24 da Lei 12.248, de 31 de julho de 1998.

**Art. 19.** Os empreendimentos, obras, e demais atividades existentes nas áreas de proteção previstas nesta lei deverão apresentar plano de adaptação com o órgão licenciador em até 24 meses a contar da data de sua publicação.

**Art. 20 –** Esta lei será regulamentada, em até 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

**Art. 21 –** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a lei nº 8.935/89.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**

**RELATOR**



*66, 11/12/13*



PROJETO DE LEI 725/13

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Faxinal.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Faxinal, de área com 465,00 m<sup>2</sup>, parte do imóvel composto pelas Datas nºs 18 e 19 da Quadra nº 16, com área total de 1.200,00 m<sup>2</sup>, no Quadro Urbano do Município de Faxinal, conforme descrito na Matrícula nº 8.088/1 do Registro de Imóveis da Comarca de Faxinal.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será destinado, exclusivamente, à Unidade Básica de Saúde, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

**Art. 3º** O Município fica responsável por todos os atos decorrentes do desmembramento da área doada e deverá, no prazo máximo de um ano, proceder a devida regularização cartorial da titularidade do bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio estadual.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de dezembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 174 /2013

Curitiba, 03 de dezembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 DEZ. 2013

*Mauro*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 03/12/13

*Cross*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Faxinal, de área com 465,00 m², parte do imóvel composto pelas Datas nºs 18 e 19 da Quadra nº 16, com área total de 1.200,00 m², no Quadro Urbano do Município de Faxinal, conforme descrito na Matrícula nº 8.088/1 do Registro de Imóveis da Comarca de Faxinal.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, à Unidade Básica de Saúde do Município, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que o Município ficará responsável por todos os atos decorrentes do desmembramento da área doada e que deverá, no prazo máximo de um ano, efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio estadual.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito **"REGIME DE URGÊNCIA"** para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

*Carlos Alberto Richa*  
**CARLOS ALBERTO RICH**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.163.383-3



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



PARECER AO PROJETO DE LEI 725/2013

Projeto de Lei nº 725/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 174/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Faxinal.

EMENTA: : DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE FAXINAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 174/2013, visa efetuar a doação ao município de Faxinal, do imóvel sob Matrícula nº 8.088/1, do Registro de Imóveis da Comarca de Faxinal, constituído pela área de 1.200,00 m<sup>2</sup>, situado no Quadro Urbano do Município de Faxinal, de propriedade do Estado do Paraná.

**APROVADO**

09.12.13  
Praça Nossa Senhora de Salette, s / nº - Edifício Pres. Tancredo Neves  
Gabinete 807 - 8º Andar - Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081  
E-mail: [pericles@periclesdemello.com.br](mailto:pericles@periclesdemello.com.br) - [www.periclesdemello.com.br](http://www.periclesdemello.com.br)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



## FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE**

**DEPUTADO PERICLES DE MELLO  
RELATOR**

**APROVADO**

09.12.13

Praça Nossa Senhora de Salette, s / nº - Edifício Pres. Tancredo Neves  
Gabinete 807 - 8º Andar - Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081  
E-mail: [pericles@periclesdemello.com.br](mailto:pericles@periclesdemello.com.br) - [www.periclesdemello.com.br](http://www.periclesdemello.com.br)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 725/2013**

**Projeto de Lei nº 725/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 174/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Faxinal.**

**I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 725/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 174/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Faxinal, no Estado do Paraná, para fins de utilização da administração pública municipal, de área constituída por 465,00 m<sup>2</sup>, parte do imóvel composto pelas Datas nºs 18 e 19 da Quadra nº 16, com área total de 1.200,00 m<sup>2</sup>, no Quadro Urbano do Município de Faxinal, conforme descrito na Matrícula nº 8.088/1 do Registro de Imóveis da Comarca de Faxinal-PR.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 725/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Faxinal no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente prestação de serviço da Unidade Básica de Saúde no Município, sabemos que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum de todos:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios –

Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão atrelado ao interesse público, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 725/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 174/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigo 6º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 725/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Péricles de Mello, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



em razão de seus benefícios ao Município de Faxinal, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 725/2013**, em sua forma apresentada.

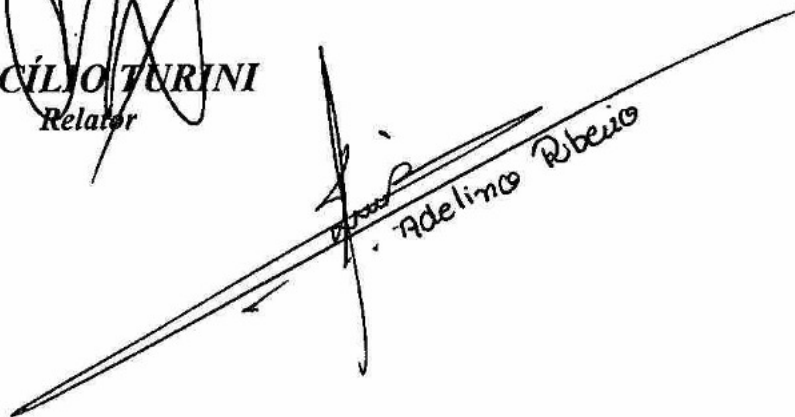
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 10 de dezembro de 2013.*

  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

  
**TERCÍLIO TURINI**  
Relator

  
**Jonas Guimarães**  
  
**Teruo Kato**

  
**Adelino Ribeiro**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## PROJETO DE LEI 726/13

**Súmula:** Institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, e dá outras providências.

***A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:***

### **CAPÍTULO I Da Instituição e Finalidade**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras desta Lei.

**§ 1º** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e seu prazo de duração será indeterminado.

**§ 2º** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná integrará a Administração Pública indireta do Estado do Paraná e vincular-se-á à Secretaria de Estado da Saúde para efeito de supervisão de suas finalidades.

**Art. 2º** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar, desenvolvimento, pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná.

**§ 1º** As ações e os serviços de saúde mencionados no *caput* serão desenvolvidos de maneira sistêmica e integrarão uma rede regionalizada e hierarquizada em nível de



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

complexidade crescente do SUS do Estado do Paraná, da qual a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná é parte integrante, devendo observar todos seus princípios e diretrizes, com acompanhamento pelo Conselho Estadual de Saúde.

**§ 2º** É vedado à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná desenvolver atividades de saúde que exijam poder de autoridade do Estado.

**Art. 3º** A constituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será lavrada por escritura pública, de acordo com o disposto no Código Civil, e efetivar-se-á com o registro de seus atos constitutivos no competente Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba, e para os efeitos notariais e outros, a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se regerá por seu estatuto social, aprovado em reunião de sua instituição.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Patrimônio e das Receitas**

**Art. 4º** O patrimônio da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será constituído pelos bens móveis e imóveis que adquirir, os que lhe forem transferidos ou doados pelo Estado do Paraná, ou por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado e por pessoas físicas.

**§ 1º** Só será admitida doação à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná de bens livres e desembaraçados.

**§ 2º** No caso de extinção da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, que somente se dará por lei, todos os seus bens móveis e imóveis, independentemente de sua forma de aquisição, se por doação, compra ou outra forma de transferência da propriedade, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Paraná, devendo o Conselho Curador se reunir, em seção extraordinária, para tratar do inventário desses bens.

**§ 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 4.172 do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba com as seguintes características: terreno medindo 20 metros de frente para a rua Barão do Rio Branco, por 40 metros de fundos.

**§ 4º** O imóvel referido no parágrafo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 5º** Constituem receitas da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná:

I – os recursos provenientes do contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado;

II – os recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos celebrados com a Administração Pública e com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, respeitado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo;

III - as doações, legados e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

IV - as resultantes da alienação de bens não essenciais à sua finalidade, autorizada pelo Conselho Curador, observado o disposto no estatuto;

V - as resultantes de aplicações financeiras, na forma da legislação vigente; e

VI - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades, nelas incluídas receitas por prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde.

**§ 1º** As receitas decorrentes das ações de assistência à saúde ou de qualquer outro serviço próprio às suas finalidades estatutárias serão consideradas como receita própria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

**§ 2º** Os serviços de saúde considerados como de acesso universal e gratuitos serão prestados com exclusividade ao Poder Público, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de gestão os quais serão colocados à disposição da população, ficando vedada à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná assumir compromissos com terceiros que violem os princípios do Sistema Único de Saúde, em especial, os da gratuidade da assistência à saúde do cidadão e igualdade de atendimento, vedado qualquer tipo de segmentação do atendimento, ressalvada a exceção prevista no § 3º deste artigo.

**§ 3º** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá firmar contrato de gestão com o Governo do Estado, para atendimento específico dos integrantes da carreira da Polícia Militar do Paraná e seus dependentes, na forma do art. 2º da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005, observada a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

### **CAPÍTULO III** **Da Direção e Administração**

**Art. 6º** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá os seguintes órgãos de direção superior e de administração, respectivamente:

I - Conselho Curador;

II - Diretoria Executiva.

**Parágrafo único.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná contará, também, com um setor de controle interno, cuja atuação será prevista em seu estatuto.

**Art. 7º** O Conselho Curador é o órgão superior de direção, controle e fiscalização e constituir-se-á por sete membros titulares, sendo:

I – o Secretário de Estado da Saúde, como membro nato;

II – dois membros indicados pelo Governador;

III – dois membros indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;

IV – dois membros representantes dos usuários do SUS, indicados pelo Conselho Estadual de Saúde, que não sejam membros do mesmo.

§ 1º O Conselho Curador será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O prazo de investidura dos Conselheiros é de dois anos, facultada a recondução.

§ 3º A cada membro titular corresponderá um suplente indicado pelo mesmo processo previsto no caput deste artigo.

§ 4º O membro do Conselho Curador que perder a condição que ensejou a sua nomeação para o Conselho perderá o seu mandato imediatamente, devendo ser nomeado, na forma desta Lei e do estatuto, novo membro para completar o mandato.

§ 5º É obrigatória a participação da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, a não ser quando não houver convocação.

§ 6º Os membros do Conselho Curador exercerão suas atribuições de forma não remunerada.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 7º** Em casos de falecimento, renúncia, destituição ou incompatibilidade de um membro titular, o Conselho Curador empossará o suplente, e solicitará a substituição, no prazo máximo de trinta dias.

**Art. 8º** O Conselho Curador contará com uma assessoria para auxiliar nas atividades de fiscalização contábil e financeira, e jurídica da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, emitindo análises e pareceres para o Conselho Curador.

**Parágrafo único.** Os membros assessores deverão possuir capacidade e notório conhecimento da área jurídica, econômico-financeira ou contábil, e suas funções são consideradas de confiança do Conselho Curador, podendo, ainda, serem contratados profissionais por prazo determinado.

**Art. 9º** A Diretoria Executiva, órgão de direção subordinada ao Conselho Curador e administração superior da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, é constituída dos seguintes membros:

I – um Diretor-Presidente;

II – um Diretor Administrativo;

III - um Diretor Financeiro;

IV – um Diretor Técnico;

V - um Diretor Jurídico.

**§ 1º** O Diretor-Presidente será nomeado pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Saúde.

**§ 2º** Os demais Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e aprovados pelo Secretário de Estado da Saúde dentre profissionais de notório conhecimento e experiência na área de atuação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

**§ 3º** A Diretoria Executiva será de livre admissão e demissão pelas respectivas autoridades que os nomearem.

**§ 4º** A Diretoria Executiva contará com assessores e assistentes de livre admissão e demissão.

**§ 5º** A Diretoria Executiva será responsável pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o estatuto da Fundação Estatal de Atenção em



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Saúde do Estado do Paraná, com o contrato de gestão e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho Curador.

**§ 6º** A manutenção de qualquer membro da Diretoria Executiva fica vinculada, obrigatória e comprovadamente, à avaliação de seu desempenho, frente à gestão da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, principalmente no tocante ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas previstas nos contratos de gestão, conforme previsto no estatuto e em atos do Conselho Curador.

**§ 7º** O Diretor-Presidente definirá dentre os membros da Diretoria Executiva quem o substituirá em suas faltas e impedimentos.

**§ 8º** O Diretor-Presidente integrará o Conselho Curador como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta condição, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

**Art. 10.** O Diretor-Presidente representará a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, em juízo ou fora dela, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários ou delegar competência, permitindo, se for o caso, a sub-delegação às autoridades subordinadas.

**Art. 11.** O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná disporá sobre sua estrutura, competências dos seus órgãos, as atribuições dos seus dirigentes, substituição dos membros, a periodicidade das reuniões do Conselho Curador e demais aspectos organizacionais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

**Art. 12.** O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será aprovado pelo Conselho Curador devendo as alterações ser registradas no cartório competente, não sendo objeto de alteração as finalidades da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

#### **CAPÍTULO IV** **Do Regime de Emprego e do Pessoal**

**Art. 13.** O regime jurídico de pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

**§ 1º** A contratação de pessoal do quadro permanente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná far-se-á por meio de concurso público.

§ 2º O quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho Curador definirá a estrutura de empregos e funções, os requisitos de admissão, a remuneração, a organização das carreiras, segundo a formação profissional ou as atribuições funcionais.

§ 3º A rescisão do contrato de trabalho do pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá ocorrer por ato unilateral, em qualquer hipótese motivado, garantido o contraditório.

§ 4º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná organizará o seu quadro de pessoal e seu plano de carreira de acordo com a política interna de desenvolvimento de pessoal.

§ 5º O Conselho Curador decidirá sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira e definirá a política de avaliação e desenvolvimento dos empregados.

§ 6º O concurso público será realizado para preenchimento de postos de trabalho do quadro de pessoal, sempre de acordo com as disponibilidades financeiras e as vagas definidas pelo Conselho Curador.

**Art. 14.** Os atos do Conselho Curador que gerarem aumentos da despesa de pessoal deverão estar indicados previamente no orçamento anual da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e considerados no Contrato de Gestão.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Contrato de Gestão**

**Art. 15.** O contrato de gestão será firmado entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado, com a finalidade de definir as metas plurianuais e anuais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, observado o disposto no § 1º do art. 2º desta Lei.

**Art. 16.** O Contrato de Gestão deverá definir as atribuições, responsabilidades, obrigações, inclusive as orçamentárias e financeiras tanto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná bem como os encargos do Governo do Estado e deverá conter, dentre outras, cláusulas que disponham sobre:

I - atendimento igualitário e equânime aos cidadãos, de forma sempre gratuita;

II - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

III - obrigatoriedade de apresentação à Secretaria de Estado da Saúde de relatórios anuais de demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do contrato de gestão;

IV - obrigatoriedade de especificar o plano operativo anual proposto pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, estipular as metas a serem atingidas, os respectivos prazos de execução, bem como os critérios de avaliação de desempenho, mediante indicadores de excelência dos serviços e produtividade, dentre outros;

V - estimativa dos recursos e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários à execução dos serviços pactuados, observando o cumprimento das metas durante a vigência do contrato;

VI - penalidades aplicáveis aos contratados, em caso de descumprimento injustificado de metas e obrigações pactuadas;

VII - prestação de serviços assistenciais, que deverá observar o ordenamento do acesso pelo sistema de regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo às necessidades de saúde;

VIII - condições para revisão, renovação e prorrogação do contrato de gestão.

**Art. 17.** O contrato de gestão terá vigência de, no máximo, cinco anos, podendo ser renovado após esse período, observado o art. 15 desta Lei.

**Art. 18.** A Secretaria de Estado da Saúde avaliará trimestralmente o cumprimento das metas do contrato de gestão e realizará permanente monitoramento da execução do contrato.

**Art. 19.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná apresentará à Secretaria de Estado da Saúde, ao término de cada exercício financeiro, relatório pertinente à execução do contrato, que deverá ser encaminhado ao Conselho Estado da Saúde, cabendo à Secretaria de Estado da Saúde emitir relatórios de avaliação do cumprimento das metas acordadas.

**Art. 20.** Caberá à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná promover a ampla divulgação, por meios físicos e eletrônicos, dos relatórios sobre a execução dos contratos de gestão, contemplando os demonstrativos orçamentários e financeiros, bem como dos pareceres das instâncias da Secretaria de Estado da Saúde competentes pelo acompanhamento e avaliação, devendo ser encaminhado cópia ao Conselho Estado de Saúde.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Fiscalização e do Controle**

**Art. 21.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se sujeitará às normas de fiscalização e controle previstos em seu estatuto e à supervisão da Secretaria de Estado da Saúde, para efeito de cumprimento de seus objetivos estatutários, harmonização de sua atuação com a política estadual de saúde e obtenção de eficiência administrativa.

**Art. 22.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado de Saúde deverá submeter suas contas relativas a cada exercício fiscal à apreciação dos órgãos de controle interno do Governo de Estado, ao Conselho Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Responsabilidades dos Dirigentes**

**Art. 23.** Constitui responsabilidade dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva o fiel cumprimento das cláusulas do contrato de gestão, especialmente no que se refere ao plano operativo.

**§ 1º** O descumprimento total ou parcial das cláusulas, objetivos e responsabilidades dos dirigentes estabelecidas no contrato, assim como a reiterada insuficiência de desempenho da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná motivará a demissão dos membros da Direção Executiva, conforme disposto no estatuto.

**§ 2º** Os membros do Conselho Curador, nos casos em que houver indícios de descumprimento total ou parcial das metas e obrigações pactuadas no contrato de gestão ou de insuficiência de desempenho da entidade, deverão levar o assunto à consideração da Secretaria Estado da Saúde para adoção ou indicação das medidas administrativas cabíveis previstas nesta Lei, no estatuto e no contrato de gestão.

**Art. 24.** Os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva respondem administrativa e civilmente pelos prejuízos que causarem à entidade, quando procederem:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; e

II - com violação da lei, do estatuto e do contrato de gestão.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 1º Os dirigentes não são responsáveis por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles forem coniventes, se negligenciarem na fiscalização ou se, de tais atos tendo conhecimento, deixarem de agir para impedir a sua prática.

§ 2º Exime-se de responsabilidade o dirigente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Curador ou da Diretoria Executiva.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Das Compras e dos Contratos**

**Art. 25.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná estará sujeita às normas gerais estabelecidas para as licitações e contratos, podendo elaborar regulamento próprio nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que deverá ser aprovado pelo Conselho Curador e publicado na imprensa oficial.

## **CAPÍTULO IX**

### **Ensino, Pesquisa e Avaliação de Tecnologias**

**Art. 26.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e avaliação de tecnologias de saúde, podendo captar recursos financeiros para fomento e desenvolvimento de pesquisas e da educação permanente em saúde junto ao Poder Público e à iniciativa privada, mediante aprovação do Conselho Curador.

## **CAPÍTULO X**

### **Disposições Gerais**

**Art. 27.** Os serviços de saúde prestados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde que passarem a ser executados pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverão ser transferidos mediante contrato de gestão autorizados pelo Governador do Estado.

§ 1º Os servidores estatutários da Administração direta, autarquias e fundações de direito público do Estado do Paraná que estiverem lotados nos serviços transferidos poderão ser formalmente colocados em disposição funcional para a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS-PR, com manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 2º** O afastamento na forma do § 1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

**Art. 28.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá solicitar a disposição funcional de servidores ou a cessão de empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, quaisquer que sejam as atividades a serem exercidas.

**§ 1º** Os servidores estatutários do Estado da Administração direta, autarquias e fundações de direito público que vierem a ser colocados em disposição funcional para a Fundação, conforme *caput* deste artigo, farão jus à manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.

**§ 2º** O afastamento na forma do § 1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

**Art. 29.** Na hipótese do § 1º do art. 28 desta Lei, o afastamento do servidor poderá ser efetivado com ônus para a origem, ou com ônus para a origem mediante ressarcimento.

**Art. 30.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá designar para funções de direção, chefia e assessoramento o servidor ou empregado público a ela cedido.

**Parágrafo único.** A contraprestação pecuniária decorrente do exercício da função a que se refere o *caput* deste artigo não se incorporará à remuneração de origem do servidor ou empregado público para qualquer efeito, nem produzirá efeitos de incorporação em proventos ou pensões.

**Art. 31.** Enquanto não for firmado o primeiro contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Saúde, fica o Poder Executivo autorizado a definir dotação orçamentária para o custeio de suas despesas mensais, mediante plano de aplicação, não caracterizando essa exceção relação de dependência orçamentária da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná em relação ao Estado.

**Parágrafo único.** Fica estipulado o prazo máximo de cento e oitenta dias para a celebração do primeiro contrato de gestão.

**Art. 32.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde de Estado do Paraná não é dependente do orçamento estadual, devendo aprovar seu próprio orçamento, de acordo com os contratos que firmar, em especial, com a Secretaria de Estado da Saúde.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo único.** A Administração deverá tomar as medidas orçamentárias necessárias para as condições e obrigações assumidas nos contratos de gestão firmados com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná.

**Art. 33.** A contabilidade da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná submete-se às regras estabelecidas para as empresas estatais, no que couber.

**Art. 34.** A instalação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o início do exercício de suas competências dar-se-ão a partir do registro no Cartório competente da escritura pública de sua constituição.

**Parágrafo único.** O Secretário de Estado da Saúde adotará as medidas necessárias para a instituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, no prazo máximo de cento e vinte dias.

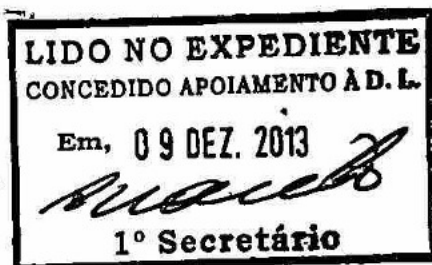
**Art. 35.** A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverá observar, no que couber, as disposições do Título VIII da Lei Estadual nº 8 485, de 03 de junho de 1987.

**Art. 36.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 05 de dezembro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em, 09/12/2013  
Presidente



MENSAGEM  
Nº 185/2013

Curitiba, em 05 de dezembro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras que especifica.

O Município de Curitiba, por meio da Lei nº 13.663, de 21 de dezembro de 2010, instituiu a Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba (FEAES-CURITIBA) para desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial especializado, hospitalar, serviço de apoio diagnóstico, ensino e pesquisa, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A mencionada fundação nasceu de proposta de implantação de um modelo de gestão de saúde por meio de mecanismos legais que permitissem maior autonomia, por consequência maior resolutividade, mas sem afastar do controle da Administração Pública sobre serviços essenciais e de relevância como a saúde.

A FEAES-CURITIBA encontra-se em plena atividade com resultados positivos e razoáveis em vista de suas finalidades. Exemplo é a gestão do Hospital do Idoso Zilda Arns, onde em um modelo de gestão compartilhada por meio de Contrato de Gestão viabilizou a contratação de profissionais médicos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho por meio de teste seletivo público, bem como tem auxiliado a suprir demanda nas UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e no SAMU.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.12.163.852-5



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Quanto a aceitação do modelo por instituições públicas de controle alheias ao Poder Executivo vale citar o posicionamento do Ministério Público do Estado do Paraná, quando instado a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 005.00179.2010 que culminou na Lei nº 13.663/2012 do município de Curitiba, editou a Recomendação nº 5/10 - PROSAU-PR em que alertou o Legislativo Municipal quanto a participação do controle social opinando pela inconveniência na participação do Conselho Municipal de Saúde no Conselho Curador da Fundação por entender que a proposta fere a independência política e autonomia técnica dos membros do conselho. A recomendação foi atendida por meio de Emenda Substitutiva. Não houve, quanto ao mérito do projeto de lei, manifestação desfavorável pelo Ministério Público do Estado do Paraná. Fato é que o modelo está em pleno funcionamento sem notícia de impugnação quanto a sua constituição e funcionamento.

O precedente legal introduzido pelo Município de Curitiba aponta ser um paradigma razoável a balizar uma proposta de instituição nestes moldes para o âmbito da gestão pública estadual de saúde, especialmente frente a crescente demanda de serviços públicos de saúde, que diante da sua essencialidade e relevância pública, clama sempre por maior resolutividade. Tal pode ser alcançada por meio de um modelo amparado em uma entidade que integra o quadro da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime próprio das entidades sem fins lucrativos de beneficência social (as filantrópicas) quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 726/2013**

**Projeto de Lei nº. 726/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 185/13**

**Institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, e dá outras providências.**

**EMENTA: INSTITUI FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVER E EXECUTAR AÇÕES E SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. COMPETÊNCIA DO GOVERNADOR POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO COM EMENDA SUPRESSIVA.**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde, FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas.

A FUNEAS-PARANÁ terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar, desenvolvimento, pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



insumos, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer  
Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a  
Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa  
do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Ademais, a proposta prevê a criação de uma nova estrutura,  
que atuará na área de saúde pública, integrando a administração indireta do  
estado e se vinculando à Secretaria de Estado de Saúde.

Diante disso, trata-se de projeto de iniciativa privativa do  
Governador, conforme a Constituição Estadual determina em seu art. 66, IV:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta  
Constituição, são de iniciativa privativa do  
Governador do Estado as leis que disponham  
sobre:**

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuição das  
Secretarias de Estado e órgãos da Administração  
Pública.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**  
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Outrossim, deve-se ressaltar que existem serviços públicos que não comportam delegação. Entretanto, esse não é o caso dos serviços de saúde, tendo em vista que o art. 197 da Constituição Federal autoriza, expressamente, que terceiros os prestem. Vejamos:

**Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.**

Por fim, no tocante às normas de técnica legislativa, especialmente com relação àquelas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

Entretanto, para aperfeiçoar a redação da proposição, apresentamos a emenda supressiva anexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, com a apresentação de emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

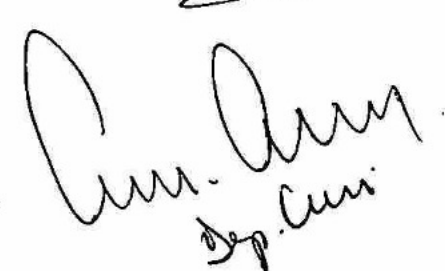
  
Dep. Siqueira

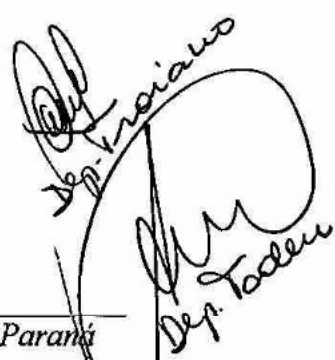
  
Dep. Tadeu

  
Dep. Carlos

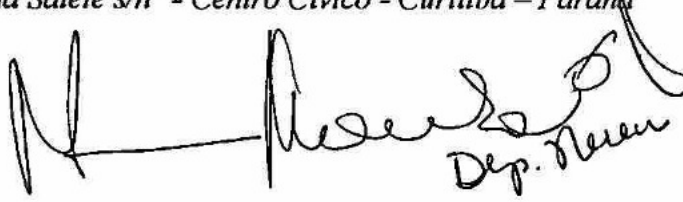
  
Dep. Siqueira

APROVADO  
11.12.13 

  
Dep. Curi

  
Dep. Traiano

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Neuen



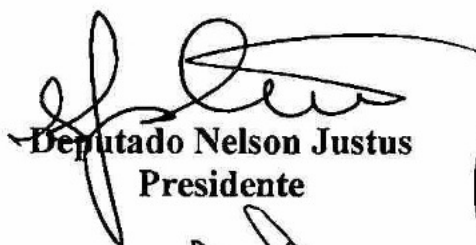
**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 726/2013**

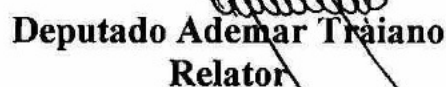
Suprime os §§ 1º e 2º do art.  
27 do Projeto de Lei nº  
726/2013

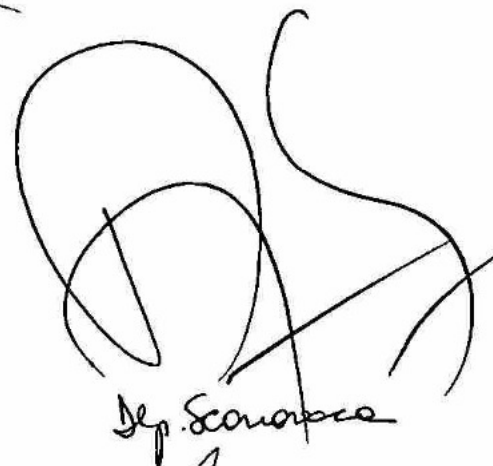
De acordo com o que determina o artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresentamos a presente emenda supressiva:

**Art. 1º** Ficam suprimidos os §§ 1º e 2º do art. 27 do Projeto de Lei nº 726/2013.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.


  
Deputado Nelson Justus  
Presidente

  
Deputado Ademar Traiano  
Relator

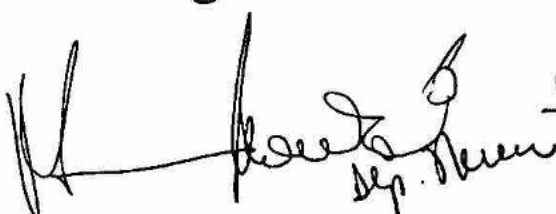
  
Dep. Scarpone

  
Dep. Carlos

  
Dep. Tadini

  
Dep. Scarpone

  
Dep. Curi

  
Dep. Neri

**APROVADO**  
11.12.13 



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado de Governo

**PROJETO DE LEI 736/13**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Capanema.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Capanema, do imóvel sob Matrícula nº 26.251, do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, constituído pela Chácara 77-A, da Planta Geral da cidade de Capanema, com área de 8.071,54 m².

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será destinado, exclusivamente, à construção e funcionamento do Centro de Juventude, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** O Município deverá proceder a devida regularização cartorial, no prazo máximo de um ano, retornando o bem ao patrimônio do Estado em caso de descumprimento.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 09 de dezembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 186 /2013

Curitiba, 09 de dezembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado de Governo

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 09 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 09/12/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Capanema, do imóvel sob Matrícula nº 26.251, do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, constituído pela Chácara 77-A, da Planta Geral da cidade de Capanema, com área de 8.071,54 m².

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, à construção do Centro de Juventude.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que o Município deverá, no prazo máximo de um ano, efetuar a regularização cartorial do referido bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 12.003.302-6.

16:24 09/12/2013 010699 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 436/2013

Projeto de Lei nº 436/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 186/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Capanema.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 186/2013, visa efetuar a doação ao Município de Capanema, do imóvel sob Matrícula 26.251, do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, com área de 8.071,54 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

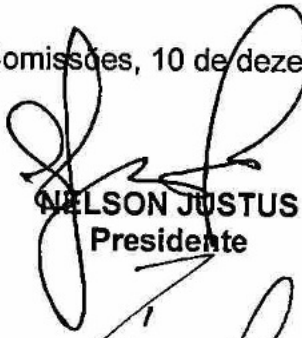
Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



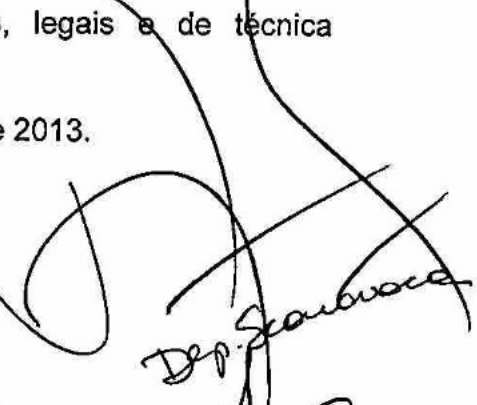
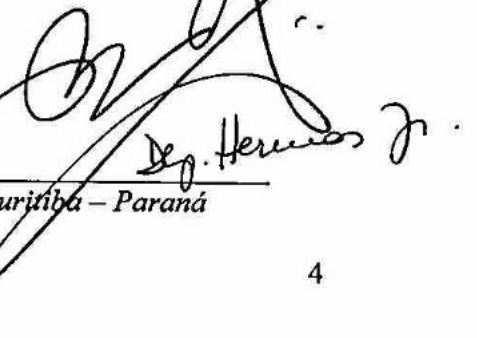

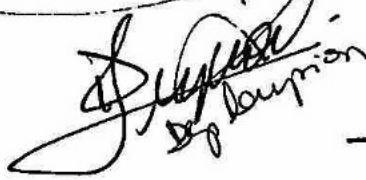
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**BERNARDO CARLI**  
Relator

  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora do Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

**10.12.13**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turíni  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 736/2013**

**Projeto de Lei nº 736/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 186/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Capanema.**

**I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 736/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 186/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Capanema, no Estado do Paraná, para fins de utilização da administração pública municipal, de área constituída por 8.071,54 m<sup>2</sup>, constituído pela Chácara 77-A, da Planta Geral da Cidade de Capanema-PR.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 736/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Capanema no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para a construção e funcionamento do Centro de Juventude, naquele Município. Sabemos que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios com investimentos que prezam sempre pelo bem comum:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à Republica Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios –  
Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão atrelado ao interesse público, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 736/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 186/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigo 6º da Lei Estadual nº 15.608/07)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 736/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Capanema, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.





Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 736/2013, em sua forma apresentada.

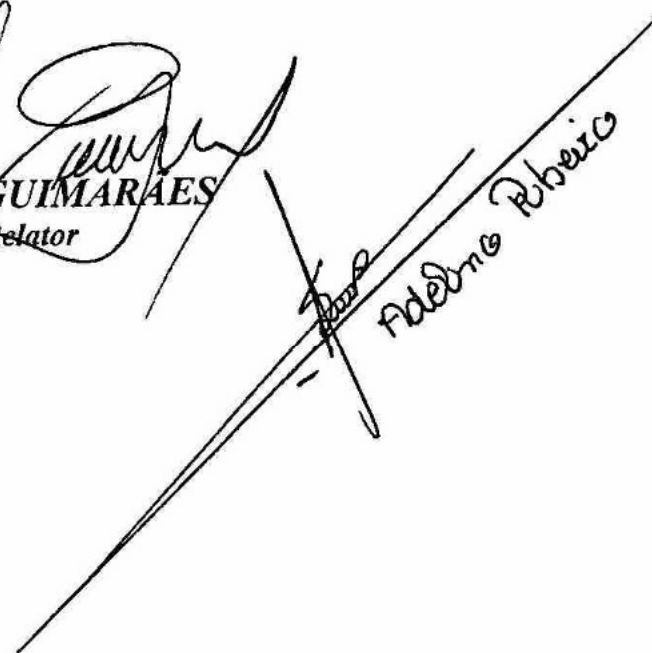
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

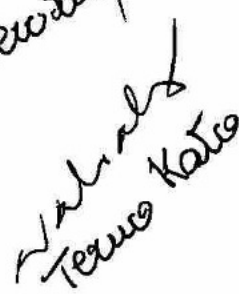
*Sala das Comissões em 11 de dezembro de 2013.*

  
**FRANCISCO BÜHRER**  
Presidente da Comissão

  
Tercílio Turini

  
JONAS GUIMARÃES  
Relator

  
Adelino Ribeiro

  
Teruo Kato



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 31/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

*[Assinatura]*  
1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de setembro de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de setembro de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 03 de dezembro de 2013.

*[Assinatura]*  
**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

*[Assinatura]*  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator

*[Assinatura]*  
Dep. Anis Kuri

*[Assinatura]*  
Dep. Raquel  
Dep. Buhara

*[Assinatura]*  
Dep. Lupion

*[Assinatura]*  
Dep. Anis Kuri



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA**

### **Justificativa**

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 042/2013-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 042/2013-CTC, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2013, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.


Analisado o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatou-se que as contas prestadas estão exatas, obedecendo a legislação em vigor, concluindo este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 03 de dezembro de 2013

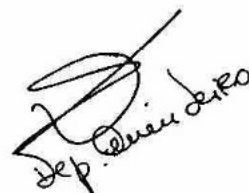
  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator

  
Dep. Aníbal Khury

  
Dep. Paulo Roberto

  
Dep. Lupion

  
Dep. Paulo Roberto



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 32/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

*Secretário*  
1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de outubro de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de outubro de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 03 de dezembro de 2013.

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Relator

*Dep. Luperon*

*Dep. Rubens*

*Dep. Leicles*

*Dep. Alexandre*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

### Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 043/2013/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de outubro de 2013, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide-se pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORÁVEL.

Sala das Comissões em, 03 de dezembro de 2013

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO ANTONIO ANIBELLINETO**  
Relator

*[Assinatura]*  
Dep. Dep. Dep. Dep.

*[Assinatura]*  
Dep. Buhar

*[Assinatura]*  
Dep. Peticles

*[Assinatura]*  
Dep. Alexandre

*[Assinatura]*  
Dep. Aníbal



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

## REQUERIMENTO

11 DEZ 2013

**Requer** a Transformação das Sessões Plenárias de 16 de dezembro, próxima segunda-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 609, 638, 670, 693, 694, 696, 720, 721, 726 e do Projeto de Lei Complementar 022, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício entre as sessões. *Vale a rasura*

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 16 de dezembro, próxima segunda-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 609, 638, 670, 693, 694, 696, 720, 721, 726 e do Projeto de Lei Complementar 022, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 11 de dezembro de 2013.

*Assinaturas e rubricas dos deputados:*

- 11 - André
- 12 - Plauto
- 13 - Dúlio
- 14 - CURI
- 15 - BATISTA
- 16 - BERNARDO
- 17 - BELINATI
- 18 - RASCA
- 19 - ROSE
- 20 - SCARAVACA
- 21 - TERCIZIO
- 22 - ELIO
- 23 - STRASSER
- 24 - AZEVEDO

15:17 11/12/2013 00:04:058 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ